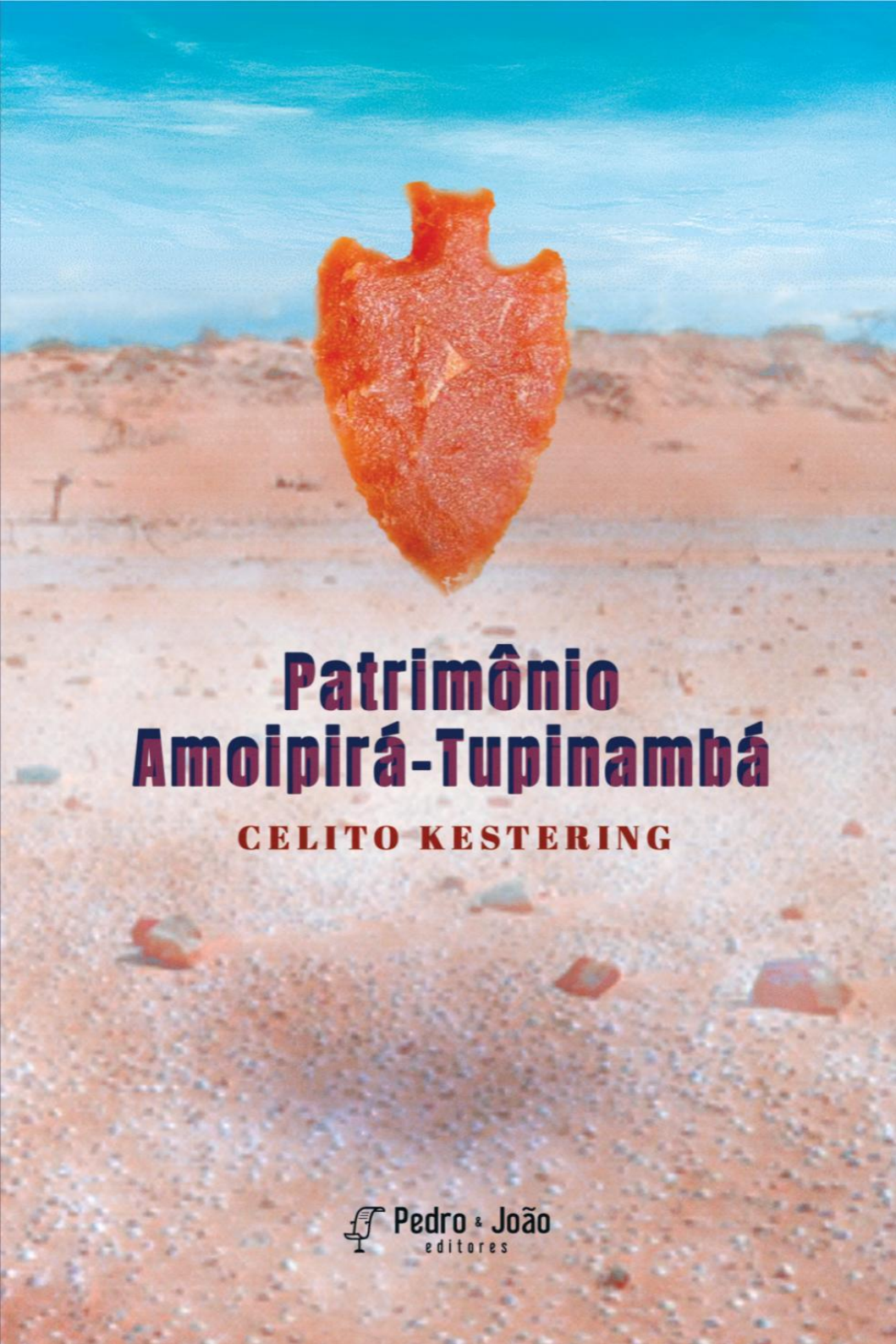


Patrimônio Amoipirá-Tupinambá

CELITO KESTERING

Pedro & João editores

CELITO KESTERING

PATRIMÔNIO AMOIPIRÁ-TUPINAMBÁ

Pedro & João
editores

Copyright © Celito Kestering
Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Celito Kestering

Patrimônio Amoipirá-Tupinambá. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 245 p.

ISBN 978-65-5869-501-1 [Impresso]
978-65-5869-899-9 [Digital]

1. Arqueologia. 2. Patrimônio. 3. Dunas Fósseis. 4. Casa Nova. 5. Autor. I. Título.

CDD – 93

Capa: Petricor Design com fotos do autor
Diagramação: Celito Kestering
Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2021

Eu sou misturado. Meu avô materno era moreno, certamente misturado porque tinha cabelo liso, de índio. Minha avó materna era branca, mas tinha cabelo liso, de índia. A família de meu pai é Coelho, branca legítima, saída de Duarte Coelho até chegar nele. Minha avó paterna era morena. Veio do Ceará. Que mistura é ela? Ainda não sei...

Querendo ou não, eu sou branco, negro e índio. Sou Coelho, Amoipirá, Iorubá e Tupinambá. Não é uma história que estou contando. Eu sou assim... Eu vivo assim... Eu me comunico assim...

Manoel Alcides Modesto Coelho

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	9
2	**LAGO ARTIFICIAL DE SOBRADINHO**	37
2.1	**Impacto Ambiental e Cultural**	42
2.1.1	O Vale do Rio São Francisco	49
3	**LAGO NATURAL DE SOBRADINHO**	53
4	**EFEITO CATASTRÓFICO DO LAGO ARTIFICIAL**	83
4.1	**Ilha dos Moisés**	86
4.1.1	Artefatos do Patrimônio Amoipirá-Tupinambá .	87
4.2	**Barra do Riacho Grande**	107
4.3	**Barrinha do Pau de Canoa**	116
4.4	**Barrinha do Zé Bastião**	120
5	**CONTEXTO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO**	125
5.1	**Contexto Arqueológico**	125
5.2	**Contexto Histórico**	135
5.2.1	Atributos da Identidade Amoipirá-Tupinambá	149
6	**RESISTÊNCIA TUPINAMBÁ - AMOIPIRÁ**	165
6.1	**Guerra de Canudos**	167
6.2	**Guerra do Pau de Colher**	175
6.3	**Luta do Polo Sindical de Petrolândia**	181
6.4	**Patrimônio Amoipirá-Iorubá-Tupinambá**	189
7	**PROPOSTA DE RESGATE**	207
8	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	215
REFERÊNCIAS		219
ANEXOS		235

1 INTRODUÇÃO

Bem havia eu chegado em Juazeiro da Bahia, na primeira quinzena de março de 1977, quando se fechavam as comportas da Barragem de Sobradinho cujos efeitos traumáticos à população ribeirinha justificaram minha inserção em trabalhos de preventiva organização popular nas terras do Sertão de Francisco Pereira Rodelas. Antes mesmo de apresentar-me aos funcionários da secretaria da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), Josefina Prado Lemos, então agente pastoral da Diocese, convidou-me a testemunhar com ela a invasão que a água represada do Rio São Francisco impunha às ruas da velha cidade de Casa Nova.

Mal chegados ao povoado de Papagaio, próximo ao distrito de Santana do Sobrado, populares informavam que os restos da velha aldeia sagrada Amoipirá, onde se edificara a antiga cidade dos Viana não mais se poderia ver porque o Riacho do Mosquito inundara a estrada que lhe dava acesso. Disse-se a nós que agricultores de Sobradinho, Sento Sé e Casa Nova estavam a surpreender-se também com a água do lago artificial a invadir seu patrimônio material (posses, propriedades e benfeitorias) sem que lhes houvesse sido paga indenização justa qualquer. Havia um conflito homérico entre o que era conveniente ressarcir. Aos prepostos da empresa responsável pela construção da Barragem, quinquilharias seriam mais que suficientes para calar a voz dos insubordinados agricultores justafluviais. Dizia-se que, naquele contexto (lugar e momento) melhor seria não estarem a ocupar as terras das quais o progresso exigia melhor usufruto e rentabilidade econômica, pelo represamento compulsório das águas do sempre pródigo Velho Chico. Argumentava-se que era necessário o sacrifício dos ribeirinhos frente à premência de se gerar muita energia

para consumo de um seleto rol de eletrointensivas multinacionais cujas matrizes sediavam-se majoritariamente no Hemisfério Norte.

Junto à foz do Riacho Grande e à desembocadura do Riacho do Mulungu as águas represadas estavam a desestabilizar completamente a vida de remanescentes nativos do povo Amoipirá cujos ancestrais dizia-se terem pintado e/ou gravado profusos painéis de arte rupestre junto aos olhos d'água das serras do entorno. Nos borralhos das conexões neurais dos ribeirinhos ocupantes daquelas pródigas barras preservavam-se, ainda fumegantes, fagulhas da memória dos tempos em que seus ancestrais fizeram-se vaqueiros para ajudar a implantar e fazer prosperar, respectivamente, as fazendas de gado de Casa Nova e Sento Sé. Naquelas herdades, integrantes do que outrora se conhecia como Sertão de Rodelas, os grupos nativos subsistentes mantinham ainda seus milenares hábitos de caçar, coletar frutas e raízes na caatinga, pescar no Opará[1] e plantar em pequenas caiçaras que cultivavam em solos aluviais de suas ilhas, margens e vales afluentes. Da mesma forma que seus ancestrais do tronco Tupinambá, os membros do ramo Amoipirá não eram nômades como deles se havia por mal referirem-se os conquistadores. Não andavam a esmo como diziam os latifundiários colonizadores interessados em conquistar suas terras. Eles tinham território, memória, utopias e consciência de pertencimento, "algo que os

[1] Nome que os nativos atribuíam ao Rio São Francisco por parecer-se com um mar de água doce, perdido no vagar a esmo pelo sertão quase seco. "Na verdade, esta história de desrespeito com aquele rio começou há séculos. Primeiro foi o seu nome, porque há que nominar o que se deseja dominar, como se o objeto apropriado passasse a existir apenas após a nova nomenclatura. Assim deu-se quando os invasores europeus chegaram ao Rio São Francisco e este era chamado pelos povos indígenas de Opará, que significa Rio-Mar, dada a admiração que aqueles povos tinham pela sua dimensão". (ROCHA, 2019).

cartógrafos portugueses do Século XVII já bem sabiam!" (GUERRA; DUARTE DOS SANTOS, 2008, p. 293-305 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 14).

Havia lá a presença inegável de nativos pindorâmicos, em cristalina demonstração de que eles jamais se extinguiram, como ao longo da história propuseram os defensores da historiografia tradicional colonialista. A população a que os mal chegados imigrantes portugueses caracterizaram como indígenas não desapareceu e sequer perdeu atributos básicos de sua identidade. Pela mestiçagem física e/ou cultural integrou-se à sociedade colonial com o fornecimento de bons vaqueiros[2]. Há mais que suficientes relatos de sertanejos a argumentarem sua bisavó ter sido nativa e corroborarem a proposição de que "na zona pastoril existiam poucos negros e foram assimilados muitos índios". (ABREU, 1998, p. 200).

> É que os administradores procuraram dissimular a origem étnica dos índios, designando-os por meio de categorias mestiças (caboclo, curiboca, cabra da terra, entre tantos outros). Ao nomear os índios coloniais com tais categorias de mestiçagem (o que produziu uma "invisibilidade" dessas populações), aproveitavam a brecha na legislação que não impedia o cativeiro de mestiços e, com esse expediente, legitimavam a escravidão. (RESENDE; LANGFUR, 2007, p. 19).

Nos aldeamentos missionários do Submédio São Francisco, pela imposição de ideologias e valores culturais do Velho Mundo ratificara-se, é bem verdade, a dominação portuguesa. Com escravos nativos e/ou mestiços a acolitarem projetos senhoris implantara-se ali a cultura do couro que se definia pelo respeito às tradições portuguesas como a dança da Roda

[2] "A Casa da Torre expandiu suas terras porque implantava um sistema de ocupação sustentável e capaz de, inclusive, aproveitar o índio no que ele mais sabia: lidar com animais e com a terra. Além disso, muitos portugueses foram casando com as índias e criando alianças com certos grupos, que passavam a ser parte da iniciativa". (MATTA, 2013, p. 47).

de São Gonçalo e a Corrida de Argolinhas[3]. Restavam, porém, aquelas herdades culturais autóctones que, por se ligarem à sobrevivência no sertão semiárido interessavam muito aos religiosos e fazendeiros[4].

> Os portugueses reconheceram e se valeram justamente das sementeiras de seus inimigos para sobreviver no sertão, notadamente por ocasião das guerras que se travaram ao longo da primeira metade do século XVIII. (CHAMBOULEYRON; ARENZ; MELO, 2020, p. 6).

Respeitavam-se sobretudo os milenares costumes indígenas quais eram o hábito de se banhar diariamente nas águas dos rios, andar solto pelas chapadas caatingueiras, dançar o Toré, dormir na rede, plantar nos lameiros e desfrutar coletiva e comunitariamente do que a natureza oferecia. As casas de farinha, de onde saía o produto manufaturado para confecção de beijus, papas, mingaus, bolos de macaxeira fresca ou puba, tapioca e paçoca, tinham então os mesmos caracteres do período pré-colonial. Elas eram e são a mais autêntica comprovação da adequação portuguesa aos milenares costumes autóctones locais.

> (...) resta agora saber a praxe que usam [os índios] no cultivo das suas terras, o que fazem desta maneira: logo cada um busca fora da povoação mais ou menos distante um sítio e

---

[3] "A Casa da Torre, dos Garcia d'Ávila, tinha por prática escolher locais apropriados para construir currais, onde deixava "um casal de escravos, dez novilhas, um touro e um casal de equinos"'. (SILVA, 1998, p. 7 *apud* FIABANI, 2009, p. 68).

[4] "Os currais tinham ao seu redor pequenas comunidades de vaqueiros, às quais se agregava a tradição indígena (...). Com o tempo, ao redor dos currais surgiam os arraiais, os pequenos centros de população cabocla, sempre chefiados por um arrendatário das casas da Ponte ou Torre. O Arraial, em geral era um amontoado de casinhas pequenas, ladeadas e centralizadas por um largo no qual se dava o principal das relações cotidianas, e para o qual estava geralmente voltada a frente da igreja, a frente da casa do arrendatário, algum possível pequeno comércio, venda ou fábrica de couro, ou de outra coisa". (MATTA, 2013, p. 49).

> paragem que mais lhe agrada para nela fazerem as suas sementeiras, ou plantamentos [*sic*]; e como a extensão das terras é tão grande, têm todos onde escolher mesmo à sua vontade, sem que ninguém lhe dispute a eleição e se oponha à posse... Nestes sítios pois, que ordinariamente fazem só nas margens de rios e lagos pela conveniência dos ventos, e ares, pela utilidade das pescarias e muitas outras conveniências, como são os seus inevitáveis banhos, e fácil navegação... Esta mesma eleição de sítios fazem os índios mansos, e doutrinados nas suas missões, sem mais diferença dos índios selvagens. (DANIEL, 2004, p. 13-14 *apud* CHAMBOULEYRON; ARENZ; MELO, 2020, p. 11).

Muitos nativos do sertão justafluvial sanfranciscano de Rodelas, que se estendia de Paulo Afonso a Carinhanha houve que aceitaram conviver com os missionários do Velho Mundo[5]. Pareciam-lhes também favoráveis as condições estabelecidas pela Casa da Torre, em contratos verbais que, em meados do século XVII, membros da família d'Ávila haviam celebrado com o indígena Tuxá Francisco Pereira. Agradava-lhes, sobretudo, a proposta de terem à disposição bons cavalos e a apropriação de um quarto das crias do rebanho que para zelo lhes confiavam.

> Embora anote, aqui, o ano de 1646 referindo-se à conquista, o que se deu nesse ano não foi ainda isso, porém, conforme escreve documentalmente em História da Casa da Torre, o descobrimento das aldeias dos índios Rodela ("o rio São

[5] "(...) os índios, em muitos casos, ao invés de se instalarem exclusivamente no interior das missões, continuaram a escolher terras fora das mesmas para suas roças, com clara preferência pelas áreas férteis da várzea. Pelo que as fontes demonstram, os missionários não conseguiram extinguir este hábito, adaptando-se, por sua vez, a ele. A distância certamente não era um problema em uma região marcada pelo que Roller (2010a, p. 29) denominou de uma "cultura da mobilidade" entre as populações indígenas coloniais. Os índios tinham, portanto, conhecimento da prática de atribuir, sobretudo na fase inicial de um aldeamento, as melhores terras aos grupos indígenas tidos como potenciais interlocutores para o missionário". (CHAMBOULEYRON; ARENZ; MELO, 2020, p. 11).

> Francisco lá em cima no sertão, onde chamam aldeias de Rodelas", que são muitas" – diz a transcrição do papel, adiante). A conquista do chamado Sertão de Rodelas que, segundo outros autores alcançava o Piauí e, subindo o rio São Francisco chegava ao rio Carinhanha, viria depois, sendo seu promotor Francisco Dias d'Ávila, o segundo desse nome, e custaria muito sangue indígena. Aliás, não foi nesse ano de 1646 senão o requerimento da sesmaria, eis que estando as terras já então "povoadas de gados", como aí se anotou, seu descobrimento se dera anteriormente. Recebendo em 1641, o título de capitão de ordenança, esse segundo Garcia, percorria, a partir de então, os caminhos sertanejos, a seu lado o tio Padre, que no ano seguinte o casaria com sua irmã Leonor. Pouco antes, em 1639, um moço indígena que se fez célebre com o nome de Índio Rodela, capitaneava duas centenas de seus irmãos na luta contra o invasor holandês. Não se sabe se Garcia d'Ávila, que, segundo Pedro Calmon, também esteve nesse campo de luta, o conheceu pessoalmente. Não há registro de que seu período de campanha coincidisse com o do índio. Entre 1639 e 1641, só são dois anos, e não é impossível o encontro dos dois chefes guerreiros, cada qual no comando de um troço militar. Sabia, sem dúvida, de seus feitos heroicos e teria informações sobre suas terras no Rio São Francisco. E ávido por terras como era, mais que os antepassados, disso trataria, amigavelmente, quando do descobrimento das aldeias do Rodela. Aliás, está escrito em Serafim Leite, que o índio Rodela "matara 80 holandeses, favorecendo um português que se lhe acolheu para o sertão". (FONSECA, 1996, p. 24).

Pelo que se extrai da leitura de requerimentos e doações de sesmarias, nos primeiros tempos a ocupação portuguesa do território sertanejo do Vale do Rio São Francisco ocorreu por força de entendimentos que se fizeram entre os representantes da Casa da Torre e os líderes indígenas locais. Nessas negociações, pelo artifício do bombardeio ideológico colonialista missioneiro, recheado com proselitismo paternalista, os índios a eles subordinados não perceberam

os ardis que nas entranhas de suas adventícias palavras se ocultavam. Pensavam ter participação ativa na relação que, sob seu ponto de vista estava a lhes trazer benefícios.

> Dizem o Capitão Garcia d'Ávila e o Padre Antônio Pereira que eles têm descoberto o Rio de São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam aldeias de Rodelas, a qual terra descobriram eles suplicantes com muitos trabalhos que passaram de fomes e sedes, por ser todo aquele sertão falto de águas e mantimentos, abrindo novos caminhos por paragens onde nunca os houve e com muito risco de suas vidas e dispêndio de muita fazenda, resgates que deram ao gentio para o poder obrigar ao conhecimento e povoação das ditas terras em que despenderam mais de dois mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias, que são muitas, e por meio das ditas dádivas os ditos índios como naturais e senhores das ditas terras lhas entregaram, e como tais as povoaram de gado. (FONSECA, 1996, p. 25).

De compra em compra, de presente em presente, de requerimento em requerimento, de sesmaria em sesmaria, em 1675, a família d'Ávila tinha já ampliado suas fazendas na margem sul do Rio São Francisco desde o Oceano Atlântico até a fronteira com o atual estado de Minas Gerais[6]. Quando faleceu, Garcia d'Ávila II deixou, afeito às lides pecuaristas e às longas jornadas sertanejas, seu filho (para o distinguir de seu avô que, por ter perdido seu pai em tenra idade foi criado por seu bisavô Francisco Garcia d'Ávila). Desde os dez anos de idade, ele o acompanhava na garupa do cavalo e ouvia as recomendações do Padre Antônio Pereira, seu tio conselheiro. Aprendeu cedo a identificar e enfrentar as adversidades do sertão bravio.

[6] "Entre um pedido e uma concessão, havia a possibilidade de utilização de mão de obra indígena - baseado na lei de proteção aos índios -, na expansão dos currais de gados e na apropriação por via legal das terras que, sertão adentro, estavam localizadas entre o Recôncavo e os limites do rio São Francisco". (CONCEIÇÃO, 2018, p. 59).

> Quanto aos índios Rodela, é certo que estes acolheram bem os descobridores e isso está perfeitamente entendido no requerimento de sesmaria transcrito no capítulo III: "despenderam mais de dois mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias"... Quer dizer, com pequenas dádivas "compraram" as terras e a boa vontade dos legítimos senhores e tudo a partir daí, correu tão bem, que os Rodela estiveram presentes às guerras de matança da raça ao lado do conquistador, mais de uma vez. Simples e ingênuos, deviam estar boquiabertos com a presença vistosa, encavalada e armada a fogo, da nova gente. A partir disso pode-se dizer pacífica a convivência ainda que na base do engodo. E também é justo dizer-se que a população indígena rodeleira conviveu desde os primeiros tempos com a população branco/mestiça em termos de explorado e explorador. Por exemplo, a sina de vender sua terra a troco de nada – bugigangas aqui, adiante fumo e cachaça, foi de nosso desprevenido nativo até quando já não teve o que vender. (FONSECA, 1996, p. 61).

A partir de 1674, Francisco Dias d'Ávila II iniciou a conquista de terras no além São Francisco, ampliando as sesmarias que, desde 1658 seus ancestrais haviam recebido na então capitania de Pernambuco até o Rio Carinhanha, fronteira atual da Bahia com Minas Gerais, e o Sudeste do Piauí. Entre 1674 e 1679, agora pela promoção de guerras contra os nativos ("gentios bárbaros"), com derramamento de muito sangue autóctone expandiram-se grandemente os latifúndios.

> As sesmarias concedidas durante este período, entre a faixa litorânea baiana e o médio São Francisco, eram de dimensões bastante importantes e até desproporcionadas, a ponto de serem chamadas de "sesmarias continentais".
>
> Beneficiando da benevolência dos sucessivos governadores-gerais, a concessão dessas sesmarias continentais vinha ao encontro da busca de prestígio social que imperava na Bahia seiscentista. Eram assim procuradas tanto por homens diretamente envolvidos nas expedições, como Garcia d'Ávila (sic) ou Antônio Guedes de Brito, quanto por outros sem

> nenhuma experiência da guerra dos sertões, a exemplo de Bernardo Vieira Ravasco. (MARQUES, 2014, p. 40-41).

Em 1711, a Casa da Torre tinha já se apropriado de oitenta léguas ao norte do Rio São Francisco, abrangendo terras do Piauí, Maranhão e Paraíba. (FONSECA, 1996, p. 131). Auxiliaram-na nessa campanha, o Padre Antônio Pereira (tio-avô de Francisco Dias d'Ávila II), Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Sertão, Francisco de Souza Fagundes, Antônio Guedes de Brito, Bernardo Vieira Ravasco, Francisco Julião, Domingos Francisco Rodrigues de Carvalho e Manoel Gonçalves. (FONSECA, 1996).

> Por volta da década de 1720, o coronel Garcia d'Ávila, pertencente a uma das mais antigas famílias portuguesas que invadira inicialmente os sertões do Piauí, a partir dos anos 1670, queixava-se dos ataques do "gentio bravo" nessa capitania, "destruindo as fazendas de gado que nela se achavam". Por essa razão, decidira fazer frente aos índios à sua custa, sob o comando do sargento-mor Francisco Xavier de Brito, "para assaltar o dito gentio e lhe destruir as suas roças de que facilmente podia seguir sua total ruína". (REQUERIMENTO 1724 *apud* CHAMBOULEYRON; ARENZ; MELO, 2020, p. 5).

Para administrar e fiscalizar de perto suas propriedades, os membros da Casa da Torre fundaram a Vila Imperial na então Aldeia de Sento Sé e edificaram uma pequena casa assobradada junto à Ilha de Santana em cuja jusante, no final do Século XX edificou-se a Barragem de Sobradinho. Diz-se que naquela oportunidade os índios da região estavam já sem recursos, devido à incessante escravidão a que eram submetidos, desde 1543, quando a expedição de Duarte Coelho, em missão de desbravamento embrenhara-se sertão a dentro em busca de um mar de água doce que se falava haver no Opará. Nem imaginava o aventureiro português que, devido ao grande número de fazendas a se implantarem,

anos mais tarde o São Francisco ficaria conhecido como Rio dos Currais.

> Como seus gados não davam para encher tamanhas extensões, arrendava sítios, geralmente de uma légua, à razão de 10$ por ano, no princípio do século XVIII. Um de tais rendeiros, Domingos Afonso, por alcunha o *Sertão*, partindo de um dos muitos sobrados existentes no São Francisco, aos quais se dá este nome por causa de vagamente semelharem um edifício, fundou numerosas e importantes fazendas nos rios Piauí e Canindé, legadas por sua morte à Companhia de Jesus, a quem a Coroa as confiscou em proveito próprio, por ocasião de suprimir a Ordem. (ABREU, 1998, p. 133).

Quando se inundou a parte ribeirinha dos territórios de Casa Nova e Sento Sé veiculava-se ainda a história oral de que o primeiro contato pessoal entre portugueses e o povo Amoipirá[7] havia ocorrido por acaso, quando Garcia d'Ávila II teria encontrado enfermo seu chefe. Dizia-se que cuidou dele e conseguiu curá-lo do achaque. Daquele contato teria nascido uma amizade longa e proveitosa para ambos. Havia versões que diferiam desse relato nos detalhes, mas preservava-se a essência dos fragmentos que se alojavam nas conexões neurais da população de Sento Sé e Casa Nova.

> (...) numa noite como aquela, naquele mesmo local, homens como os que ali se encontravam, mantiveram-se em vigília na casa-grande, esperando os índios que, já tendo vindo por duas vezes de sua aldeia, para atacar a sede da Feitoria de São José da Barra, voltariam naquela noite, como os boréis estavam anunciando no escampo das trevas. E como os boréis avisaram, a indiada veio. A luta foi cruenta e crua, com os guerreiros de

[7] "O povo Amoipirá que vivia nas margens do Rio São Francisco, no sertão baiano era uma ramificação do povo Tupinambá. Recebeu esse nome por conta do líder deles que se chamava Amoipirá. Muitos povos indígenas passavam por esse mesmo processo. O nome da etnia era devido ao nome do primeiro chefe. Eles se afastavam e reivindicavam uma nova identidade, mesmo carregando muitos aspectos culturais do povo de origem". (MUYPURÁ, 2020b).

ambos os lados combatendo como feras, mas os portugueses e mamelucos, que defendiam a Feitoria, tinham a sorte ao seu lado, e a prova é que, no fragor do combate, o cacique atacante, ao tentar transpor uma paliçada, meteu o pé numa armadilha, caindo prisioneiro. Com o aprisionamento do chefe, os assaltantes debandaram-se, acossados pelos reinóis e mamelucos até dentro de sua aldeia, que foi incendiada para em seu lugar surgir, mais tarde, uma nova Feitoria.

A fazenda instalada sobre os restos fumegantes da aldeia destruída, embora registrada com outro nome, ficou sendo conhecida simplesmente por Aldeia, denominação que conserva até hoje.

O cacique aprisionado, como era costume, foi feito escravo dos que o tinham preado, sendo posto a trabalhar na Feitoria. O seu nome era Centocé (sic). Jovem ainda e muito hábil, não demorou a familiarizar-se com os reinóis e mamelucos, adaptando-se aos seus hábitos, aprendendo suas técnicas, a ponto de se tornar um elemento útil e estimado. Além dos serviços que prestava no amanho da terra e na criação do gado. Ajudava a pacificar as aldeias circunvizinhas, não tardando a que, graças ao seu gênio político e às suas inatas qualidades de diplomata, toda a vasta faixa de terra que compreendia a Feitoria entrasse a viver em paz com os índios das redondezas.

Cessado o perigo do ataque da indiada, o velho sesmeiro achou que tinha chegado o momento de ir buscar sua família para o sertão. Lá, um dia ele viaja para o litoral e depois de longos meses de espera regressou ao vale trazendo a mulher e os filhos, entre eles, vinha uma bela moça branca, de longas tranças e vestidos longos, que desde o primeiro instante encheu-se de amor pelo jovem índio, que, já então, ocupava um lugar de destaque na administração da feitoria.

Em princípio, a família se opôs ao romance, mas o par enamorado acabou vencendo a oposição dos parentes. E, cinco anos depois de haver caído escravo dos senhores da feitoria de São José da Barra, o cacique Centocé (sic) se casava com a filha mais velha de seu antigo amo. Havendo sua jovem esposa recebido como dote a sede da Feitoria e as terras circunjacentes, o caboclo reconquistou pelo casamento o que

> lhe tinha sido tomado pela força, voltando a reinar sobre a terra de seus maiores. Do casamento do sabido chefe índio com a filha do desbravador português nasceu os Nunes que, juntando aos velhos nomes portugueses o apelido Amoipirá do cacique, herdaram as terras e a fama do caboclo que se fez chefe branco.
>
> Com o passar dos séculos, a fazenda de Centocé (sic) virou, sucessivamente, Arraial, Freguesia, Vila Imperial e Município. (LINS, 2014 *apud* BORGES, 2017).

Muitos anos depois da morte do guerreiro patriarca Sento Sé, esculpiu-se um busto que, em sua homenagem postou-se no pórtico da Vila Imperial. Em 1719, com a construção da Capela de São José da Barra iniciou-se o processo de integração do território Amoipirá à organização formal das instituições urbanas de padrão europeu. Em 1752 o pequeno santuário elevou-se a Freguesia, com o nome de São José da Barra de Sento Sé, então subordinada ao Arcebispado da Bahia. Seu primeiro vigário foi o Padre Domingos Alves de Souza. Em 1757, com a aplicação do Diretório dos Índios exigiu-se que eles teriam que adquirir "civilidade e conveniência", com a padronização de comportamento que os diferisse de seus congêneres "bárbaros".

> As principais medidas propostas são as seguintes: promoção da língua portuguesa, introdução de escolas públicas (com catequese), implantação de ofícios artesanais (com aprendizado), interdição de discriminação verbal (chamando os índios de "Negros"), atribuição de um sobrenome, imitação do estilo das casa dos Brancos (abandono de casas comuns), combate à "torpeza", reforma dos costumes (combate ao uso de álcool e a diversas formas de violência, como o envenenamento) e uso de vestimenta considerada decente. Estas medidas visaram, no fundo, uma nova identidade, mediante a diluição progressiva da organização clânica e a interrupção da transmissão de saberes tradicionais. A imitação do comportamento e de símbolos (nomes, roupas, linguagem) dos portugueses tornou-se obrigatória. (ARENZ, 2017, p. 35).

Lembra-se que, na estrutura religiosa do Velho Mundo o outro (estrangeiro, bárbaro, gentio, bugre, tupi, guarani ou tapuia) representava ameaça constante e precisava por isso ser transformado (convertido, civilizado, catequizado, cristianizado) ou banido. Ela era completamente diferente da estrutura cultural Amoipirá ou Tupinambá em que havia espaço permanente para articulação com povos, mesmo que, momentânea ou ocasionalmente fossem inimigos ferrenhos. Havia permanente receptividade natural aos diferentes. Os portugueses sabiam disso e astutamente utilizaram esse atributo cultural nativo a favor de seus interesses colonialistas. Os índios serviam-se também dessa característica que lhes era própria para unirem suas lógicas tradicionais às dos recém-chegados e obterem proveito da situação, ao mesmo tempo em que se defendiam, protegiam-se ou locupletavam-se[8].

> Enquanto, para os ocidentais, a sociedade tem que se preservar para não perder sua identidade, pois, uma vez que um dos elementos que a constituem seja modificado, tende a acreditar que ela já não é mais a mesma e, principalmente, que não voltará a ser a mesma, para os Tupi [bugres e/ou tapuias], a lógica é inversa. Ela pressupõe a interação com o outro. A alteridade é uma constante para essa sociedade; nesse sentido são povos abertos a novas formas, assimilam e incorporam práticas e costumes do outro, mas isso não os torna menos si próprios, ao contrário, agindo assim, reafirmam a sua cultura. (GONÇALVES; CARDOSO; PEREIRA, 2009, p. 45).

[8] "A relação entre colonizadores e colonizados não era rigidamente dualista, mas sim bipartida e incluía de fato quatro elementos: os portugueses, seus inimigos franceses, os indígenas que se aliavam aos portugueses, os indígenas que se aliavam aos franceses. O conflito entre os europeus apropriava-se e sobrepunha-se aos conflitos entre os próprios Tupis, oferecendo para algumas nações de gentios um código que lhes era familiar e prenhe de significações". (OLIVEIRA, 2010, p. 14-16).

Observe-se que o fascínio nativo pelas virtudes dos outros materializava-se em celebrações de casamentos e/ou acasalamentos[9] quando as relações eram amistosas ou em rituais de antropofagia[10], quando o clima era de hostilidade. Cria-se que, pela mistura de sangue dos amigos ou pela ingestão da carne dos inimigos assimilavam-se seus atributos identitários. Evitavam-se por isso cruzamentos interétnicos com covardes ou ingestão de restos mortais de quem fosse destituído de virtudes desejáveis.

> O guerreiro ali sacrificado seria ingerido em banquete ritual partilhado pelos integrantes do grupo e as suas qualidades seriam, então, absorvidas por eles. Dessa forma, se o cativo demonstrasse covardia frente à morte iminente, revelando-se fraco e comportando-se de forma inadequada para um bom guerreiro, os comensais se sentiam *"enojados"*, incomodados por assimilarem uma característica negativa. Outra prática em que se faz notar a capacidade de percepção da alteridade pelos índios e seu cuidado quanto a isto eram seus tabus alimentares. Eles se privavam da ingestão de animais que demonstrassem fraqueza e lentidão, por exemplo, pois ambas eram características que não coadunavam com as de um valoroso guerreiro. (GONÇALVES; CARDOSO; PEREIRA, 2009, p. 46).

Se é verdade que muitos guerreiros Amoipirá pela negação compulsória de sua etnicidade camuflaram-se para não

---

[9] "A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo". (RIBEIRO, 2006, p. 81 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 227).

[10] Na organização social dos povos nativos americanos, que Florestan Fernandes estudou especificamente quanto aos tupinambás, povos que sintetizavam os fundamentos sociais da maior parte dos povos tupis da região nordeste do Brasil, a guerra desempenhava, sem resquício de dúvida, um fator crucial. (GONÇALVES; CARDOSO; PEREIRA, 2009, p. 48).

sucumbir ao bombardeio econômico e ideológico colonizador e assim sobreviver física e culturalmente é também fato incontestável que outros, para preservar sua liberdade e costumes nativos preferiram migrar para distantes terras ainda pindorâmicas[11].

> Em 1658-1659, o domínio dos Amoipirá em Zauípe (aproximadamente 10° de latitude Sul, na margem esquerda do São Francisco?) foi conquistado por Ávilas de Pernambuco. (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1919, IV-V, p. 69). Após a revolta dos índios Piauhy, em 1713, eles emigraram com outras tribos rumo à região de fronteira dos estados do Piauí, Maranhão e Goiás. (ALENCASTRE, 1857, p. 23).

Por oportuno cita-se o povo Anapuru Muypurá[12], pertencente ao tronco Amoipirá que hoje habita e com denodada persistência resiste ao etnocídio colonizador e colonialista no vale do Parnaíba, em terras fronteiriças entre o Maranhão e o Piauí[13].

---

[11] "Por esta margem do São Francisco existiam numerosas tribos indígenas, a maior pertencente ao tronco cariri, algumas caríbas (sic) como os pimenteiras, e até tupis como os amoipiras (sic). Com elas houve guerras, ou por não quererem ceder pacificamente as suas terras, ou por pretenderem desfrutar os gados contra a vontade dos donos. Estes conflitos foram menos sanguinolentos que os antigos: a criação de gado não precisava de tantos braços como a lavoura, nem reclamava o mesmo esforço, nem provocava a mesma repugnância; além disso abundavam terras devolutas para onde os índios podiam emigrar. Entretanto, muitos foram escravizados, refugiaram-se outros em aldeias dirigidas por missionários, acostaram-se outros à sombra de homens poderosos, cujas lutas esposaram e cujos ódios serviram". (ABREU, 1998, p. 133-134).

[12] "Os colonizadores não tinham a preocupação em escrever os nomes dos grupos indígenas da forma correta. Então se encontram grafias como Anaupirá, Moipirá, Moipurá, Muypurá, Anapuru, Anaperu e Amapuru". (MUYPURÁ, 2020b).

[13] "Na beira do Parnaíba, eu vi meu povo levantar (bis). A grande roda anunciou, no toque do maracá (bis). É fruto do rio. É Anapuru. Salve o povo Muypurá (bis)." (MUYPURÁ, 2020a).

> Desde 1500 nossas terras são invadidas. Nosso bem viver é violado. Nós, povos indígenas fomos perseguidos, escravizados e massacrados. Estamos aqui, resistindo, lutando. Meu povo, como muitos povos originários da grande Pindorama foi sujeito a um longo processo de silenciamento e apagamento que perdura até hoje. Somos considerados extintos pelo Estado e precisamos combater urgentemente esse discurso da extinção dos povos originários pois estamos e sempre estivemos aqui. Somos sementes teimosas. Nossos ancestrais estão em cada um de nós, nos dando força para tirar a pedra que os colonizadores colocaram sobre nós Anapuru Muypurá. Mas a colonização não acabou. Estão querendo colocar mais uma pedra sobre nossas existências, o **marco temporal**. Venho aqui dizer que a história dos povos indígenas não começa em 1988. Digo não ao **marco temporal**. Digo sim aos **direitos originários**. (MUYPURÁ, 2020a).

Para ratificar a ideia da inexistência de índígenas nas terras originalmente pindorâmicas e desvincular os grupos nativos de seu patrimônio natural e cultural, ao longo da história solidificou-se no Brasil a teoria do evolucionismo linear do século XIX. Segundo esse universo conceitual que ainda hoje se adota para organizar o quadro social das terras brasis são puros e, consequentemente herdeiros legítimos do patrimônio de seus ancestrais nativos somente os grupos que não se miscigenaram genética e/ou culturalmente.

> Na década de 1870, período em que a escravidão no Brasil mostrava sinais de sua fragilidade, intelectuais sistematizaram estudos sobre o fim desse modelo de organização social. As interpretações raciais ganharam força, sendo a questão da mestiçagem racial considerada importante para pensar possíveis alternativas para a construção de um projeto de nação. Para grande parte de nossos estudiosos, “os mestiços exemplificavam [...] a diferença fundamental entre as raças e personificavam a ‘degeneração’ que poderia advir do cruzamento de ‘espécies diversas’” (SCHWARCZ, 2004, p. 56). Dentre as “raças” que compunham a população que vivia no Brasil (portugueses, índios e negros), a “raça negra”, de acordo

> com Raimundo, Nina Rodrigues (1982, p. 7) era considerada inferior e "por maiores que tenham sido os seus serviços a nossa civilização [...] há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo". (MORAIS, 2016, p. 95).

Os que misturaram sangue e/ou cultura consideram-se mestiços e/ou descendentes, não mais nativos, nem tampouco herdeiros das herdades naturais e culturais. Negava-se, assim, aos autóctones o direito de sobreviver pois a qualquer grupo humano e de outras espécies animais são imprescindíveis os intercâmbios genéticos e/ou culturais.

> O aldeamento é uma ideia colonial. Eles chegavam invadindo a terra e gerando conflitos até que eles deixavam um pedacinho de terra dizendo que estava bom para vocês sobreviverem. Diziam: vivam aí dentro. Não saiam daí porque o resto é nosso. Foi assim que eles deram três léguas de terra para meu povo, num local chamado Brejo dos Anapuru que hoje é a cidade de Brejo. Isso no final do século XVIII, por aí assim. Aí eles começaram a invadir, tomando aos poucos. A própria província modificou a lei das sesmarias e começaram a tomar aos poucos e chamar nossos ancestrais de descendentes. Naquela época eles já eram chamados de descendentes porque já tinham contato com os portugueses. Alguns sofreram processo de miscigenação e eram chamados por isso de descendentes. (MUYPURÁ, 2020b).

Hoje se sabe que todo grupo é um sistema aberto e possui dinâmicas próprias. Entende-se que, quando não existem restrições ideológicas ou ambientais, por imperativos genéticos promovem-se imprescindíveis trocas físicas e culturais entre comunidades nativas e/ou de origem externa.

As trocas de genes e os intercâmbios culturais revigoram os indivíduos. Aprimoram também as aptidões corpóreas e a visão de mundo. É por isso que, mesmo conflituosas, as relações entre grupos sociais culminam sempre com apropriações biológicas e/ou culturais, tanto pelos

remanescentes dos vencidos quanto dos vencedores[14]. (FERREIRA NETO *in* CARDOSO e VAINFAS, 1997).

> O puro está extinto. Não hoje, já o estava em 1500. As culturas aqui encontradas já estavam transformadas e em transformação. O contato pode ter acelerado o processo, mas se o processo é inevitável, e não envolve perdas e ganhos, mas apenas transformação, não se deve julgá-lo melhor por ser lento ou pior por ser rápido. Uma das melhores vocações do *homo sapiens* é a troca de experiências e de culturas. Portanto, ninguém perdeu nada, em termos culturais, com o 22 de abril de 1500. Brasileiros são em grande parte tupiniquins, tupinambás, guaranis, potiguaras e jês. (SCHOMMER, 2012, p. 34).

Além do mais compreende-se também que os indivíduos de uma mesma espécie precisam ligar-se por cruzamentos. Não havendo mescla com outros grupos, ao longo do tempo, seus componentes definham-se. Em isolamento geográfico, um grupo de indivíduos evolui para uma subespécie, ainda em condições de cruza. Se a barreira que impede o acasalamento persistir por muito tempo, a tendência da subespécie isolada é evoluir para outra espécie. Isso significa que, se encontrar populações da espécie original, não se miscigenará mais com elas. (WILSON, 1994).

Por ser uma espécie biológica definida, os humanos formam assim um conjunto genético fechado porque não trocam

[14] "As tropas que Francisco Dias d'Ávila usou para invadir e "pacificar" os sertões, em 1693, tinham 1300 homens aproximadamente; destes, 900 eram sertanejos mestiços vaqueiros, a partir dali típicos guerreiros nordestinos, filhos de índios, pretos e brancos que habitavam os currais, 200 eram índios aliados, 100 mamelucos e 150 escravos. (...) A estratégia de implantar o gado, e com ele toda uma forma de viver, relacionar-se e de fato submeter-se ao senhor e a seu prestígio, mesmo com toda esta violência e oposição, ia dando certo. No final das guerras todos os grupos; Tupinambás, Caetés, Cariris, e muitos outros acabavam por aproximar-se da forma de viver da colônia, transformando o índio em sertanejo, a caatinga em Nordeste Brasileiro". (MATTA, 2013, p. 48-49).

genes com outras espécies. Os indivíduos de um grupo não podem, por isso, se desviar muito de outras comunidades porque precisam regularmente intercambiar genes com pessoas de outros grupos, preferencialmente física e/ou culturalmente diferentes.

Nas terras que passaram a ocupar, introduzir-se ou invadir, por serem essencialmente políticos e etnocêntricos os colonizadores costumavam e habituam-se ainda hoje a não reconhecer e respeitar o valor do patrimônio (natural e/ou cultural), a memória (individual e/ou coletiva), as utopias, os valores e a história das famílias nativas. Por se relacionarem com a identidade das pessoas e dos grupos sociais, esses termos relativos à memória e ao patrimônio são polêmicos. É por isso que, a depender da consciência política dos grupos em que se geram conflitos de caráter patrimonial, reacendem-se as discussões sobre esses temas que se fazem mais e mais presentes. Seus significados, significantes e respectivas significâncias variam no tempo e no espaço. A eles se atribuem e agregam-se valores, à proporção em que se despertam e fortalecem-se sentimentos de relação e pertença.

No sentido literal, patrimônio é tudo que se recebe de herança. Considerava-se inicialmente como tal apenas o bem material que se herdava dos pais ou de quaisquer antepassados. Com o passar do tempo, contudo, novos significados se agregaram ao vocábulo. Atualmente a ele se integram memória, história, cultura material e cultura imaterial. A ele se incorporam rios, serras, danças folclóricas, músicas regionais, festejos, lendas, mitos, histórias, artefatos arqueológicos, casos e até anedotas. Hoje se reconhece como patrimônio todo legado produzido por indivíduos ou grupos, que passa de geração em geração, como herança e faz-se, por isso, elo entre o passado e o futuro.

> O que torna um bem, dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos. (TOMAZ, 2010, p. 6).

O patrimônio pode ser natural ou cultural. Na maior parte das vezes, utiliza-se o termo que o define, meramente como sinônimo de cultura. Contudo eiva-se a natura de igual importância. Da mesma forma que se avalia um edifício histórico como um bem cultural a se preservar, também se relevam os elementos e processos naturais como bens de valor patrimonial.

O patrimônio natural é um bem não construído ou manufaturado. Ele constitui a base de sustentação para as múltiplas expressões de vida. Adquire maior significância e valor, de acordo com diversas atividades pelas quais se lhe reconhece valia; pela relação que tem com ritos e mitos e com a própria sobrevivência dos humanos. Pela complexidade e importância dos préstimos, o ambiente natural e sua história representam o direito maior da espécie humana.

O patrimônio natural contém dois componentes fundamentais: o biótico e o abiótico. O patrimônio biótico compõe-se de seres vivos e o abiótico, da natureza mineral, com especificidades regionais, fundamentais à preservação da vida, na diversidade de suas expressões. Ao patrimônio abiótico integram-se naturalmente os bens geológicos, geomorfológicos, hídricos e climáticos.

Nas iniciativas de conservação da natureza, normalmente se menospreza o componente geológico em relação ao constituinte biológico. Institui-se a maior parte das áreas de proteção para preservar ecossistemas ou seres vivos

(biótopos). Costuma-se relegar a planos secundários os bens patrimoniais geológicos, geomorfológicos, climáticos e hídricos. Cada vez mais cientes, porém, da importância deles para sua sobrevivência, as comunidades valorizam-nas, conservam-nas por isso e exigem indenização condigna quando não há a mínima possibilidade de os preservar nos processos de implantação de empreendimentos de iniciativa privada e/ou governamentais.

Os herdeiros do patrimônio Amoipirá, incorporados ao sistema colonizador ou resistentes a ele conscientizam-se mais e mais da necessidade de se resgatar, registrar e preservar tudo o que se relaciona com a memória de seus ancestrais. Sobre seus antepassados Tupinambá[15] pouco ainda, em Casa Nova e Sento Sé se sabe. Diz-se que no final do século XVI, quando ocupavam o Submédio São Francisco utilizavam machados de pedra para implantar suas caiçaras de lameiro e/ou sequeiro.

> Na terra onde este gentio vive estão mui faltos de ferramentas, por não terem comércio com os portugueses; e, apertados da necessidade, cortam as árvores com umas ferramentas de pedra, que para isso fazem; com o que, ainda que com muito trabalho, roçam o mato para fazerem suas roças, do que também se aproveitava antigamente, todo o outro gentio antes que comunicasse com gente branca. (SOUZA, 1938 p. 411; EVREUX, 1929, p. 10 *apud* OTT, 1958, p. 47-48).

[15] "LARAIA (1995: 53) considera que os antigos Tupinambá teriam ocupado o litoral brasileiro desde o século XII e que se distinguiam dos demais grupos indígenas pelas seguintes características culturais: o uso de rede de dormir, a utilização do arco e da flecha como armas de guerra, o cultivo intensivo da mandioca e a prática da antropofagia. Fernandes (1989, p. 60-61) descreve, com base nos cronistas quinhentistas e seiscentistas, a aldeia Tupinambá como sendo formada por malocas distribuídas de forma a deixar uma área quadrangular no centro, o terreiro, onde acontecia parte importante da vida social". (SANTOS, 2013, p. 287).

Diz-se também que para eles não era tarefa simples a realização do ritual de derrubada de uma roça. Gastavam muitos dias para cortar uma árvore. Só conseguiam derrubar troncos maiores com a ajuda do fogo. O machado servia apenas para fazer os entalhes preliminares na casca da madeira.

> Ao invés de cortar, machucavam a casca. Feito isso e passados alguns dias, para o lugar machucado secar ou ao menos murchar, aglomeravam em torno da árvore uma porção de mato seco e depois lhe punham fogo. A parte machucada da casca pegava fogo antes do resto. Apagando o fogo, com o machado faziam saltar a camada de carvão que ficava desta primeira operação. Punham a madeira a nu. Em seguida, ateavam novo fogo que, quando apagado, soltava uma nova camada de carvão. Continuavam esse processo até conseguir a queda da árvore. (SALVADOR, 1918, p. 55; CARDIM, 1939, p. 157; SYTRADELLI, 1929, p. 575 *apud* OTT, 1958, p. 48).

Na segunda metade do século XVIII, quando parcela Amoipirá havia já migrado para o Maranhão e os portugueses colonizavam ainda o Médio e o Submédio São Francisco para a criação de gado, a política indigenista dedicava-se, com particular afinco, à desarticulação deliberada da vida tribal. Muitos índios do litoral e do sertão invisibilizaram-se então porque se miscigenaram e assumiram a condição de morenos, pardos, escravos[16], mestiços, cabras[17], caboclos ou vaqueiros.

---

[16] "A categoria "escravo" teria sido a mais usual nas sociedades escravistas do Novo Mundo para designar seres humanos propriedades de outrem? O que significava o termo e a quem era dirigido? Tomando os conceitos que empregamos hoje e os significados que atribuímos a eles pode-se dizer que "escravo" era o termo/conceito/categoria evocado para identificar aqueles que eram legal e ilegalmente propriedade privada de outro. É aliás uma definição jurídica em vigor na época". (PAIVA, 2015, p. 65).

[17] "Deram os portugueses esse nome a alguns índios porque os acharam ruminando como cabras a erva Betel que quase sempre trazem na boca". (BLUTEAU, 1728 *apud* AMANTINO, 2015, p. 87).

> Aos escravos (índios e africanos) que até a Reforma Pombalina registravam-se sem sobrenome, exigiu-se que lhes atribuíssem os de seus proprietários portugueses. Para evitar que reivindicassem direitos sobre posses e/ou propriedades, muitos portugueses tiveram o cuidado de os registrar com o seu sobrenome, precedido pela preposição definidora de posse. Essa relação subordinativa mostrava que o sobrenome do fazendeiro não se dissociava do que se atribuía ao escravo. Antes, pelo contrário, deixava claro que esse continuava sendo propriedade sua. Foi assim que surgiram os sobrenomes **dos Santos, de Souza, da Silva, da Rocha e da Costa**, comuns no Semiárido Tapuia. Outros portugueses não tiveram esse cuidado e registraram-nos com seu próprio sobrenome, sem a preposição que caracterizasse tratar-se de posse sua. (KESTERING, 2019b, p. 80).

As interferências na vida das aldeias aceleravam as transformações na identidade étnica dos índios na região, dificultando o reconhecimento de relações filogenéticas da população atual com seus ancestrais nativos. Gestou-se, naquele momento da história do Brasil, o Tapuia genérico, sem tribo e sem etnia definida. Esse nativo ficou conhecido como caboclo, moreno ou mestiço e solidificou-se como sertanejo nordestino.

> O Tapuia caboclo surge, historicamente, onde a colonização se fez com uso intensivo da mão de obra indígena e escassa presença de colonos brancos. Nessas regiões a mestiçagem cresceu rapidamente". (MOREIRA NETO *apud* PORTO ALEGRE, 1993, p. 312).

No final do século XVIII, no vale do Rio São Francisco, mormente no território Amoipirá dos atuais municípios de Casa Nova e Sento Sé havia ainda uma população considerável de indígenas dispersos e uma economia em expansão, necessitando de tanta mão de obra escrava quanta houvesse em disponibilidade.

> O projeto do Estado português, através das leis do diretório pombalino, procurou anular a diferenciação das etnias, atingindo diretamente sua cultura e identidade étnica. Impôs a língua portuguesa, proibindo o uso das línguas nativas ou mesmo da língua geral. Obrigou a adoção de sobrenomes portugueses, forçou a separação das famílias, castigou o nudismo, sobretudo por parte das mulheres. Procurou, por meio da desarticulação cultural das sociedades tribais, a melhor forma de dominá-las. (PORTO ALEGRE, 1993, p. 212).

O Amoipirá sertanejo do Submédio São Francisco destacou-se na vaqueirama e adaptou-se aos novos tempos. Sobreviveu como caçador, coletor, pescador, ceramista, horticultor, criador, vaqueiro[18], remeiro, canoeiro ou militar[19]. Manteve sua tradicional mobilidade sazonal. Alargou, porém, seus horizontes. Nos períodos de maior crise, ele migra, temporária ou definitivamente como sempre fizeram seus ancestrais, para outras regiões do Nordeste ou mesmo do Brasil. Afigurou-se, assim, o sertanejo nordestino justafluvial, como um grupo étnico Tupinambá histórico, diretamente identificado com a cultura do couro[20].

---

[18] "Os indígenas se adaptavam facilmente à pecuária. Tudo indica que foi com base na mão-de-obra local que se fez a expansão da atividade criatória". (FURTADO, 1964, p. 75-76 *apud* MOTT, 2009, p. 41).

[19] "Nenhum colono pôs jamais em dúvida a utilidade da mão-de-obra indígena, (...) O índio era tido, ao contrário, como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimento, para a caça e a pesca. (...) A documentação colonial destaca, por igual, as aptidões dos índios para ofícios artesanais, como carpinteiros, maceneiros, serralheiros, oleiros. (...) A função básica da indiada cativa foi, porém, a mão de obra na produção de subsistência. Para isso eram caçados nos matos e engajados na condição de escravos, índios legalmente livres, mas apropriados por seus senhores através de toda sorte de vivências, licenças e subterfúgios". (RIBEIRO, 1995, p. 99).

[20] "A Torre levava o curral e a cultura da pecuária. Como o gado ia a pé, as estradas dos tropeiros que transportavam o gado começavam a surgir, o caixeiro viajante poderia começar a trafegar e levar as novidades. A

> Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (ABREU, 1998, p. 135).

Não era fácil a vida do Amoipirá que se fez vaqueiro nos territórios dos atuais municípios de Casa Nova e Sento Sé onde os grandes proprietários ou arrendatários pouco faziam presença. Esses normalmente viviam em médias ou grandes cidades, mormente em Salvador e Olinda, e preocupavam-se tão somente com o auferir os rendimentos das atividades pecuaristas[21].

> No Nordeste e no Rio Grande do Sul o domínio da economia pecuária se concentrou em mãos de um punhado de grandes criadores, proprietários de várias fazendas e titulares de sesmarias de dezenas de léguas. No Nordeste, esses grandes proprietários eram absenteístas, pois entregavam os currais à administração dos vaqueiros e aforavam boa parte dos seus latifúndios. (GORENDER, 1978 *apud* MOTT, 2009, p. 48).

Ao vaqueiro competia acostumar o gado ao pasto; amansar e assinalar com ferro quente as ancas dos bezerros; cuidar dos umbigos dos mijolos e curá-los das bicheiras; tratar as vacas

---

indústria do couro se espalhava, assim como a da carne charqueada: surgia toda uma cultura alimentar, os primeiros rudimentos de feiras periódicas, assim como o deparar-se com a seca e com a forma de vida necessária para enfrentar a vida no sertão". (MATTA, 2013, p. 48).

[21] "Em 1697, dentre as 129 primeiras fazendas do sertão do Piauí, apenas doze eram zeladas por seus próprios donos, quer dizer: 90% das fazendas restantes tinham proprietários absenteístas". (MOTT, 2009, p. 48).

paridas; serrar os chifres pontiagudos; queimar os campos na estação apropriada; extinguir onças, cobras peçonhentas e morcegos; selecionar malhadas; abrir cacimbas e bebedouros.

> Para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras. (...) Depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazenda por sua conta. (ABREU, 1998, p. 135).

Na caatinga semiárida, o quotidiano do vaqueiro nativo desenrolava-se sob causticante sol. De agosto a novembro, ou mesmo dezembro, a falta de água era cruel. Nem o gado e sequer o vaqueiro tinham onde saciar a sede. A regularidade das secas e a imprevisibilidade das chuvas eram apavorantes porque a mobilidade sazonal nativa cedera lugar ao sedentarismo imposto pelos latifúndios. Com a seca faziam-se presentes as dificuldades alimentares. O projeto colonialista teria falido não fosse a resistência nativa a dar suporte à vida nas fazendas.

Usavam-se fibras vegetais para se cobrirem as partes pudendas dos adultos e teciam-se redes com fibras de caroá em que se dormia, em substituição aos tecidos com que se vestiam e aos finos lençóis em que se agasalhavam as famílias dos fazendeiros. No cardápio dos finais de semana quase sempre havia farta alimentação, com tatu verdadeiro, peba, tamanduá mirim e paçoca de carne de sol, pilada com farinha e rapadura.

> Comem estes homens só carne de vaca com laticínios e algum mel que tiram pelos paus; a carne ordinariamente se come assada, porque não há panelas em que se coza. Bebem água de poços e lagoas, sempre turva e muito assalitrada. Os ares são muito grossos, pouco sadios. Desta sorte vivem esses miseráveis homens, vestindo couros e parecendo tapuias. (PADRE COUTO, 1697 *apud* PRIORE, 2016, p. 142).

Muitos fragmentos da história dos índios que se fizeram vaqueiros preservam-se nos costumes, em trejeitos sertanejos e nas habilidades que o clima, o solo, a fauna e a vegetação exigiram que aprimorassem junto ao Rio São Francisco ou distante dele[22]. Com os nativos aldeados ou integrados ao sistema colonialista, não foi em Sento Sé e Casa Nova diferente do que no atual território de Tocantins e outras regiões dos sertões brasis se configurou.

> Os índios aqui residentes já abandonaram todos os usos e costumes do estado selvagem. Os homens são empregados nas roças, como se chamam as plantações onde são cultivados o milho, a mandioca, o tabaco, o algodão e o feijão. Estes índios são donos de pequenos rebanhos de gado. Alguns já possuem várias vacas, galinhas e outros animais domésticos. O excedente do que produzem é vendido e eles já conhecem bem o valor do dinheiro, que empregam na aquisição de espingardas, terçados, pólvora, chumbo, vacas, mantos azuis, etc. (POHL, 1819, p. 268 *apud* FIABANI, 2009).

Em restos da cultura material conservam-se, também, traços a partir dos quais, com boas referências teóricas e parâmetros eficazes identificam-se atributos da identidade de seus antigos artífices e/ou usuários Amoipirá-Tupinambá.

> Por conter aspectos da natureza própria dos grupos humanos, designa-se tudo o que se produz, constrói-se ou edifica-se na

[22] "Azeredo Coutinho diz que eram os silvícolas excelentes peões, muito destros na arte de laçar e de trabalhar aqueles gados, apanhando-os (na caatinga), recolhendo-os nos currais e conduzindo-os em boiadas para as povoações e cidades". (MOTT, 2009, p. 51).

> esfera material e imaterial como patrimônio cultural. São bens que, pela sua relevância e relação de pertença, caracterizam-se e reconhecem-se como atributos da identidade dos grupos. A esse universo integram-se as estruturas econômica e social e os artefatos que delas derivam, quais sejam: objetos arqueológicos, artísticos, científicos, manufaturados ou industriais e estruturas arquitetônicas. (KESTERING, 2019a, p. 155).

Pela grande depleção do Lago de Sobradinho, em consequência da estiagem que, em 2015 e 2016, prolongou-se excessivamente nas cabeceiras do Rio São Francisco, evidenciou-se valioso patrimônio arqueológico nas antigas ilhas e terraços fluviais holocênicos de Casa Nova e Sento Sé. Pela ação dos ventos e das águas revoltas exumaram-se artefatos que, pelas evidências arqueológicas e históricas, em nível preliminar e hipotético atribuem-se aos Amoipirá-Tupinambá.

2 LAGO ARTIFICIAL DE SOBRADINHO

Parte do antigo território do povo Amoipirá inundou-se quando, entre o entardecer da década 1970 e o alvorecer dos anos 1980, para regularizar a vazão do Rio São Francisco edificou-se a Barragem de Sobradinho. Importa que se diga ter sido esse período marcado por uma grave crise energética mundial, em consequência da primeira grande instabilidade do petróleo. Esse transtorno fez com que se buscassem alternativas para geração de energia renovável. A partir daí o imperativo da modernização capitalista chegou muito forte no Vale do Rio São Francisco. Inaugurou-se então, no sertão nordestino o processo de aproveitamento e exploração da água e de outros componentes do patrimônio natural (vento e sol) como mercadorias.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denunciava, então, que o modelo de desenvolvimento autoritário gerenciado pelo regime militar, pela valorização a água como negócio para o estado e os grupos mais ricos da sociedade, estava a vestir, com nova roupagem o sistema colonialista. Esclarecia a população de que era a classe já opulenta quem mandava construir grandes obras e se beneficiava com o dinheiro desse negócio. O projeto de modernidade neoliberal estava a impor o empobrecimento de amplas massas populares para enriquecimento de específicos setores da burguesia contemporânea. Lembro-me que diziam os profissionais do MAB ser um exemplo claro dessa política a implantação das barragens para o aumento da geração de energia no país. Mostravam, com fatos inquestionáveis, tratar-se de um negócio que promovia a retirada de milhares de pessoas de sua terra de origem, com o cerceamento consequente ao usufruto de seu patrimônio natural e cultural que, em muitos casos, durante milênios serviam-se para sobreviver. Desde o início da década de 1970, o povo resistia

a esse modelo econômico. Contudo, o dinheiro das classes abastadas ditava as regras e os gestores maiores do país faziam-nas cumprir.

> O modelo energético baseado na produção de energia hídrica significa 20% de toda energia produzida no mundo. Esta forma de produção de energia já expulsou de suas terras de 40 a 80 milhões de pessoas no mundo. No Brasil 92% da energia produzida vêm da fonte hídrica, já tendo expulsado mais de um milhão de pessoas de suas terras. (MAB, 2005 *apud* CORRÊA, 2005, p. 39).

Uma vertente desses projetos previa a construção dessas grandes barragens e usinas hidrelétricas que se constituiriam na matriz do modelo energético brasileiro, para atender majoritariamente aos interesses das eletrointensivas[23], prioritariamente internacionais e/ou transnacionais. Essas empresas passavam a prescrever novas formas de uso e significação do território nacional e dos recursos naturais. A água passou a ser vista como potencial energético dos rios, a fim de elevar projetos desenvolvimentistas conservadores quando o mundo ainda estava sob os efeitos da guerra fria. Socialistas e capitalistas disputavam, de igual forma, as terras e fronteiras patrimoniais, em busca de poder sobre as nações para ampliação dos horizontes de seus respectivos projetos de sociedade.

> Para construção dessas barragens, nesse período, por exemplo, conforme documento da CPI das Barragens, foram inundados milhões e milhões de hectares de terras e florestas, sacrificando e precarizando muitos povos e grupos sociais históricos do campo (Indígenas, afrodescendentes - comunidades remanescentes de quilombos - meeiros, trabalhadores (as) rurais, ribeirinhos, camponeses etc.) que foram remanejados para outras áreas, na realidade, expulsos e expropriados de suas terras, colocando em cheque seus

[23] Caracterizavam-se as eletro-intensivas como empresas do setor industrial que demandavam o consumo de muita energia elétrica.

> modos de vida, suas atividades próprias e seculares de produzir sua existência individual e coletiva, material e simbólica. (CORRÊA, 2009, p. 39).

Em 1973, com suportes ideológicos colonialistas, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), responsável pela construção da monumental estrutura de barramento das águas do Rio dos Currais, chegou a Sobradinho. Abeirou-se do Rio da Integração Nacional com interesses multinacionais postos em alinho com os discursos desenvolvimentistas do Planalto Central, para implantar o progresso exclusivista nas terras onde, durante milênios viviam felizes as tradicionais etnias autóctones entre as quais ora se destaca a dos Amoipirá. Quando se acercou da Cachoeira do Sobrado, convencida de que as conveniências da pátria das oligarquias sobrepunham-se às necessidades básicas da população local, em nome de preceitos mais que excludentes, ela impôs às famílias ribeirinhas o traumático sacrifício da relocação.

> Dos húmicos lameiros, como plantas impeditivas aos projetos governamentais, arrancaram-se os beiradeiros que, com sobejos haveres patrimoniais e saberes culturais, harmonicamente conviviam com seu natural pé de meia. Decidiu-se plantá-los em distante projeto de irrigação e nos estéreis terraços fluviais arcaicos que, já se sabia, em se cultivando nada davam. (KESTERING, 2019a, p. 59-60).

O Lago Artificial de Sobradinho submergiu 350 km de margens férteis do rio, além de muitas ilhas onde se praticava a agricultura de vazante ou lameiro. A construção da monumental obra de engenharia no coração do Semiárido não foi um projeto isolado. (Fig. 1 e 2). Ela seguiu um planejamento colonialista, com objetivos muito bem definidos.

> A tônica geral, o ponto comum em todas essas obras, independentemente de onde são construídas, é que são

> planejadas, desenvolvidas e executadas como se tudo acontecesse em um deserto, ou melhor, onde não houvesse vida alguma para se preocupar, processo algum para interromper, história alguma para respeitar. Como se tudo começasse – o progresso, a vida, a história – com a chegada dos executores do projeto à área. E mais importante ainda, como se o projeto fosse a melhor coisa que poderia acontecer, não cabendo, portanto, dúvida ou oposição. (GERMANI, 1993, p. 557 *apud* SILVA, 2010, p. 118).

Figura 1 - Barragem de Sobradinho



Fonte: Gunten (1980 *apud* Kestering, 2019a, p. 60)

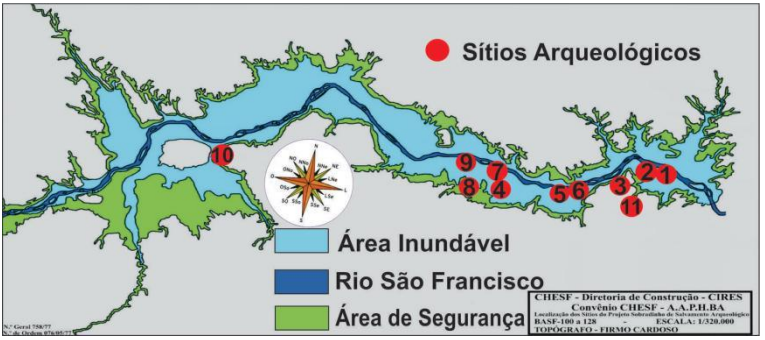
Figura 2 - Barragem de Sobradinho



Fonte: Kestering e Kestering (2014, p. 69)

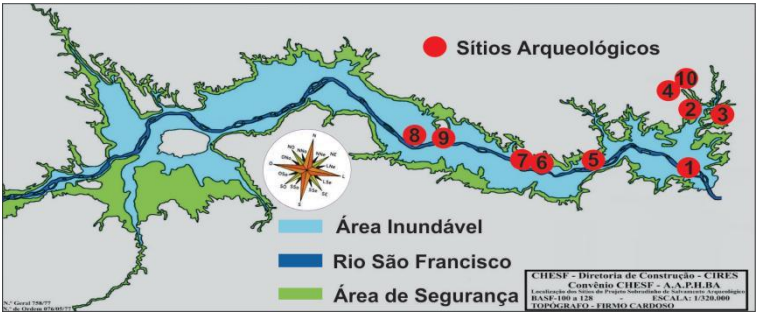
Os primeiros trabalhos de pesquisa referente ao patrimônio arqueológico de que se têm notícia nos municípios de Casa Nova e Sento Sé realizaram-se pela equipe de Calderón, por ocasião da construção da barragem regularizadora do Rio São Francisco. Para cumprir formalidades legais, com a celeridade que o aristocrata sistema colonizador exigia de seu subordinado séquito menestrel, quando se executou o projeto de salvamento identificaram-se relativamente poucos artefatos arqueológicos. No município de Sento Sé encontraram-se 11 sítios e no de Casa Nova, apenas nove. (Fig. 3 e 4).

Figura 3 - Sítios arqueológicos encontrados em Sento Sé



Fonte: Calderón *et al*. (1977 *apud* Kestering, 2019a, p. 157)

Figura 4 - Sítios arqueológicos encontrados em Casa Nova



Fonte: Calderón *et al*. (1977 *apud* Kestering, 2019a, p. 177)

2.1 Impacto Ambiental e Cultural

Durante mais de 38 anos que se seguiram à construção da barragem não se realizou pesquisa arqueológica alguma no território do Município de Casa Nova. A lacuna de trabalhos de pesquisa impôs-se interromper porém, quando, pela depleção do Lago de Sobradinho, em consequência da estiagem que, em 2015 e 2016, se prolongou excessivamente nas cabeceiras do Rio São Francisco, evidenciou-se valiosíssimo patrimônio pré-histórico e histórico em seus terraços fluviais holocênicos. Reativaram-se as dunas que, graças à cobertura vegetal mantenedora de sua estrutura, durante milênios jaziam inativas. Com a desarrumação consequente dos sedimentos que bordejavam o lago artificial, arrancaram-se muitas plantas endêmicas da caatinga justafluvial sanfranciscana. (Fig. 5 e 6). Pela ação dos ventos e das águas revoltas exumaram-se também muitos e preciosos artefatos das indústrias lítica e cerâmica. (Fig. 7).

Figura 5 - Desarrumação dos sedimentos que bordejam o lago



Fonte: Acervo do autor (2015)

Figura 6 - Desarrumação dos sedimentos que bordejam o lago



Fonte: Acervo do autor (2015)

Figura 7 - Artefatos que se exumaram, espalhados na superfície



Fonte: Acervo do autor (2015)

Para compreensão dos sítios impactados pela reativação das dunas fósseis do ancestral território Amoipirá busca-se estudar a cultura material que se evidenciou, relacionando-a com antigos ambientes e as mudanças que neles ocorreram durante o Quaternário, mais especificamente no Pleistoceno

Tardio e Holoceno. As referências teóricas e de métodos, bem como os dados climáticos e geofísicos somados ao estudo das geoformas permitem relacionarem-se os artefatos exumados com a paisagem e com outros sítios da porção submedial do vale, especialmente os que se encontram em ambiente dunar.

Pelo estudo da paisagem, da cultura material e dos sítios arqueológicos no contexto das dunas do Rio São Francisco conhecem-se os ambientes de ocupação possível e/ou preferencial e entendem-se aspectos do sistema simbólico e suas relações com os de outros grupos (contemporâneos ou antepassados) ocupantes de paisagens semelhantes e/ou diferentes. É possível também compreender distintas estratégias que se utilizaram na escolha de ambientes de sobrevivência e subsistência, adaptabilidade, bem como o universo simbólico-cultural das comunidades que no passado se apropriaram e definiram seus espaços de ocupação. (FAGUNDES; PIUZANA, 2010).

É certo que a oferta de água permanente, abundante reserva proteica e vitamínica, bem como de matéria prima para fabricação de instrumentos contribuíram enormemente para exitosas relações adaptativas com o meio, tornando este ambiente, local de ocupação preferencial. Com base nessa constatação, Etchevarne (2002) afirmava que a dependência vital dos grupos em relação ao Rio São Francisco justificou suficientemente a elaboração de um sistema simbólico como eixo referencial de toda a rede de relacionamentos sociais, espaciais, míticos, religiosos, econômicos e de qualquer outro aspecto de ordem cognitiva. Em síntese, na convivência com o rio, definiram-se os atributos básicos da identidade Amoipirá-Tupinambá.

As transformações da natureza processam-se em diferentes escalas de tempo. Mesmo assim, para compreender o passado antigo e recente dos grupos humanos faz-se necessário desvendar os acontecimentos e as mudanças

ambientais acontecidas ao longo do tempo geológico. É por isso que os depósitos sedimentares têm grande importância para se estabelecer um elo entre os acontecimentos do passado geológico (remoto e/ou recente) com os grupos pré-históricos e históricos. (SUGUIO, 1999).

Segundo Suguio (2005), ao longo do Quaternário as paisagens tropicais brasileiras passaram por sensíveis mudanças em decorrência das variações da circulação atmosférica regional, consequentes das variações nos ciclos de glaciação e deglaciação. Essas mudanças produziram marcas nas formas e processos superficiais da região Nordeste. O Quaternário tem, por isso, importância para os estudos paleoclimáticos pelo fato de ter sido marcado pela ocorrência de pelo menos quatro períodos glaciais intercalados por interglaciais.

Estudos paleovegetacionais indicam um aumento das florestas úmidas na transição Pleistoceno-Holoceno (12.000-11.000 anos AP) em áreas interiores e litorâneas. (BEHLING *et al.*, 2000; PESSENDA *et a*l., 2010), com registros de microclimas mais frios. (OLIVEIRA *et al*., 1999). Ab'Sáber (1994) utiliza o termo "pulsações morfoclimáticas" para definir os eventos paleoambientais que caracterizaram o mosaico da vegetação (floresta úmida, cerrado e caatinga) ao longo do Holoceno. (MACIEL, 2016, p. 35).

Com climas mais secos houve expansão do cerrado entre 9000 e 3000 anos AP. Com o clímax desse ressecamento, após 4240 anos AP, expandiram-se a Caatinga e o Cerrado, (LEDRU *et al*., 2006; PESSENDA *et al*., 2010). Em torno de 3000 anos AP, com a substituição da floresta pelo cerrado em algumas áreas, o semiárido nordestino apresentava condições climáticas semelhantes às atuais. (CRUZ JUNIOR *et al*., 2009; (LEDRU *et al*., 2006). A partir de 1300 anos AP, acelerou-se o processo de desertificação na região. (RIBEIRO, 2002). Não obstante, apesar das mudanças climáticas, durante todo o Holoceno, sempre houve plantas da Mata Atlântica e da

Floresta Amazônica em pontos específicos do semiárido, nos chamados “brejos de altitude”. (AB’SÁBER, 1994).

Ab’Sáber (1967) ressaltava que no Nordeste do Brasil e especialmente em algumas áreas do Vale do Rio São Francisco, houve mudanças de relevância ímpar. Em determinados momentos, houve oscilações climáticas que apresentavam maior umidade e em outros, certa aridez. Isso teria ocasionado mudanças profundas na estrutura do relevo, hidrografia e biota. O Nordeste é sem dúvida, a área onde se encontram as maiores evidências de flutuações climáticas intertropicais. Nele há vestígios geomorfológicos bem conservados nos compartimentos interioranos. (MACIEL, 2016, p. 36).

Ab’Sáber (2006) propõe que a ocorrência de campos de dunas nas margens do Rio São Francisco, no interior do Nordeste tem associação direta com um clima mais seco que se instalou durante o Quaternário. Essas mudanças climáticas, ao longo do tempo, deram origem à paisagem da Caatinga. Entende-se por esse domínio a cobertura vegetal adaptada às difíceis condições do clima semiárido: altas temperaturas, balanço pluviométrico deficitário e elevado índice de evapotranspiração. Os solos são pobres, o clima é seco, com índices pluviométricos anuais muito baixos que se concretizam em chuvas torrenciais concentradas em curto período de dois a três meses. (MACIEL, 2016, p. 36).

As temperaturas, por sua vez, são altas (com médias de 28° C). Elas promovem níveis de evaporação elevados, afetando a constituição dos solos e determinando a formação da cobertura vegetal típica da Caatinga. Adaptada a essas condições, a flora apresenta espécies xerófilas que perdem totalmente a folhagem na longa estação seca, recuperando-a, porém, rapidamente, no início da estação úmida. As espécies faunísticas acompanham essa dinâmica sazonal, regulando seu ciclo reprodutivo e metamorfoses. (ETCHEVARNE, 2002).

Às margens do Rio São Francisco a paisagem é diferente. Ali ocorrem espécies vegetais nativas que mantém suas folhas verdes durante todo o ano e concentra-se o maior número de espécies animais. As margens e ilhas formadas por solos férteis de natureza aluvial e de coluvião propiciam essa abundância ecológica. Assim, no contexto do Submédio São Francisco, consagraram-se quatro alternativas de habitat humano: as dunas, os abrigos de pé de serra, os tabuleiros e as várzeas. (ETCHEVARNE, 2002). Isso se constata, ainda hoje, entre os indígenas Tuxá de Rodelas[24] e Truká da ilha da Assunção, junto à cidade de Cabrobó.

As dunas correspondem a colinas de areia originárias a partir da ação do vento. (SUGUIO, 1999). Elas apresentam, em geral, grãos bem selecionados, já que o vento é capaz de transportar partículas com diâmetro equivalente a areia fina, silte e argila, ou seja, clastos de pequena granulometria. Quando encontrados no continente, os depósitos dunares são evidências de clima árido, o que se toma como subsídio para reconstituição paleoambiental e paleoclimática. Para que tais depósitos se formem são necessárias algumas condições propícias. A taxa de evaporação potencial deve exceder à de precipitação pluvial, o que caracterizaria o déficit hídrico e, consequentemente, o vento constitui um dos agentes geológicos mais efetivos nos processos de erosão e sedimentação. A eficácia do vento, o tipo de suprimento de areia, bem como a natureza e densidade da cobertura vegetal determinam a forma das dunas. (MELTON, 1940; MCKEE, 1966; COOPER, 1967).

[24] Os Tuxá tinham suas residências à beira do Rio São Francisco e suas roças nas ilhas próximas, em especial na ilha da Viúva. Com a formação do lago da barragem de Itaparica, foram transferidos, o que provocou desajustes nas noções tradicionais de organização territorial, sistema produtivo e redes de relacionamento. (ETCHEVARNE, 2002).

Os campos de dunas, sejam eles costeiros ou continentais, formam um tipo de paisagem natural com características peculiares. Neles se desenvolvem mecanismos de interação entre os elementos bióticos e abióticos. Determinados organismos conseguem adaptar-se muito bem às condições naturais que imperam nesses ambientes. As condições climáticas, botânicas, pedológicas, geomorfológicas e hidrológicas de um campo de areia eólica adequam-se à fixação de determinadas espécies animais e vegetais. Além disso, são propícias à formação de excelentes reservatórios de água (aquíferos) ou mesmo representar uma zona de recarga de um reservatório subterrâneo, em virtude da permeabilidade dos elementos. (VICENTE DA SILVA, 1993 *apud* CABRAL, 2014).

Segundo Etchevarne (1992), os conjuntos de dunas do Submédio São Francisco são concentrações de areias fixas, de natureza quartzosa, com granulometria fina e média e bom grau de arredondamento. Elas se originaram em diferentes momentos, pela remoção e acumulação eólica de material arenoso das planícies de aluvião do São Francisco. No município de Rodelas constatou-se que as dunas ocupadas tinham superfícies aplainadas, com declive inferior a quatro graus. Nelas havia manchas com concentração de fragmentos de cerâmica e artefatos da indústria lítica. (ETCHEVARNE, 2002).

Nos sítios de pé de serra encontraram-se fragmentos de cerâmica e representações rupestres. Os grupos pretéritos ocupavam esses espaços para representação de figuras próprias de seu sistema de comunicação, abortado pelos colonizadores quando se implantaram as fazendas de gado no Vale do São Francisco.

Os sítios sobre tabuleiros destinavam-se, principalmente, à captação de recursos. Ali se caçava, coletavam-se frutas e obtinha-se madeira para combustão e edificação de

estruturas habitacionais. Em afloramentos de rocha retiravam-se blocos e matacões para trempes, pilões, almofarizes e elementos de sustentação de habitações. Em áreas onde os tabuleiros aproximavam-se do rio com forma de barrancos, instalavam-se moradias, acampamentos temporários e/ou oficinas de indústria lítica. (ETCHEVARNE, 2002 *apud* MAE/UFBA, 1989, p. 25).

Nas várzeas, as populações do vale encontravam as melhores condições de ocupação porque sempre havia fontes de matéria prima para confecção de instrumentos líticos e vasilhames cerâmicos, bem como disponibilidade maior de recursos para subsistência. Ali se desenvolviam atividades de pesca, caça, coleta e algum tipo de horticultura. (ETCHEVARNE, 2002).

Para o estabelecimento de datações relativas analisa-se prioritariamente o contexto ambiental posterior ao desmanche de um antigo lago natural, quando se tornou possível a ocupação do espaço ribeirinho do território Amoipirá. Prossegue-se com a identificação de semelhanças e diferenças das pontas de projétil com as que se encontraram outros lugares da região Nordeste do Brasil, a correlação dos artefatos exumados com as pinturas rupestres dos pés de serra e boqueirões do entorno, bem como o desvendamento do contexto histórico Amoipirá-Tupinambá.

2.1.1 O Vale do Rio São Francisco

Sabe-se que o Rio São Francisco é um dos mais importantes cursos de água do Brasil e da América do Sul. Ele sempre favoreceu a ocupação humana e formação de relacionamentos econômicos, sociais e culturais entre os grupos ribeirinhos, desde o final do Pleistoceno, há mais de

16 mil anos até os dias atuais. Suas nascentes localizam-se nos municípios de Medeiros e São Roque, na Serra da Canastra, estado de Minas Gerais. Atravessa cinco estados, quais são: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Tem 2.814 km de extensão. Drena uma área de aproximadamente 641.000 km². Banha 521 municípios e deságua no Oceano Atlântico.

O Alto São Francisco tem início na Serra da Canastra - MG, onde o rio nasce, e termina na cidade de Pirapora - MG. A ele sucede o Médio São Francisco que compreende o trecho entre as cidades de Pirapora - MG e Remanso - BA. Sua altitude varia de 2.000 a 500 m. A temperatura média anual é de 24ºC e a evaporação, de 2.900 mm anuais. As chuvas caem de novembro a abril, com precipitação média anual de 1.400 a 600 mm. A vegetação dominante compõe-se de Cerrado e Caatinga.

O Submédio São Francisco onde se localiza a Barragem Artificial de Sobradinho que promoveu inundação de parte substancial do antigo território do povo Amoipirá começa no município de Remanso e termina em Paulo Afonso, ambos no Estado da Bahia. Abrange uma área total de 168.528 Km². Trata-se de uma região semiárida, inserida no Polígono das Secas onde domina a paisagem da Caatinga.

Nos anos em que a seca se prolonga, a vazão do Rio São Francisco diminui drasticamente e o Lago de Sobradinho sofre grande depleção, oportunidade em que se expõem sedimentos quaternários de suas antigas ilhas e margens. A exibição dos depósitos arenosos propicia a reativação de dunas fósseis e desestrutura sítios arqueológicos. Centenas, quiçá milhares de artefatos da indústria lítica e cerâmica histórica e pré-histórica espalham-se, assim, pela superfície atual do terreno e, a mercê das ondas do lago deslocam-se dos lugares em que foram fabricados, utilizados e/ou descartados.

Os artefatos dispersos pelas ondas do lago artificial jaziam em espaços justafluviais que se ocuparam após o desmanche de um antigo lago natural que as evidências sugerem ter havido na região. Para compreender as ocupações humanas das dunas pesquisa-se a forma e respectiva função dos artefatos expostos. Propõem-se, hipotética e preliminarmente, datações relativas ao contexto ambiental em que viveram seus usuários e/ou autores. A análise deles subsidia o desvendar de parte do contexto arqueológico histórico e pré-histórico da porção submedial do rio.

O Baixo São Francisco estende-se de Paulo Afonso - BA à foz do rio, no Oceano Atlântico. Sua altitude varia de 200 m até o nível do mar. A temperatura média anual é de 25ºC. A evaporação é de 2.300 mm anuais e a precipitação média anual varia de 1.300 a 800 mm. A ocorrência de chuvas naquele trecho do vale acontece no período de março a setembro, ou seja, no inverno, enquanto no restante da região as chuvas se verificam no verão. A vegetação é de dois tipos: Caatinga no trecho mais alto e Mata Atlântica, na região costeira. O clima é tropical semiúmido.

O Rio São Francisco sempre foi de extrema relevância cultural e social no contexto das ocupações humanas da região submedial do vale. Ele não pode, por isso, ser estudado apenas em seus aspectos físicos e geográficos. Ele é o eixo de referência para os grupos pretéritos que ocuparam suas ilhas e margens. Dessa forma analisam-se os artefatos dos sítios que se desestruturaram pela reativação das dunas fósseis, com abordagens teóricas e métodos da Arqueologia da Paisagem. Estuda-se a paisagem pelo viés da construção social, ou seja, como elemento cultural. Pressupõe-se que o ambiente não se limita a uma entidade física porque ele constitui-se de aspectos cognitivos e comportamentais, bem como de signos e símbolos apropriados e transmitidos por sociedades humanas. (FAGUNDES; PIUZANA, 2010).

As mudanças na paisagem durante o Quaternário dão relevância ao entendimento do contexto dos sítios arqueológicos da região do Submédio São Francisco. Há referências históricas de cartógrafos[25] e cronistas, bem como evidências geológicas e geomorfológicas que sugerem a existência de um paleolago na região limítrofe entre o Médio e o Submédio São Francisco[26]. Esse antigo lago natural teria inundado, durante muito tempo, a área onde se situam os sítios que ora se desestruturam e, por isso, em caráter de urgência se estudam.

Para Binford (1982), a compreensão da paisagem amplia a noção de sítio arqueológico. Com ela se admite o princípio de que os grupos históricos e pré-históricos utilizavam e interpretavam espaços bem mais amplos que os sítios, para atender a diferentes fins, fossem eles quais fossem. O problema que ora se apresenta é o motivo por quê e quando teriam os Amoipirá ocupado as cercanias do antigo lago, mormente o campo das dunas e os pés de serra do espaço correspondente aos atuais territórios de Casa Nova e Sento Sé.

[25] Bartolomeu Velho (1561), Diogo Homem (1565), André Homem (1569), Antônio Sebastião Lopes (1570), Fernão Vaz Dourado (1570 e 1571), Domingos Teixeira (1573), Pero Magalhães Gandavo (1574), Bartolomeu Lasso (1592), João Baptista Lavanha e Luís Teixeira (1597 e 1612), Manoel Godinho de Erédia (1615-1622), Antônio Sanches (1633) e João Teixeira Albernaz (1640) representaram um lago no interior do Brasil. (CORTEZÃO E MOTA, 1960).

[26] Lopes de Velasco *et al.* (Séculos XVI e XVII, *apud* MOURA, 2002).

3 LAGO NATURAL DE SOBRADINHO

Para obtenção de cronologias relativas aos respectivos artífices e/ou usuários correlaciona-se a cultura material encontrada nas dunas fósseis com elementos constitutivos da paisagem. Estabelece-se para isso, em nível preliminar e hipotético, a abrangência do antigo lago natural. As proposições sobre sua existência instiga a busca de indicativos da gênese, evolução e desmanche. Há relatos de que sua existência, no ocaso talvez, ter sido contemporânea à chegada dos europeus ao continente americano. Com base em narrativas da tradição oral nativa, provavelmente Tupinambá, Bartolomeu Velho (1561), Diogo Homem (1565) e Lopes de Velasco (1574) representavam-no em latitudes e longitudes aproximadas às do atual Lago de Sobradinho. (CORTEZÃO E MOTA, 1960; MOURA, 2002; Fig. 8 e 9).

Figura 8 - Lago representado por Bartolomeu Velho, em 1561



Fonte: Cortesão e Mota (1960), adaptado pelo autor deste

As informações sobre o Opará (mar de água doce) desencontravam-se em alguns aspectos, mas convergiam em

outros. Muitas delas referiam-se a riquezas minerais e metais preciosos em seu entorno. Apesar das divergências entre os autores sobre o momento em que se desfez, ele pode ser utilizado como parâmetro na proposição de cronologias relativas à ocupação humana dessa região. Quando ele estava na cota máxima, somente os lugares altos da paisagem seriam passíveis de apropriação. Num segundo momento, quando, por sucessivas depleções estava na cota mínima para que o fluxo da água seguisse ainda em direção norte, poder-se-iam assentar em áreas intermédias. Num terceiro momento, quando já se definira ou estava a definir-se o curso sub-médio atual do Rio São Francisco para a direção leste, seriam habitáveis as margens e as ilhas de seu leito atual. (KESTERING, 2007, p. 42).

Figura 9 - Lago representado por Diogo Homem, em 1565



Fonte: Cortesão e Mota (1960 *apud* Kestering, 2007, p. 39)

Há descrições do antigo Lago de Sobradinho, feitas por Afonso de Monroi e Vital Manoel Parente (1670), exploradores do Piauí, com base em relatos fornecidos pelos nativos. Há também várias outras referências de cronistas dos séculos XVI e XVII. (MOURA, 2002).

Durante os séculos XVI e XVII, admitia-se que o Rio São Francisco tinha suas origens em uma lagoa cheia de ilhas, no interior do Brasil. Nessas ilhas haveria muito ouro, prata e, talvez, diamantes. Embora a posição geográfica do lago interior e a sua dimensão variassem grandemente, de cronista para cronista ou de cartógrafo para cartógrafo, tinha-se a impressão de que ele era contemporâneo das descrições dos índios, e não algo que tivesse existido em passado muito distante. (...)

Existe uma informação registrada em documento em língua espanhola, do começo da segunda metade do século XVI, que situava a lagoa onde se encontrariam riquezas em latitudes iguais às do Cabo de Santo Agostinho, do qual se dizia não ficar a grande distância. (...)

Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, alimentou a pretensão de conhecer a origem do Rio São Francisco, onde os índios diziam existir uma cidade ornamentada com ouro. Foi duas vezes a Lisboa, com esperanças de ser autorizado a realizar a conquista da referida cidade, o que nunca conseguiu porque a Corte lhe recusou os títulos e honras que ele pedia como condição de suas pesquisas. (...)

Ao final do primeiro século, a Coroa portuguesa nomeou Gabriel Soares de Souza, capitão mor e governador da conquista do Rio São Francisco, para, "à sua custa e despesa", avançar além do ponto a que chegara Duarte Coelho – o que comprova ter o primeiro donatário de Pernambuco se aventurado, certamente por conta própria (mas com o total conhecimento do rei) pelos sertões do São Francisco, em busca de metais e pedrarias. Gabriel Soares de Souza seguiu do Recôncavo da Bahia, pelo Rio Paraguaçu, até o Rio São Francisco. Ele próprio disse ter ouvido dos índios referências sobre minas de prata, na lagoa onde se formavam alguns rios, inclusive dois deles que se dirigiam para leste – sendo um, seguramente, o São Francisco. (...)

Gandavo (1576), afirmava que o Rio São Francisco procedia de um lago muito grande situado no interior da terra. Dizia ter ouvido informações de que havia lá muitas povoações cujos moradores possuíam grandes haveres de ouro e pedrarias. Afirmava que essas notícias eram contadas pelos índios.

> Dentro dessa lagoa, diziam os índios, havia algumas ilhas e nelas, muitas povoações. Outras povoações, também grandes, teriam sido edificadas ao redor dela. Em todas elas havia muito ouro. O ouro nessa região seria mais do que se encontraria em qualquer outra parte da província. (MOURA, 2002 *apud* KESTERING, 2007, p. 39-40).

*A*lém dos cronistas, geólogos e geomorfólogos instigaram-se a procurar indícios da gênese e evolução do Rio São Francisco. Segundo Tricart (1974, *apud* Barreto *et al*. 1999), as Dunas Fósseis da porção mediana do vale teriam surgido a partir de sedimentos carreados e depositados pelo Rio São Francisco quando tivera caráter senil e divagante. Ele interpretava o fenômeno das dunas inativas como evidência de um clima pretérito mais seco que o atual, quando o Rio São Francisco tivera caráter endorreico.

Referindo-se à natureza intermitente do Rio, Costa (1984 *apud* Barreto *et al*. 1999) argumentava que "a modificação para a drenagem exorreica teria exposto os sedimentos, permitindo a colonização de vegetação nas dunas fósseis". A argumentação sobre a implantação da vegetação sustentava-se no pressuposto da existência de diferentes extravasores a promover sucessivas depleções do paleolago. Considerando que os sedimentos eólicos e extensos lençóis de areia situam-se em altitudes que variam de 680 metros, nas proximidades da Serra do Estreito e 389 metros, nas margens atuais do Rio São Francisco, ter-se-á que admitir a existência de extravasores em diferentes altitudes. Presume-se que suas cotas variaram de 600 metros de altitude junto à Serra do Estreito a 360 metros, na base da Serra onde se edificou a atual Barragem de Sobradinho.

Na Serra dos Colomis (Columis, Columins ou Curumins como é conhecida em Remanso), preservam-se cicatrizes indicativas desse pequeno mar de água doce, quando sua superfície estava a 600 metros de altitude. Segundo Mabesoone (1994

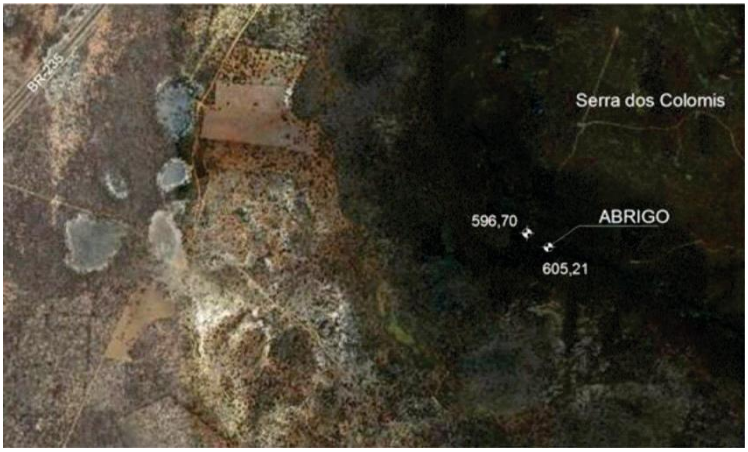
apud Kestering, 2007, p. 41), o extravasamento das águas excedentes acontecia pela nascente do Rio Piauí, entre o povoado de Peixe no município de Campo Alegre de Lourdes, no Estado da Bahia e a cidade de Caracol, no Estado do Piauí. Na fronteira dos dois estados preservam-se indicativos da dissecação que o antigo fluxo de água promovia no maciço sedimentar do Grupo Serra Grande, constituinte da Bacia do Parnaíba. (Fig. 10 e 11).

Figura 10 - Cicatrizes do lago natural na Serra dos Colomis ou Columis



Fonte: Acervo pessoal do autor(2015)

Figura 11 - Georreferenciamento das cicatrizes na Serra dos Colomis



Edição: Flávio Barros (2015)

Mabesoone (1994) concordava ter existido um lago na região limítrofe entre o Médio e o Submédio São Francisco. Justificava que ele resultara de uma atividade tectônica no interior do Brasil, durante o Pleistoceno tardio e médio, quando teria ocorrido uma reativação de falhas costeiras do Nordeste do Brasil. Propunha ele, que essa atividade tectônica teria modificado o curso de alguns rios entre os quais o São Francisco.

> O curso [do Rio São Francisco] com direção sul-norte, nos estados de Minas Gerais e Bahia é evidentemente um vale maduro, com extensos depósitos aluviais, enquanto que o trecho mais baixo, com direção noroeste-sudeste é mais jovem. Então, antigamente o Rio São Francisco deve ter fluído em outra direção para o Oceano (este fato já foi sugerido por Moraes Rego, em 1936 e, mais tarde, por vários outros autores). Seu curso precedente provavelmente seguia pelo largo vale aberto do atual Rio Piauí. É nesse vale do Rio Piauí que aparecem densos depósitos arenosos muito largos e extensos para um rio do seu tamanho atual. Além disso, o curso superior do Rio Piauí é separado da área de drenagem do Rio São Francisco por uma estreita faixa seca. Nesta faixa encontra-se um depósito de areia com a mesma composição do que existe no curso médio do próprio Rio São Francisco. Então, anteriormente, o rio deve ter seguido em direção norte, através dos vales do atual Rio Piauí e Parnaíba para o Oceano Atlântico equatorial onde existe um grande delta na sua foz. Os depósitos de terraço arenoso do Rio Piauí podem ser facilmente explicados pelo fato de que, imediatamente ao norte da faixa, o vale corta, de um lado a outro, os conglomerados do Grupo Serra Grande, formado entre o início do Siluriano[27] e o Ordoviciano[28] tardio.
>
> Quando o curso do Rio São Francisco foi interrompido pela elevação das cuestas dos grupos Serra Grande e Ibiapaba, suas águas, evidentemente, ficaram paradas, por algum tempo,

[27] Siluriano: período geológico contido entre 439 e 409 milhões de anos.

[28] Ordoviciano: período geológico situado entre 510 e 439 milhões de anos.

> antes do encontro com o caminho da nova drenagem em direção ao oceano. Tal represamento inundou parte das áreas baixas da superfície morfológica exposta naquele tempo, formando um pequeno lago entre as cidades de Remanso e Petrolina e mais a leste. Neste lago (ou pequeno lago) uma fina sucessão de calcários de água doce (Formação Caatinga) tem-se depositado em alguns lugares, datados como Quaternário, com base em uma pequena quantidade de fósseis (Suguio et al., 1980). Esta unidade estratigráfica é mais calcária, onde afloram antigos depósitos carbonáticos, e mais clástica onde aparecem outros tipos de rocha. Quando se comparam todas essas feições, assim como a erosão, denudação e níveis de acumulação, chega-se à conclusão de que a flexão do Rio São Francisco deve ter acontecido durante a Glaciação de Mindel. (MABESOONE, 1994 *apud* KESTERING 2007, p. 40-41).

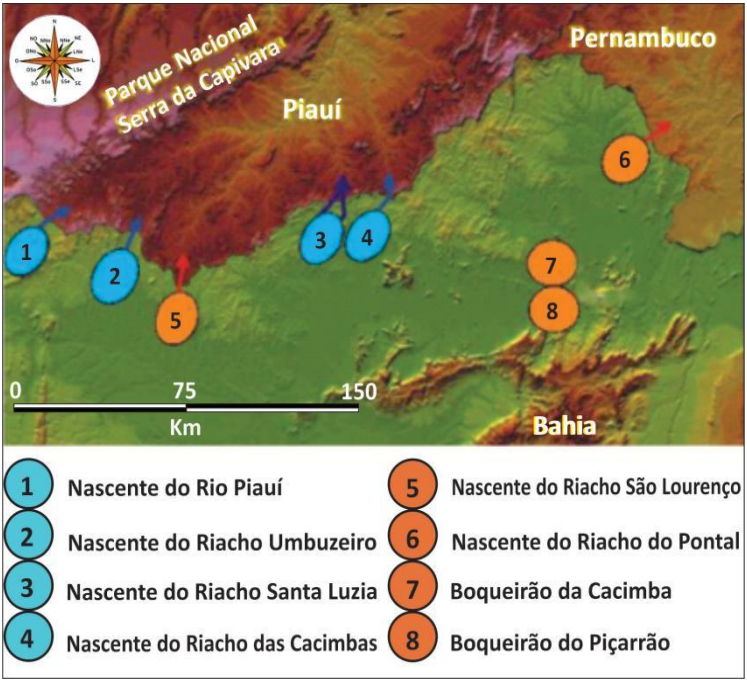
Ao perfurarem poços hidrogeológicos no Médio São Francisco, geólogos constataram pacotes sedimentares com espessuras de até 90 metros, em alternância de camadas de argila e areia fina, com nível de base a 349 metros de altitude. Ao interpretarem as camadas sedimentares, concluíram ter havido um grande lago na região.

> [Argumentaram que, por não ter havido soerguimento significativo no Quaternário, seria] provável que as águas do Rio São Francisco, durante muito tempo, não ultrapassavam o ponto onde está a Barragem de Sobradinho, ficando represadas, desde o norte da cidade de Morpará - BA até as imediações da Serra de Sobradinho ou Olho d'Água. (PEREIRA; BRÁS, 1996).

Com estribo nos relatos de cronistas e na premissa de geólogos e geomorfólogos prospectaram-se as nascentes de feições de relevo com evidências de extravasores do antigo lago. Identificaram-se cicatrizes indicativas de pretéritos fluxos de água nas nascentes do Rio Piauí, hoje a 514 m de altitude; do Riacho do Umbuzeiro, a 500 m; dos riachos Santa Luzia e das Cacimbas, a 478 m; dos riachos do Pontal,

Boqueirão da Cacimba e Boqueirão do Piçarrão, a 466 m; do Riacho São Lourenço, a 460 m. (Fig. 12).

Figura 12 - Hipotéticos extravasores do Antigo Lago de Sobradinho



Fonte: EMBRAPA (2000), modificado pelo autor deste

Buscaram-se evidências que corroborassem a existência dele e mostrassem quando ocorreu seu desmanche. Com estudantes do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) coletaram-se sedimentos no leito da depressão situada à nascente do Rio São Lourenço. Trata-se de um talvegue com sete metros de profundidade em relação às margens próximas, na região fronteiriça entre a Bahia e o Piauí, por onde o Rio São Francisco teria fluído, por extravasor do antigo lago. (Fig. 13 a 17).

Figura 13 - Levantamento topográfico na nascente do Rio São Lourenço



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 14 - Local da coleta de sedimentos



Fonte: Google Earth (2016), adaptado pelo autor

Figura 15 - Estudantes de Arqueologia da UNIVASF



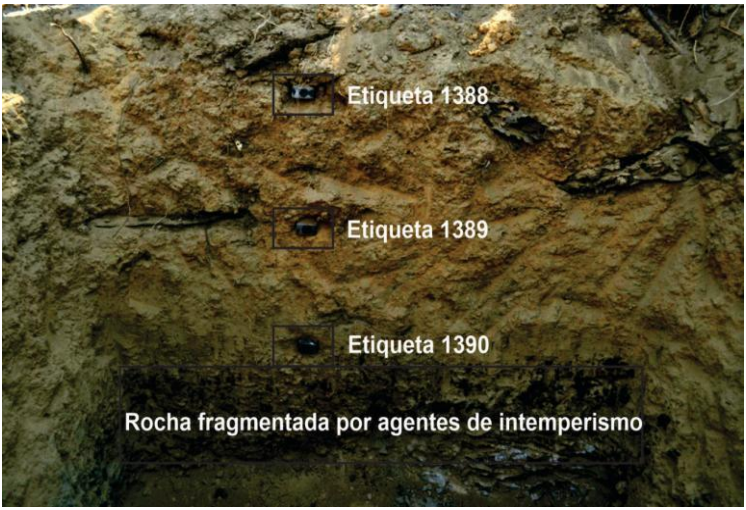
Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 16 - Coleta de sedimentos a 460 m de altitude



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 17 - Coleta de sedimentos



Fonte: Acervo do autor (2014)

Por Luminescência Oticamente Estimulada (LOE) que se aplicou em partículas de quartzo de sedimentos coletados junto ao embasamento rochoso, a 0,7 m de profundidade, obteve-se a datação de 5.850 +/- 800 anos. (Fig. 18).

Figura 18 - Resultado da datação por LOE

Código Datação	Amostra	Dose Anual (µGy/ano)	P (Gy)	Idade (anos)
4258	Etiqueta 1388 - 0,10 m	2.200 ± 210	3,0	1.360 ± 200
	DESVIO PADRÃO ⇒		0,7	
4259	Etiqueta 1389 - 0,35 m	2.990 ± 300	8,3	2.780 ± 420
	DESVIO PADRÃO ⇒		1,7	
4260	Etiqueta 1390 - 0,70 m	2.640 ± 240	15,4	5.850 ± 800
	DESVIO PADRÃO ⇒		1,6	

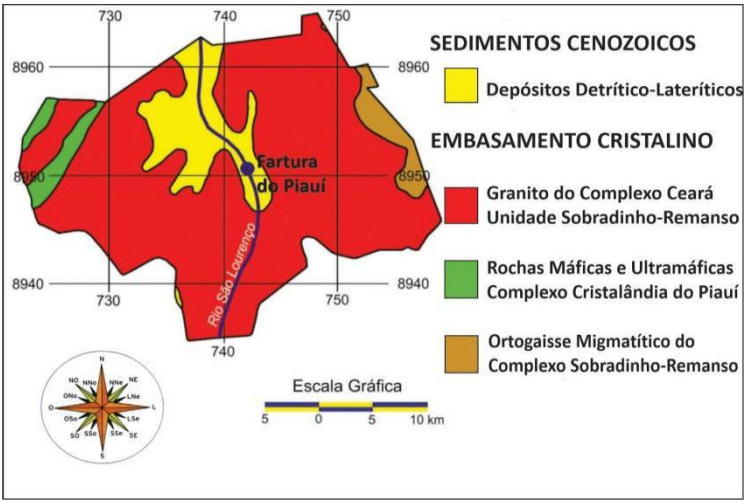
Fonte: Datação, Comércio e Prestação de Serviços Ltda (2014)

Apanharam-se sedimentos na nascente daquele rio porque ele possui a menor altitude em relação às outras, sugerindo ter sido por ela o último extravasor do lago natural de Sobradinho, quando o Rio São Francisco ainda fluía em direção norte, pelos rios Piauí e Parnaíba, para desaguar no Oceano Atlântico Equatorial.

Os sedimentos extraídos e datados jaziam sobre a superfície de granito do embasamento cristalino, Complexo Ceará, Unidade Sobradinho - Remanso, a 460 m de altitude. (CPRM, 2004, p. 10; Fig. 19). Eles devem ter-se acumulado desde o momento em que o Rio são Francisco deixou de fluir por essa geoforma quando, por erosão regressiva de um pretérito fluxo hídrico iniciou-se o desmantelar do antigo lago, com o desvio de seu curso para a direção leste. Projetou-se, então, a área de abrangência do paleolago, quando sua cota estaria a 460 metros de altitude. Observou-se que o território inundado estendia-se da Serra dos Dois Irmãos, divisa dos estados do Piauí e Bahia até o atual estado de Minas Gerais onde jazem densas camadas de finas areias quartzosas. (Fig. 20).

A datação que se obteve imprime consistência à proposição de que todas as ocupações humanas da área de abrangência do antigo lago, isto é, inferiores a 460 m de altitude, tenham ocorrido há menos de 5.850 anos. Assim, os artefatos da indústria lítica e cerâmica que se evidenciaram com a reativação das dunas fósseis de Casa Nova, por se situaram a 385 metros de altitude, teriam sido confeccionados e/ou utilizados por grupos que ocuparam o Submédio São Francisco no Holoceno Superior, quando já se instalara o clima semiárido na região. É provável que a ocupação da área pelo povo Amoipirá tenha acontecido desde épocas relativamente remotas e a segunda metade do Século XVI, quando se estavam a inaugurar, nas terras do litoral nordestino, o cultivo da cana de açúcar e a criação de gado.

Figura 19 - Esboço geológico da área onde se coletaram sedimentos

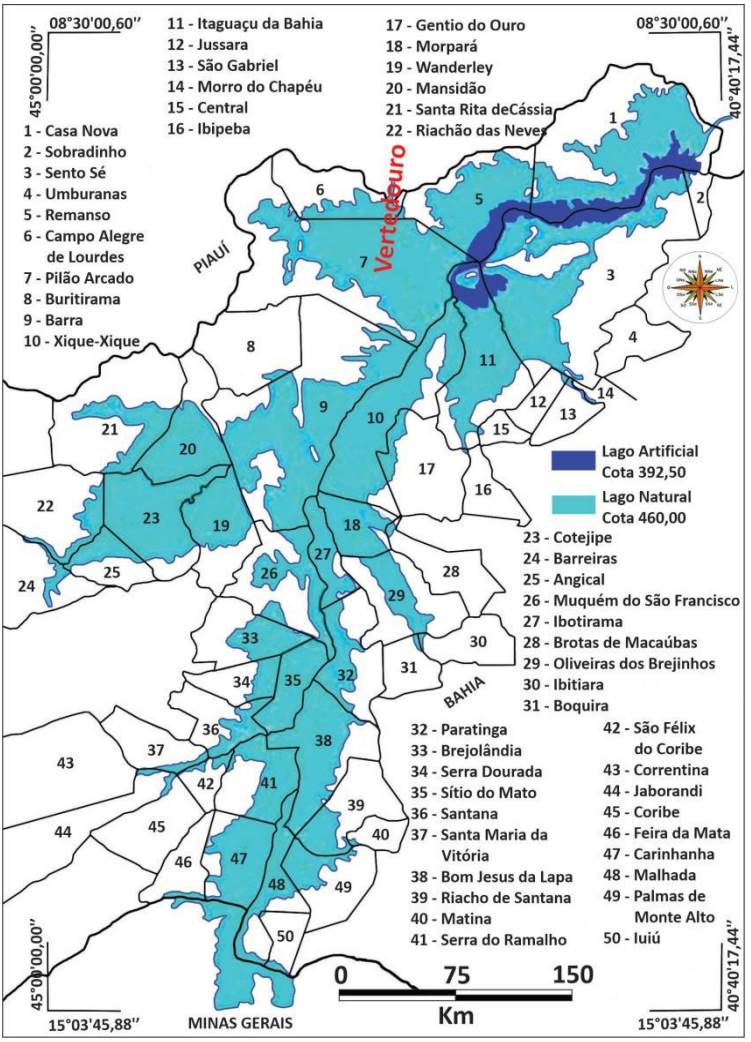


Fonte: CPRM (2004, p. 4), adaptado pelo autor deste

Com vistas a identificarem-se evidências da barragem natural responsável pela formação do velho lago prospectaram-se sedimentos deltaicos e geoformas esculpidas por agentes de intemperismo físico (mormente água) em rochas do Sistema de Dobramentos Riacho do Pontal (Complexo Casa Nova) e do *Greenstone Belt* do Rio Salitre, junto à fronteira setentrional da Chapada Diamantina. Delimitou-se a pesquisa às imediações das Serras de Sobradinho e do Olho d'Água, conforme sugestão dos geólogos Pereira e Brás (1996).

Constatou-se que as dunas fósseis e os extensos lençóis de areia do Médio e Submédio São Francisco tinham como fronteira leste a Serra do Boqueirão e o Serrote do Horizonte, na borda sul do atual lago de Sobradinho e a Serra da Esperança, na margem norte do mesmo. (Fig. 21). Verificou-se também a ocorrência de sedimentos deltaicos a oeste da Serra do Boqueirão, em local sob influência de pequena força de tração horizontal, a sugerir tratar-se de ambiente outrora lacustre. (Fig. 22).

Figura 20 – Área de abrangência dos lagos atual e antigo



Autoria: Flávio Roberto Carvalho Barros (2015), adaptado pelo autor

Observou-se semelhança na composição mineralógica das rochas do Serrote Horizonte, em Sobradinho - BA e da Serra da Esperança, em Casa Nova, bem como em morros residuais

das unidades Barra Bonita (18) e Mandacaru (21), abundantes entre essas duas geoformas da Faixa de Dobramentos Riacho do Pontal, Complexo Casa Nova. (Fig. 25 a 37). Enfatiza-se que os afloramentos do maciço, situados em cotas mais baixas, estão desnudos de sedimentos ou cobertos por fina camada de solo, a sugerir relativamente curto lapso de tempo transcorrido entre o desmanche da barragem natural e os dias atuais.

Figura 21 - Fronteira leste da dunas fósseis de Casa Nova



Fonte: Google Earth (2021) adaptado pelo autor

Figura 22 - Sedimentos deltaicos junto à Serra do Boqueirão



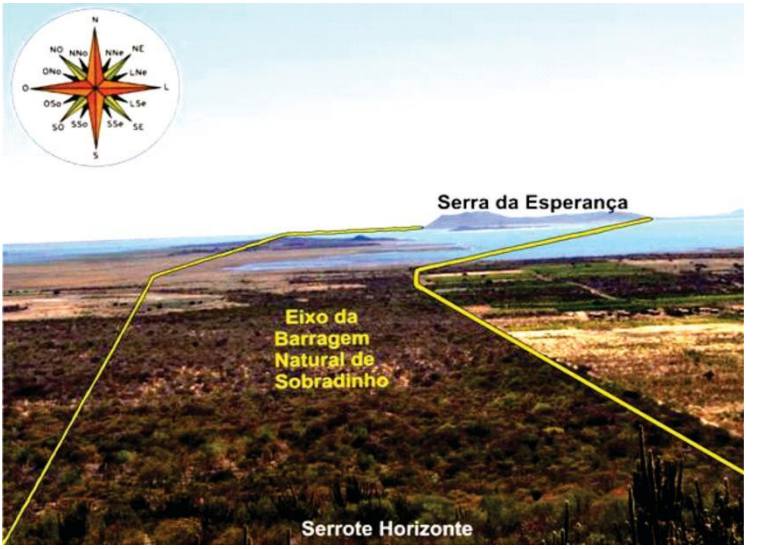
Fonte: Kestering (2007, p. 47), adaptado pelo autor deste

Figura 23 – Esboço das barragens natural e artificial de Sobradinho



Fonte: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 21)

Figura 24 – Hipotético eixo da barragem natural

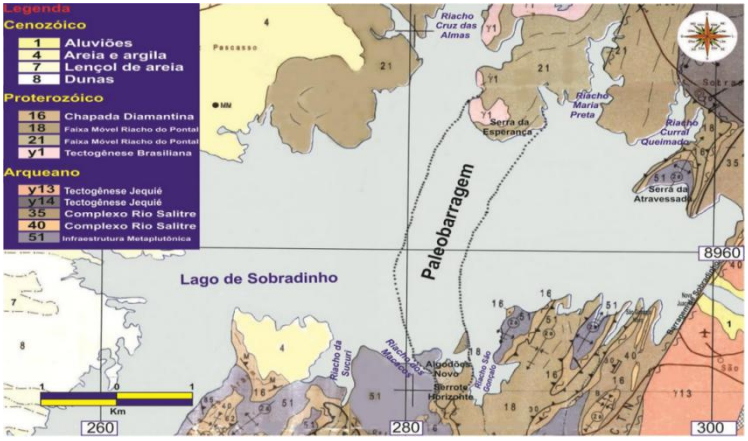


Fonte: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 22)

> O topo do Serrote Horizonte é constituído de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador. Estas sobrejazem a micaxistos granadíferos da Unidade Barra Bonita, do Sistema de Dobramentos Riacho do Pontal, Complexo Casa Nova. Em toda extensão do eixo da antiga barragem, há *inselbergs*, com afloramento de micaxistos do mesmo sistema de dobramentos. Contudo, das imediações da antiga sede da Fazenda Pedras em diante, no sentido da Serra da Esperança, os micaxistos dos *inselbergs* associam-se a metagrauvacas da Unidade Mandacaru.
>
> Entre os *inselbergs*, conhecidos regionalmente como serrotes, há terrenos relativamente planos. Neles se encontram afloramentos de maciços, matacões, seixos e cascalhos de micaxisto granadíferos e metagrauvacas. Ali, a camada sedimentar é muito rasa, com sérias limitações à prática agrícola que demande mecanização. (KESTERING; BEZERRA; LEDOUX, 2018, p. 22).

Solos rasos caracterizam-se como neossolos litólicos. Eles normalmente localizam-se em locais de declive acentuado e sobrejazem à rocha que lhe dá origem. Sua granulometria constitui-se basicamente de matacões e blocos. (Fig. 38 a 41).

Figura 25 - Semelhança na composição mineralógica das rochas



Fonte: Angelim (1997), adaptado pelo autor

Figura 26 – Rochas metassedimentares da Chapada Diamantina



Foto: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 23)

Figura 27 - Rocha da Faixa Riacho do Pontal no Serrote Horizonte



Fonte: Acervo do Autor (2016)

Figura 28 – Afloramento de micaxisto na base do Serrote Horizonte



Foto: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 24)

Figura 29 - Afloramento de micaxisto granadífero



Foto: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 24)

Figura 30 - Afloramento de micaxisto granadífero



Foto: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 25)

Figura 31 – Afloramento de micaxisto granadífero



Foto: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 25)

Figura 32 – Afloramento de micaxisto granadífero



Foto: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 26)

Figura 33 – Afloramento de micaxisto granadífero



Foto: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 26)

Figura 34 - Rochas da Faixa Riacho do Pontal no eixo barragem



Fonte: Acervo do Autor (2016)

Figura 35 – Afloramento de micaxisto granadíferos e metagrauvacas



Foto: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 27)

Figura 36 - Matacões da Faixa Riacho do Pontal no eixo da barragem



Fonte: Acervo do Autor (2016)

Figura 37 - Metagrauvacas da Faixa Móvel Riacho do Pontal



Fonte: Acervo do autor (2016)

> [Neossolos litólicos são] solos com horizonte A ou hístico, assentes diretamente sobre a rocha, sobre um horizonte C ou Cr ou sobre material com 90% (por volume), ou mais de sua massa constituída por fragmentos de rocha com diâmetro maior que 2 mm (cascalhos, calhaus e matacões) e que apresentam um contato lítico típico ou fragmentário dentro de 50 cm da superfície do solo. Admite um horizonte B em início de formação, cuja espessura não satisfaz a qualquer tipo de horizonte B diagnóstico. (ROSÁRIO, 2018 *apud* KESTERING; BEZERRA; LEDOUX, 2018, p. 23).

Figura 38 - Afloramento do maciço e solo raso no eixo da antiga barragem



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 39 – Matacões, seixos e cascalhos sobrejacentes ao maciço



Foto: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 27)

Figura 40 – Matacões, seixos e calcalhos dificultam a mecanização agrícola



Foto: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 28)

Figura 41 – Matacões, seixos e calcalhos dificultam a mecanização agrícola



Foto: Kestering, Bezerra e Ledoux (2018, p. 28)

Viu-se que a barragem de Sobradinho foi edificada ao norte próximo da Serra do Olho d'Água, sobre quartzitos residuais da sequência inferior do *Greenstone Belt do Rio* Salitre. Observou-se que as obras de concretagem impuseram limite ao processo erosivo que o Rio São Francisco estava já a promover sobre maciço do Complexo Sobradinho-Remanso formados no Paleoarqueano, entre 3,6 e 3,2 bilhões de anos, subjacente ao *Greenstone Belt* do Rio Salitre. (Fig. 42).

Figura 42 - Barragem edificada junto à serras do Sobradinho e Olho d'Água



Fonte: Acervo do autor (2016)

As rochas do *Greenstone Belt* do Rio Salitre sofriam relativamente lento processo erosivo promovido pelo fluxo sazonal de água de riachos situados a leste da antiga barragem natural até que, presume-se, sua dissecação acelerou-se grandemente pelo fluir do Rio São Francisco após seu desmanche. Mesmo assim o processo erosivo mal estava a ultrapassar a sequência inferior dele. (Fig. 43 e 44).

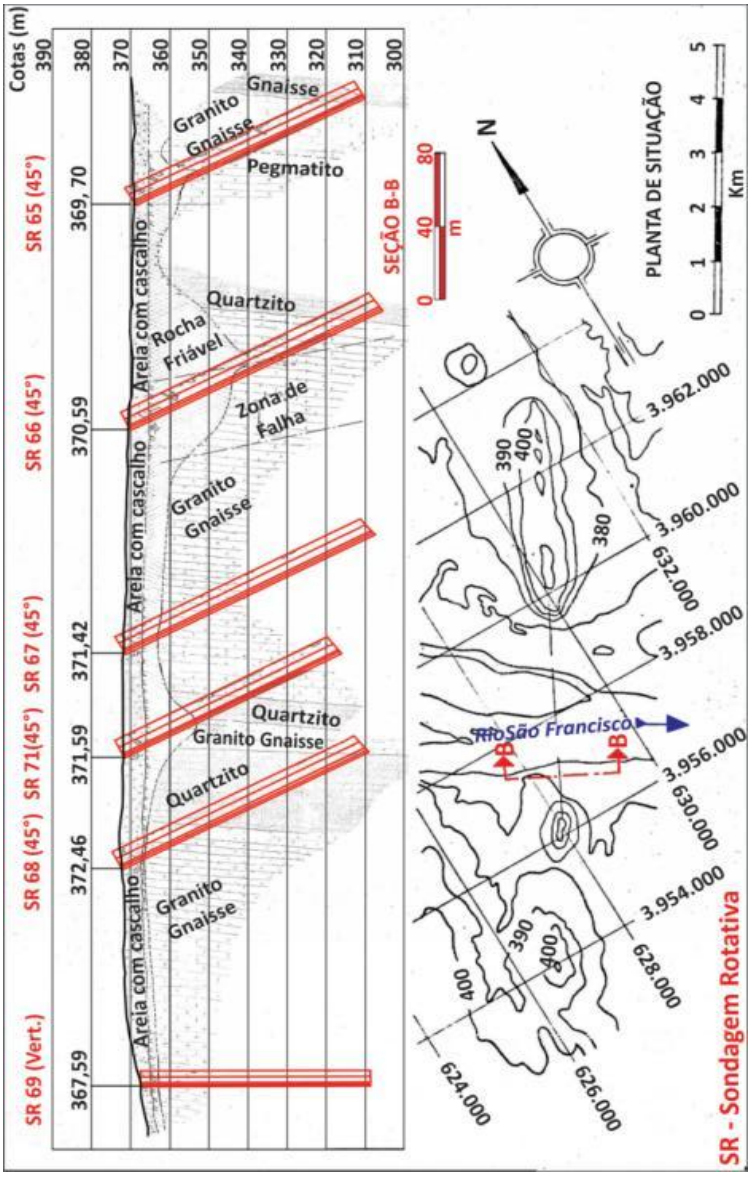
> [O *Greenstone Belt* do Rio Salitre] é formado por uma sequência metavulcanossedimentar (Sequência Inferior) e outra metassedimentar (Sequência Superior). A Sequência Inferior é constituída por agregação dominantemente de metavulcânica máfica (hornblenda anfibolito) e metaultramáfica (tremolitito e tremolita-actnolita-xisto), com texturas spinifex, com participação diminuta de metassedimentos clásticos e químicos exalativos (**quartzitos**, **localmente piritosos**, com litofácies de **tremolita quartzito**, **quartzito branco e quartzito feldspático**), (Grifo nosso) (...). (MACÊDO; LOUREIRO, 2017).
>
> O complexo Sobradinho-Remanso ocorre na maior parte do município e é caracterizado pela ocorrência de ortognaisse migmatítico tonalítico-trondhjemítico-granodioritico, com enclaves máficos e restos de rochas supracrustais, cortado por granitóide sintectônico constituído por **granito** (grifo nosso) e granodiorito gnaissificados, localmente augengnáissicos, calcialcalinos de alto K, metaluminosos, além de monzogranito e sienogranito, em parte foliados ou gnaissificados, em menor proporção. (CPRM, 2005, p. 5).

Figura 43 - Lago de Sobradinho



Fonte: Kestering (2019b, p. 92)

Figura 44 - Seção geológica B-B da Barragem de Sobradinho



Fonte: CHESF (1972), adaptado pelo autor deste

Reparou-se que, no trecho entre o hipotético eixo da antiga barragem natural e Paulo Afonso, o Rio São Francisco constitui-se de dois leitos contíguos e às vezes convergentes quando flui por gargantas estreitas. Um deles, relativamente profundo, conhecido pelos ribeirinhos como corredor, sugere grande antiguidade. O outro, relativamente raso e abastado de ilhas e rochas residuais, indica idade relativamente recente. (Fig. 45 a 48).

Figura 45 - Parte antiga do rio, entre as cidades de Juazeiro e Petrolina



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 46 - Parte jovem do rio, entre as cidades de Juazeiro e Petrolina



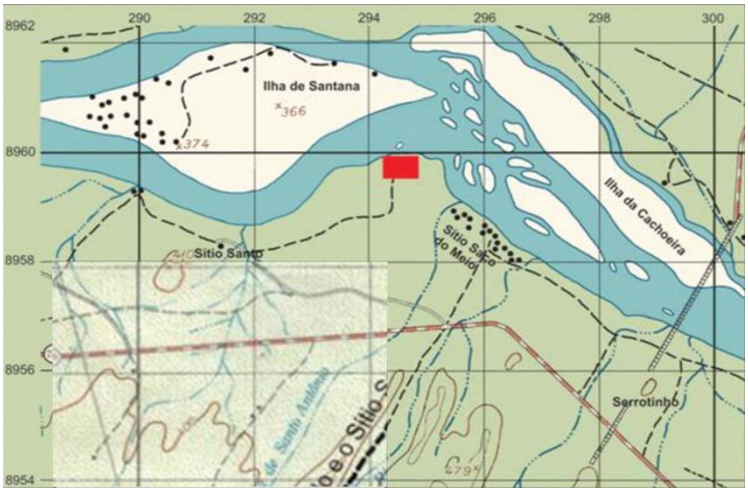
Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 47 - Rochas residuais na parte jovem do rio



Fonte: Acervo do autor (2016)

Figura 48 - Trecho do Rio S. Francisco entre a barragem natural e a artificial



Fonte: Ministério do Exército (1970)

Com esses pressupostos, levantamento preliminar do contexto ambiental e referências de ocupação pré-histórica do vale, analisou-se o universo das peças da indústria lítica e dos fragmentos de cerâmica que se encontraram na feição de relevo conhecida regionalmente como Ilha dos Moisés. Prosseguiu-se a pesquisa, com a identificação de outros artefatos na mesma feição de relevo, na Barra do Riacho Grande, Barrinha do Pau de Canoa e Barrinha do Zé Bastião. (Fig. 49).

Figura 49 - Feições de relevo com artefatos espalhados na superfície

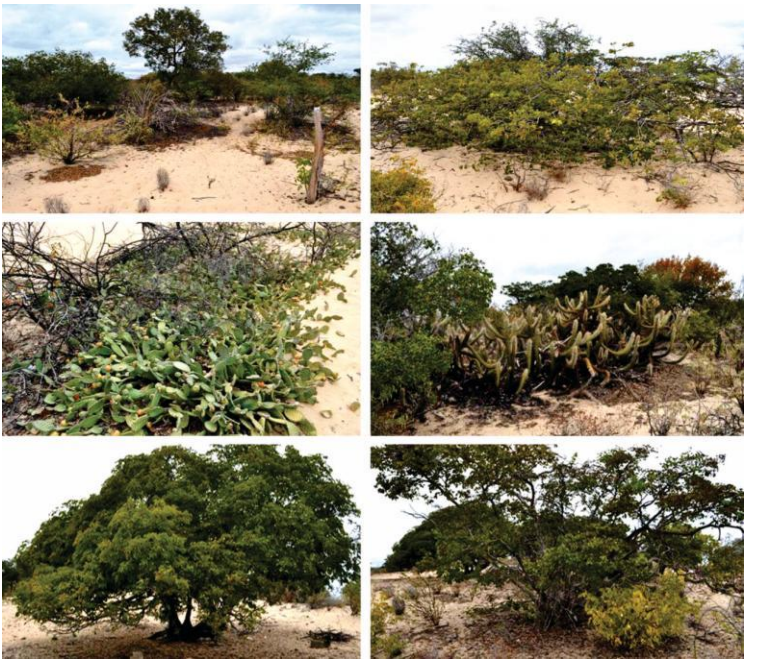


Fonte: Google Earth (2017 *apud* Kestering; Maciel, 2017, p. 133)

4 EFEITO CATASTRÓFICO DO LAGO ARTIFICIAL

Os campos de dunas e os lençóis de areia do Médio e Submédio São Francisco formavam um tipo equilibrado de paisagem natural com características peculiares. Neles se haviam criado mecanismos de interação de elementos bióticos e abióticos que se harmonizavam. Assim foi que determinados organismos adaptaram-se muito bem às condições naturais imperantes naqueles ambientes. Suas condições climáticas, botânicas, pedológicas, geomorfológicas e hidrológicas promoveram a fixação de espécies de animais e plantas, além de criarem um ambiente propício à formação de excelentes reservatórios de água subterrânea. (Fig. 50).

Figura 50 - Vegetação típica das dunas e lençóis de areia



Fonte: Kestering e Maciel (2017, p. 120-122), adaptadas pelo autor

Devido à antiguidade, a ação eólica sobre as dunas foi muito duradoura e intensa, motivo pela qual elas apresentam uma disposição de agrupamento em que se faz irreconhecível a cronologia estratigráfica. Em períodos mais secos, elas foram retrabalhadas pelo vento, conformando relevos suavemente ondulados, de colina, com planos de menor declive e orientação imposta pelos ventos. Nas partes baixas, elas apresentam cobertura vegetal mais densa. À proporção das respectivas alturas, a vegetação rarefaz-se e limita-se, às vezes aos topos e/ou cristas das colinas. Ressalta-se que as plantas constituem o elemento fundamental para sua fixação. Elas sobrevivem graças à umidade que se conserva na subsuperfície da areia. (ETCHEVARNE, 1992).

Graças à cobertura vegetal que se criou, as dunas de Casa Nova, antigo território Amoipirá permaneciam inativas desde períodos pré-coloniais até a década de 1970, quando se construiu a Barragem de Sobradinho e represaram-se as águas que formam o lago homônimo. Com a depleção excessiva dele, promovida pela inclemente seca que se acentuou nos últimos anos, elas reativaram-se, arrancaram plantas, desestruturaram sedimentos e exumaram grande quantidade de artefatos arqueológicos. (Fig. 51 e 52).

Figura 51 - Dunas reativadas em Casa Nova



Fonte: Kestering e Maciel (2017, p.123), adaptadas pelo autor deste

Figura 52 - Plantas arrancadas e artefatos exumados



Fonte: Kestering e Maciel (2017, p. 124 e 125), adaptada pelo autor

4.1 Ilha dos Moisés

A Ilha dos Moisés situa-se em ambiente dunar, na margem esquerda do Rio São Francisco, às coordenadas UTM24L 267850 e UTMN 8962497. (Fig. 53). Nela há grande quantidade de artefatos dispersos na superfície, com variedade de ferramentas líticas como núcleos, lascas, plano convexos e batedores. A maioria delas constitui-se de peças unifaciais lascadas. Identificou-se também, *in loco,* pontas de projétil e fragmentos de cerâmica histórica e pré-histórica. (Fig. 54).

Figura 53 – Imagem de satélite da Ilha dos Moisés



Fonte: Kestering e Maciel (2017, p.134), adaptada pelo autor

Figura 54 - Material arqueológico exposto na superfície do terreno



Fonte: Kestering e Maciel (2017, p. 134)

4.1.1 Artefatos do Patrimônio Amoipirá-Tupinambá

Ocorreu que, durante mais de 20 anos, sempre que a estiagem se prolongava e havia depleção do Lago, um dos proprietários da ilha coletou várias pontas de projétil que encontrava ao caminhar pelas dunas. Nesses períodos de seca, as ondas do reservatório e os ventos agiam com grande intensidade sobre a areia e evidenciavam os artefatos. Com o argumento de desconhecer as leis que proíbem a comercialização das peças, por serem belas e saber terem sido produzidas pelos "caboclos", como diziam seus antepassados, tentou vendê-las. Antes que o infortúnio ocorresse, por uma operação policial descobriu-se a tentativa de negociação ilegal do valioso patrimônio arqueológico e protocolou-se denúncia ao juiz da Comarca de Casa Nova. Em resposta à demanda, aquele magistrado expediu mandado de busca e apreensão das peças e destinou-as à Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), como instituição de custódia. As peças repassadas perfazem um total de 73 unidades confeccionadas em quartzo, quartzo leitoso, quartzo hialino, sílex e hematita, 66 das quais são brancas e sete, de cores diversas. (Anexos 1 e 2).

Em conversa com o proprietário, acordou-se uma visita ao lugar em que ele havia coletado o material. Chegando ao local (Ilha dos Moisés), constatou-se que, de fato havia grande quantidade de material arqueológico espalhado na superfície do terreno[29]. Na visita que se fez encontraram-se dez outras peças que, por estarem expostas, corriam o risco de serem coletadas por transeuntes, sem que delas se preservassem as

[29] Em conversa com o senhor que coletou as peças percebeu-se completa falta de sentimento de pertença em relação ao patrimônio e aos "caboclos", seus prováveis ancestrais. Constatou-se uma ruptura com esses antigos grupos que ele pensava nada terem a ver com sua vida e a dele, em consequência, com os artefatos que encontra. (MACIEL, 2016, p. 55).

referências de interesse científico. Preferiu-se coletá-las para integrá-las ao acervo da UNIVASF. Elas jaziam próximo às coordenadas UTM24L 267751 e UTMN 8962476. Com essas peças, o acervo arqueológico da Ilha dos Moisés que se encontra no Laboratório de Arqueologia da UNIVASF, constitui-se de 83 unidades que se submeteram a análise e classificação preliminar. (Tab. 1).

Tabela 1 - Classificação preliminar dos artefatos

Nº	Etiq.	Díg	Set	Dec.	Pt	Mat. Prima	Tipologia
1	03506	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
2	03507	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
3	03508	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de ponta
4	03509	-	-	Sup.	-	Qrtz. hialino	Ponta Fragmentada
5	03510	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
6	03511	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
7	03512	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
8	03513	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
9	03514	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
10	03515	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
11	03516	-	-	Sup.	-	Qrtz. leitoso	Ponta Fragmentada
12	03517	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
13	03518	-	-	Sup.	-	Qrtz. leitoso	Fragmento de Ponta
14	03519	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
15	03520	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
16	03521	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
17	03522	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
18	03523	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
19	03524	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
20	03525	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
21	03526	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
22	03527	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
23	03528	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
24	03529	-	-	Sup.	-	Qrtz. hialino	Fragmento de Ponta
25	03530	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
26	03531	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de Ponta
27	03532	-	-	Sup.	-	Qrtz. leitoso	Ponta Fragmentada
28	03533	-	-	Sup.	-	Quartzo	Fragmento de ponta
29	03534	-	-	Sup.	-	Qrtz. hialino	Ponta Fragmentada
30	03535	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
31	03536	-	-	Sup.	-	Qrtz. leitoso	Ponta Fragmentada
32	03537	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
33	03538	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
34	03539	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
35	03540	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
36	03541	-	-	Sup.	-	Qrtz. hialino	Ponta Fragmentada

37	03542	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
38	03543	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
39	03544	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
40	03545	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
41	03546	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
42	03547	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
43	03548	-	-	Sup.	-	Qrtz. leitoso	Ponta Fragmentada
44	03549	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
45	03550	-	-	Sup.	-	Qrtz. hialino	Ponta Fragmentada
46	03551	-	-	Sup.	-	Qrtz. hialino	Ponta Fragmentada
47	03552	-	-	Sup.	-	Qrtz. hialino	Fragmento de Ponta
48	03553	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
49	03554	-	-	Sup.	-	Qrtz. hialino	Ponta Fragmentada
50	03555	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
51	03556	-	-	Sup.	-	Qrtz. hialino	Fragmento de Ponta
52	03557	-	-	Sup.	-	Qrtz. hialino	Ponta
53	03558	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
54	03559	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
55	03560	-	-	Sup.	-	Sílex	Ponta Fragmentada
56	03561	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
57	03562	-	-	Sup.	-	Sílex	Ponta
58	03563	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
59	03564	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
60	03565	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
61	03566	-	-	Sup.	-	Sílex	Ponta Fragmentada
62	03567	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
63	03568	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
64	03569	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta
65	03570	-	-	Sup.	-	Quartzito	Ponta
66	03571	-	-	Sup.	-	Sílex	Ponta
67	03572	-	-	Sup.	-	Quartzito	Ponta Fragmentada
68	03573	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
69	03574	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
70	03575	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
71	03576	-	-	Sup.	-	Qrtz. hialino	Ponta Fragmentada
72	03577	-	-	Sup.	-	Qrtz. hialino	Ponta Fragmentada
73	03578	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta
74	03579	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta
75	03580	-	-	Sup.	-	Quartzito	Ponta
76	03581	-	-	Sup.	-	Quartzito	Ponta
77	03582	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
78	03583	-	-	Sup.	-	Quartzo	Ponta Fragmentada
79	03584	-	-	Sup.	-	Sílex	Lesma
80	03585	-	-	Sup.	-	Calcário	Polidor
81	03586	-	-	Sup.	-	Hematita	Machadinha
82	03587	-	-	Sup.	-	Hematita	Ponta
83	03588	-	-	Sup.	-	Sílex	Material polido

Fonte: Maciel (2016, p. 77-79)

As ferramentas líticas coletadas na Ilha dos Moisés, com sério risco de se perderem pela criminosa tentativa de comercialização são pontas de projétil, um plano convexo (lesma), machadinhas polidas de hematita e um polidor de calcário. As matérias primas utilizadas na confecção das pontas de projétil foram: quartzo, quartzo leitoso, quartzo hialino, quartzito, sílex, hematita e calcário.

São artefatos bem elaborados, com finíssimos retoques simétricos. Esses caracteres evidenciam que seus artífices e/ou usuários tinham domínio de técnicas refinadas o que permite atribuí-los a exímios caçadores e/ou arqueiros especializados. A coleção retirada da Ilha dos Moisés contém pontas de projétil com aletas retas e pedúnculos de base reta; aletas retas e pedúnculos de base levemente arredondada e/ou levemente convexos. (Fig. 55 a 80).

Figura 55 - Ponta fragmentada de projétil de quartzo leitoso



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 59)

Figura 56 - Ponta de projétil de quartzo



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel (2016, p. 59)

Figura 57 - Ponta de projétil de quartzo



Foto: Nina Rosa Ledoux (2015 *apud* Maciel, 2016, p. 59)

Figura 58 - Ponta de projétil de quartzo



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 60)

Figura 59 - Ponta fragmentada de projétil de quartzo



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 60)

Figura 60 - Ponta fragmentada de projétil de quartzo



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 60)

Figura 61 - Fragmento de ponta de projétil de quartzo leitoso

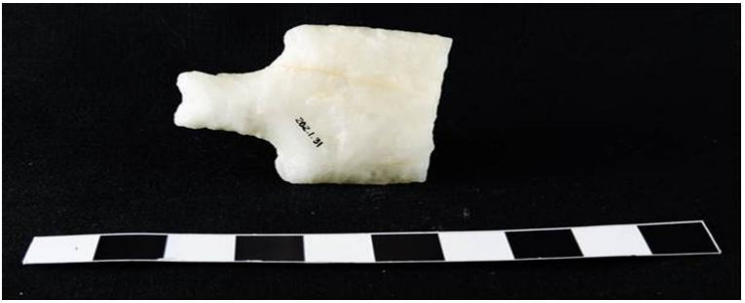


Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 61)

Figura 62 - Ponta de projétil fragmentada de quartzo



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 61)

Figura 63 - Ponta fragmentada de projétil de quartzo leitoso



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 61)

Figura 64 - Ponta fragmentada de projétil de quartzo hialino



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2017, p. 62)

Figura 65 - Ponta fragmentada de projétil de quartzo hialino



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 62)

Figura 66 - Fragmento de ponta de projétil de quartzo hialino



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 62)

Figura 67 - Fragmento de ponta de projétil de quartzo hialino



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 63)

Figura 68 - Ponta de projétil fragmentada de sílex



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 63)

Figura 69 - Ponta de projétil fragmentada de sílex



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 63)

Figura 70 - Fragmento de ponta de projétil de quartzo

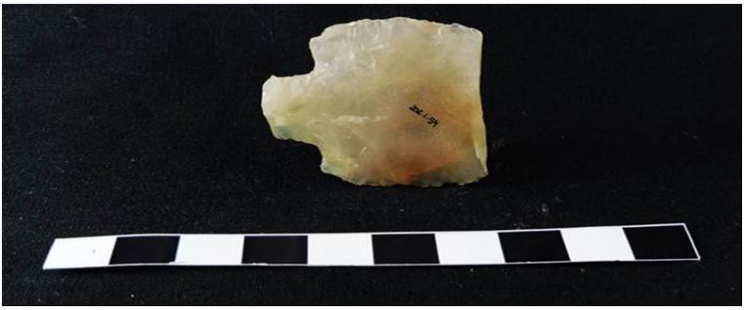


Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 64)

Figura 71 - Ponta de projétil de quartzito



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 64)

Figura 72 - Ponta de projétil de sílex



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 64)

Figura 73 - Ponta de projétil de sílex



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 65)

Figura 74 - Ponta de projétil fragmentada de quartzito

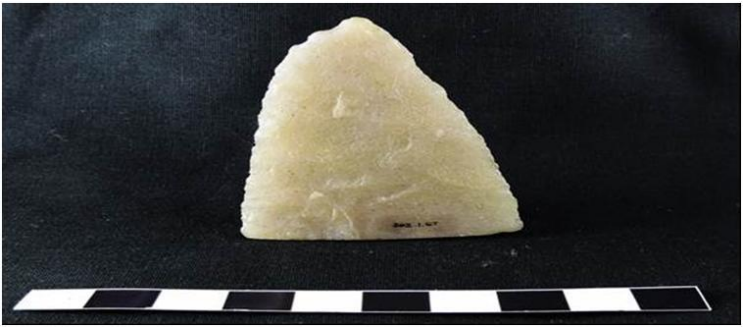


Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 65)

Figura 75 - Ponta de projétil de quartzito



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 65)

Figura 76 - Ponta de projétil de quartzo hialino



Foto: Ana Caroline Teixeira Maciel (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 66)

Figura 77 – Plano convexo feito de sílex (lesma)



Foto: Ana Caroline Teixeira Maciel (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 66)

Figura 78 - Machadinha polida de hematita,



Foto: Marlos Pereira (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 66)

Figura 79 – Machadinha de mão, polida de hematita



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 67)

Figura 80 – Raspador de calcário



Foto: Nina Rosa Ledoux (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 67)

Estima-se que os artefatos encontrados na visita que se fez ao local não despertaram interesses comerciais porque o valor que se atribui a seus caracteres demanda sentimento de pertença e/ou embasamento teórico e técnico que possibilite o reconhecimento de atributos da identidade de seus artífices e/ou usuários. (Fig. 81 a 83).

Figura 81 - Lascas e núcleo de quartzito e ponta de projétil de quartzo



Fonte: Kestering e Maciel (2017, p. 137)

Figura 82 - Lascas de sílex e núcleo de quartzito



Fonte: Kestering e Maciel (2017, p. 137)

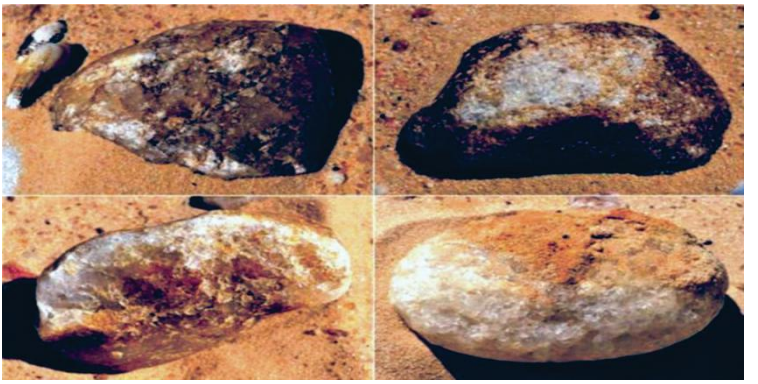
Figura 83 - Fragmento de cerâmica



Fonte: Kestering e Maciel (2017, p. 138)

Face ao acervo que se analisou e ao material que se viu espalhado na superfície da Ilha dos Moisés retornou-se ao local para nova prospecção não interventiva. Encontraram-se trituradores, lascas, núcleos, um fragmento e uma ponta de projétil, bem como muitos outros fragmentos de cerâmica. (Fig. 84 a 92). Decidiu-se também observar se o mesmo acontecia em outras feições de relevo do entorno, que estavam a sofrer semelhantes impactos decorrentes do vento, das ondas e da excepcional depleção do lago.

Figura 84 - Trituradores de quartzo



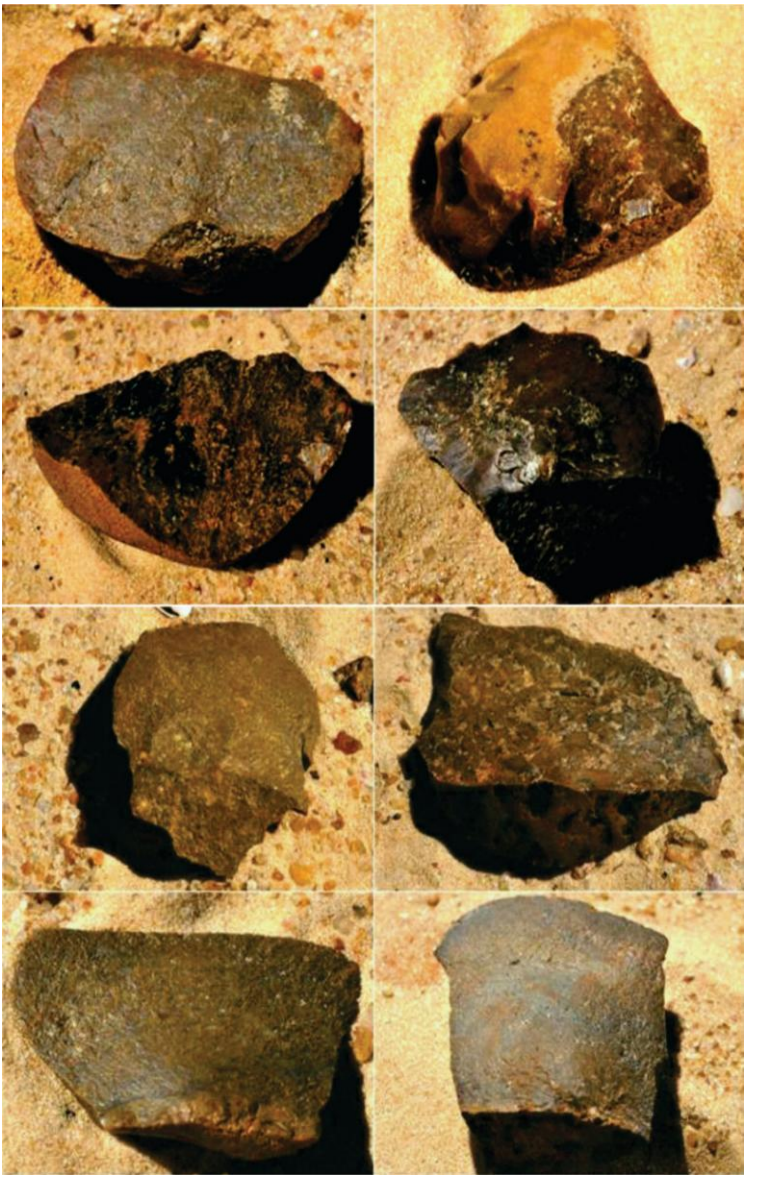
Fonte : Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 85 -Trituradores de quartzo, hematita e granito



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 86 - Lascas de sílex



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 87 - Núcleos de sílex



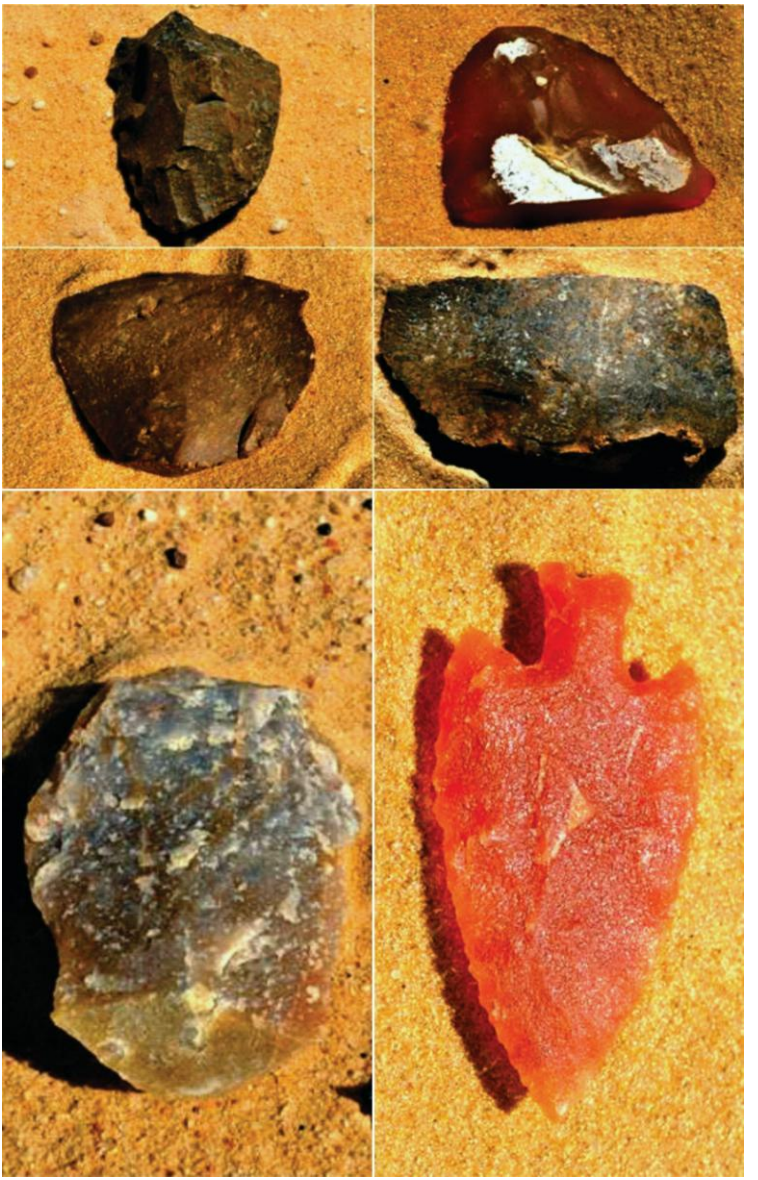
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 88 - Fragmento de ponta de projétil de quartzito



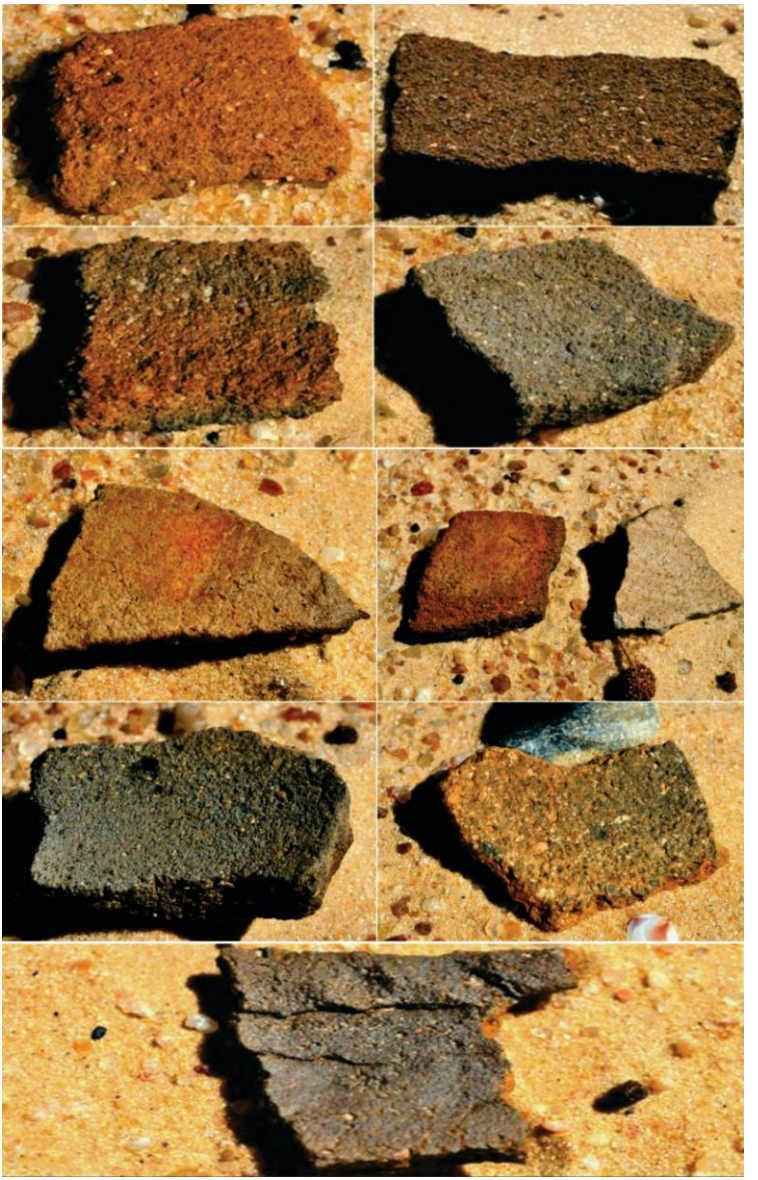
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 89 - Artefatos da indústria lítica, de sílex e quartzito



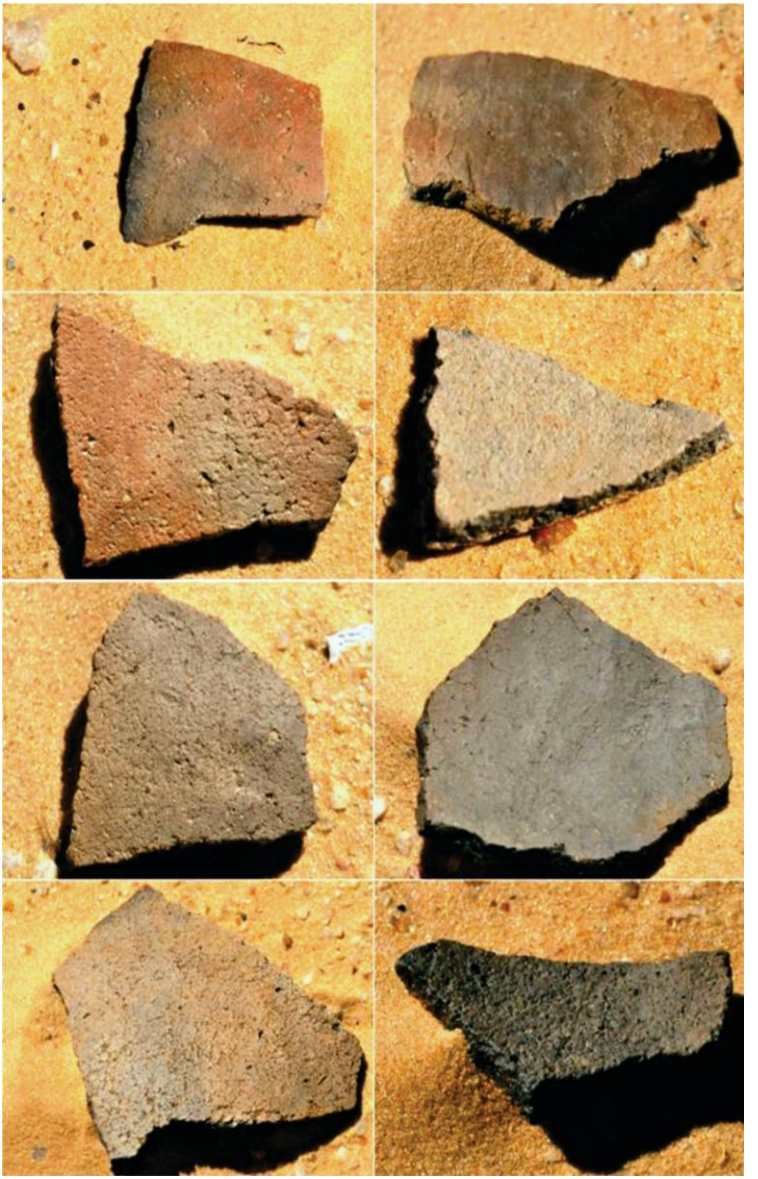
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 90 - Fragmentos de cerâmica



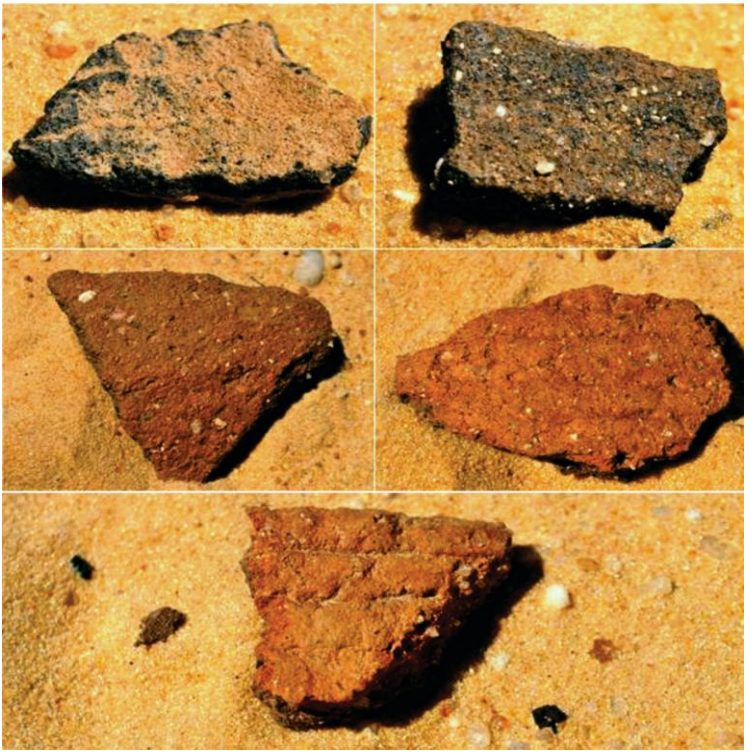
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 91 - Fragmentos de cerâmica



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 92 - Fragmentos de cerâmica

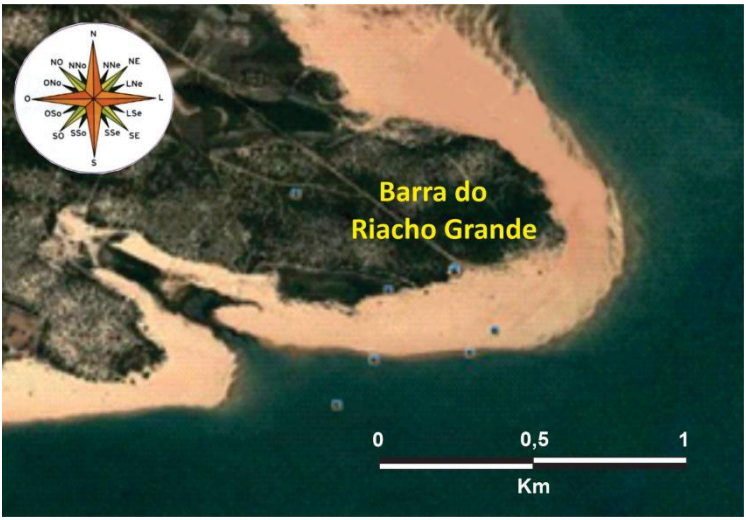


Fonte:Acervo fotográfico do autor (2016)

4.2 Barra do Riacho Grande

A Barra do Riacho Grande situa-se em ambiente dunar, na margem esquerda do Rio São Francisco, às coordenadas UTM24L 264720 e UTMN 8959089. (Fig. 93 e 94). Nela se identificou grande quantidade de material arqueológico em superfície. Destacam-se os artefatos líticos como núcleos, lascas, trituradores, almofarizes e batedores. (MACIEL, 2016, p. 67; Fig. 95 a 103).

Figura 93 - Barra do Riacho Grande



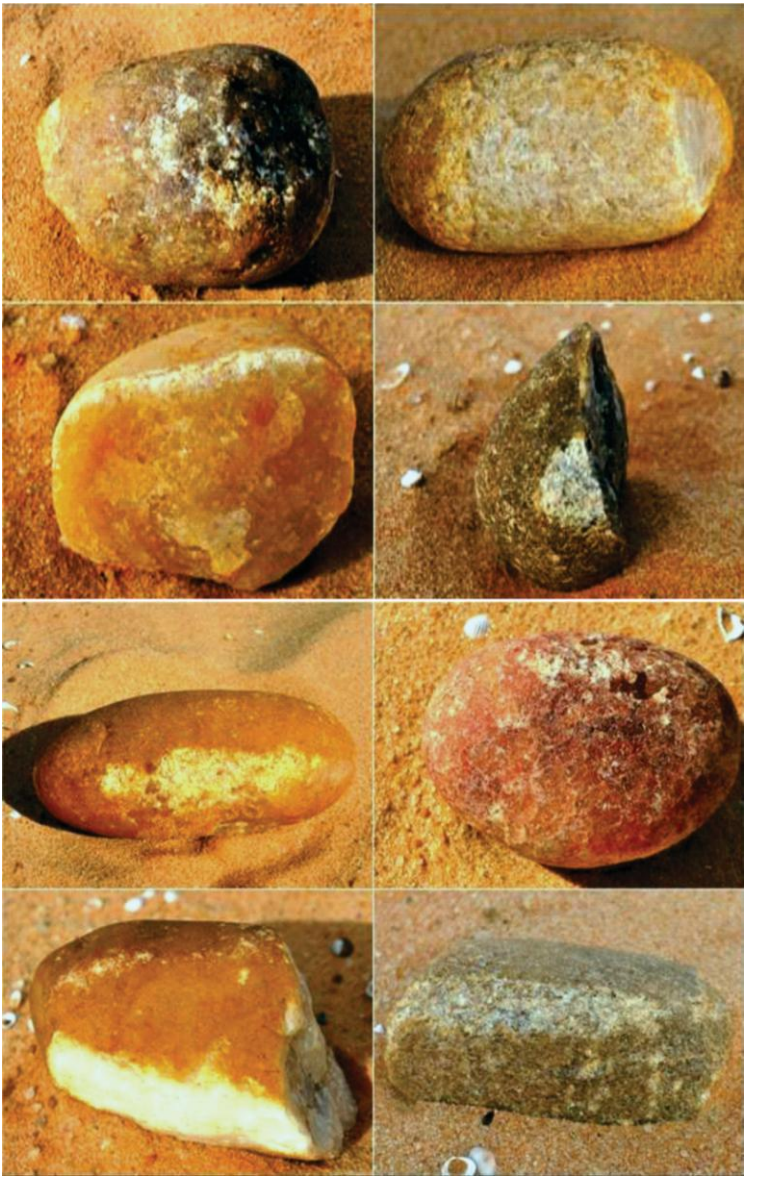
Fonte: Google Earth (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 68), adaptado pelo autor

Figura 94 - Barra do Riacho Grande, junto às ruínas da antiga Casa Nova



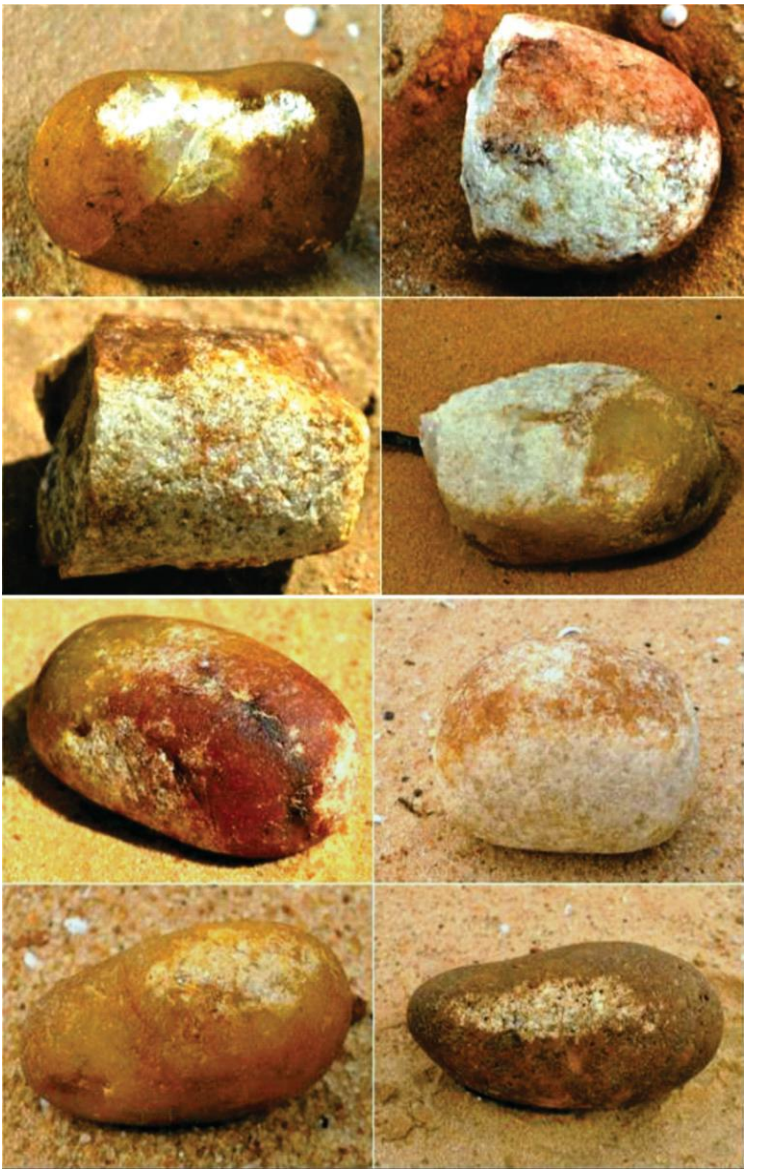
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 95 - Trituradores de quartzo



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 96 - Trituradores de quartzo



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 97 - Núcleos de sílex



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 98 - Lascas de sílex



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 99 - Lascas de sílex e quartzito



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 100 - Pontas de projétil de quartzo



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 101 - Fragmentos de cerâmica



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 102 - Fragmentos de cerâmica



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 103 - Fragmentos de louça



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

4.3 Barrinha do Pau de Canoa

A Barrinha do Pau de Canoa insere-se no contexto das dunas fósseis, na margem esquerda do rio, às coordenadas UTM24L 264029 e UTMN 8956962. (Fig. 104 e 105). Nela há grande variedade de artefatos líticos (lascas, núcleos, batedores, trituradores, almofarizes) e fragmentos de cerâmica, espalhados na superfície do terreno. (MACIEL, 2016, p. 69; Fig. 106 a 110).

Figura 104 - Barrinha do Pau de Canoa



Fonte: Google Earth (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 69), adaptado

Figura 105 - Vista parcial da Barrinha do Pau de Canoa



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

Figura 106 - Trituradores de quartzo



Fonte: Maciel (2016, p. 70)

Figura 107 - Almofarizes em matacão



Fonte: Maciel (2016, p. 70)

Figura 108 - Lascas e núcleos de quartzito



Fonte: Maciel (2016, p. 71)

Figura 109 - Fragmentos de cerâmica



Fonte: Maciel (2016, p. 71)

Figura 110 - Fragmentos de cerâmica



Fonte: Maciel (2016, p. 72)

4.4 Barrinha do Zé Bastião

A Barrinha do Zé Bastião situa-se próximo a uma lagoa, na margem esquerda do rio, às coordenadas UTM24L 264184 e UTMN 8955438. (Fig. 111 e 112). Nela há muito material arqueológico na superfície do terreno. Há trituradores com marcas de uso, almofarizes, lascas e grande quantidade de núcleos. (MACIEL, 2016, p. 72; Fig. 113 a 116).

> A Barrinha do Zé Bastião tinha esse nome porque tinha lá um riacho que saía no lado de cima do Pau de Canoa. O riacho era tapado. Quando o rio enchia, ele entrava três léguas cá no rio, mais cá em cima. Tinha ano que a água não corria por dentro. Aí o peixe entocava todo nesse riacho do Pau de Canoa. Aí o Zé Bastião fazia uma tapagem de rede. Ele tapava a barrinha. Depois, começou a prefeitura. Você procurava o chefe lá. Todo o mundo que quisesse pescar pagava uma quantia. Não sei se

> era cinco por cento ou dez por cento. Era o Riacho Pau de Canoa chamado. Ele corria por dentro. Corria pela Cana Fístula. Corria pelo Angico e vinha sair no Urucé. A Fazenda Angico ficava emparelhada com a propriedade de minha avó. Ele saía por cima do Riacho Grande um pouquinho. A extensão, se muito tivesse era quinhentos metros. Aí saía o Riacho Pau de Canoa para o Riacho Grande e do Riacho Grande, rodeava o cais de Casa Nova e saía na cabeça de Casa Nova. (SILVA, 2015).

Figura 111 - Barrinha do Zé Bastião



Fonte: Google Earth (2016 *apud* Maciel, 2016, p. 72)

Figura 112 - Vista parcial da Barrinha do Zé Bastião



Fonte: Maciel (2016, p. 73)

Figura 113 - Trituradores de quartzo



Fonte: Maciel (2016, p. 73)

Figura 114 - Almofariz em matacão



Fonte: Maciel (2016, p. 74)

Figura 115 - Lascas e núcleos



Fonte: Maciel (2016, p. 74)

Figura 116 - Fragmentos de cerâmica



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2016)

5 CONTEXTO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO

Os instrumentos líticos acompanham a atividade humana desde os primórdios de sua existência e são testemunho indubitável de sua presença histórica e pré-histórica nas feições de relevo que se visitou. Comumente atribuem-se as pontas de projétil, abundantes na Ilha dos Moisés a caçadores, coletores e/ou guerreiros que os fabricavam com a função de furar e perfurar e, para tanto fixavam-nas na extremidade de uma haste de madeira, tornando-as, assim, pontas de lança ou flecha. Entretanto existem pesquisas que revelam status simbólico quando elas associam-se a rituais funerários.

5.1 Contexto Arqueológico

No Parque Nacional Serra da Capivara, encontraram-se pontas de projétil nas tocas do Boqueirão da Pedra Furada, do Pica Pau e dos Coqueiros. Na Toca do Boqueirão da Pedra Furada o exemplar encontrado jazia em uma camada que fora ocupada há 12.210+-330 a 8.950+-250anos AP. Tratava-se de uma ponta bifacial em quartzo, com pedúnculo e limbo espesso e retangular. (Fig. 117). Na Toca do Pica Pau, a peça achada jazia em uma camada de ocupação com variação temporal de 8.250 a 9.600 anos AP. Era uma ponta bifacial em quartzo hialino, com base côncava, sem pedúnculo e lados convexos. (Fig. 118). Na Toca dos Coqueiros, um dos exemplares evidenciados em escavação era de sílex e o outro, de quartzo hialino. (Fig. 119). Eles jaziam próximo a um sepultamento realizado há 9.900 +/-50 anos AP. (GUIDON *et al*., 2009a).

Na região de Seridó – RN há registro de um conjunto de pontas de projétil achadas casualmente e fora de contexto,

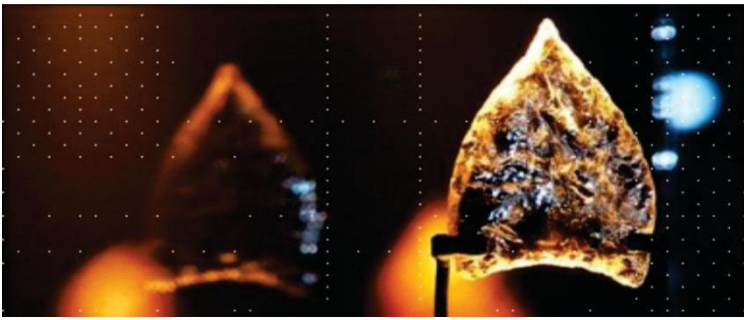
por mineradores e agricultores. Martin (1982) classificou-as em três tipos. Caracterizou o primeiro tipo como uma indústria de sílex com pontas denticuladas de sulcos profundos, triangulares ou lanceoladas; o segundo, como uma indústria de calcedônia, com pontas compridas e estreitas, bifaciais lanceoladas, marcada convexidade e retoque denticulado finíssimo, podendo haver pontos de polimento na ponta ou pedúnculo; o terceiro, como uma indústria de quartzo branco, com bifaces foliáceos, com ou sem aletas e pedúnculo. (Fig. 120).

Figura 117 – Ponta de projétil da Toca do Boqueirão da Pedra Furada



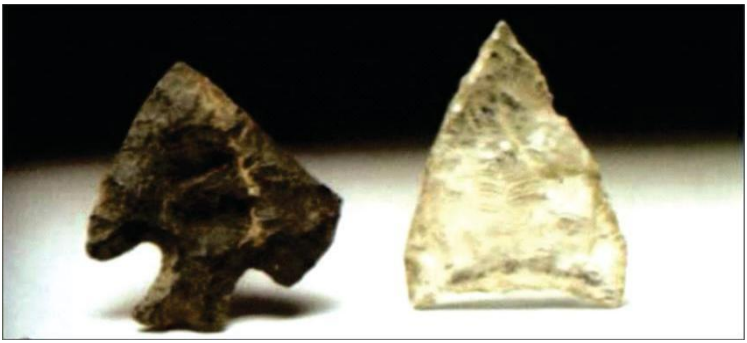
Fonte: Guidon *et al*. (2009a).

Figura 118 - Ponta de projétil da Toca do Pica Pau



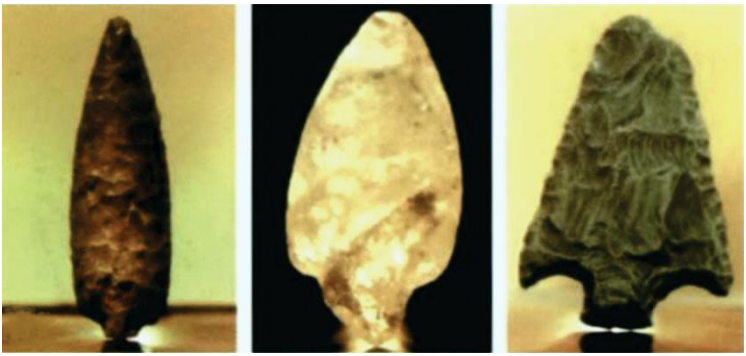
Fonte: Guidon *et al.* (2009a).

Figura 119 - Pontas de projétil da Toca dos Coqueiros



Fonte: Guidon *et al*. (2009)

Figura 120 - Pontas de projétil da região de Seridó – RN.



Fonte: Martin (1982)

No Médio e Submédio São Francisco é comum encontrarem-se casuais pontas de projétil finamente retocadas em sílex e quartzito, na superfície das chapadas. Há delas triangulares com pedúnculo e aletas e outras, filiformes e sem aletas.

> [São] delicadas pontas triangulares com 11 cm de comprimento e espessura não superior a 2,5 mm e outras alongadas com 13 cm de comprimento, 2,5 cm de largura e 12 mm de espessura, com retoques que demonstram magníficos conhecimentos técnicos e dos materiais em que foram elaborados. (CALDERÓN, 1967).

No contexto das feições de relevo impactadas pelas águas do Lago de Sobradinho não há como ignorar a grande quantidade de sítios de pé de serra que há no entorno delas. Neles preservam-se profusos painéis de pintura rupestre, realizados em suportes de rochas metassedimentares da fronteira norte da Chapada Diamantina. (Fig. 121). Não há como desdenhar sua importância na busca de atributos da identidade do povo Amoipirá. Em caráter preliminar propõe-se que boa parte das figuras representadas compunha seu sistema de comunicação, lamentavelmente abortado pelos colonizadores quando se implantaram as fazendas de gado no trecho Submédio do Vale do São Francisco.

Figura 121 - Sítio com pintura rupestre que da Barra do Riacho Grande se vê

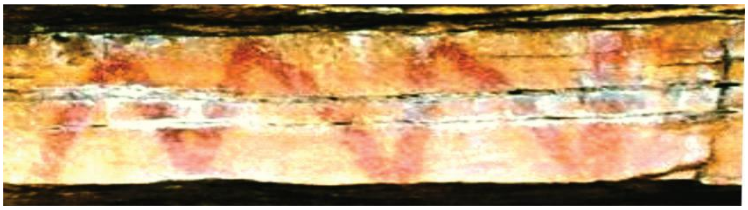


Fonte: Kestering (2014, p. 128 *apud* Maciel, 2016, p. 22)

Constatou-se que, nas serras próximas há figuras com recorrência predominante. Elas constituem-se de traços em diagonal ascendente e descendente, quando horizontal, e da esquerda para a direita e vice-versa, quando vertical. Verificou-se que sua estampa foi realizada com três padrões técnicos distintos. Um deles, com mais de nove mil anos AP é

dominante na alta vertente da Serra do Olho d'Água. O outro, de transição, realizado no período de nove mil a 6.790 anos AP é dominante na média vertente do Boqueirão do Riacho São Gonçalo. O terceiro, realizado no período de 6.790 anos AP até o processo de colonização europeia é dominante na baixa vertente do Boqueirão do Brejo de Dentro[30]. (Fig. 122 a 124).

Figura 122 - Padrão técnico da alta vertente



Fonte: Kestering (2007, p. 141)

> Os grafismos do padrão técnico-temático das altas vertentes caracterizam-se pela ausência de delimitação, pela variedade de cores (monocromia vermelha ou amarela e bicromia vermelho/amarelo) e pelos traços largos ou médios. Os grafismos do padrão técnico-temático das médias vertentes caracterizam-se pela delimitação total, pela monocromia ou bicromia (vermelho e amarelo) e pela concomitância de traços largos e médios. Os grafismos do padrão técnico-temático das baixas vertentes caracterizam-se pela delimitação total ou parcial, pela monocromia vermelha e pela exclusividade de traços médios. (KESTERING, 2007, p. 140).

[30] "Registros palinológicos da região Nordeste testemunham a ocorrência de grande umidade entre 15.500 e 9.000 anos AP, um ressecamento climático progressivo, entre 9.000 e 6.790 anos AP, e a instalação das condições climáticas atuais, a partir de 6.790 anos AP. Esses dados sugerem a utilização do parâmetro da distribuição espacial dos sítios arqueológicos nas vertentes, para situar o conjunto de grafismos na dimensão temporal. Nos períodos de grande umidade, os suportes das baixas vertentes não poderiam ser utilizados para a realização de grafismos porque grandes volumes de água dos riachos tornavam-nos inacessíveis". (KESTERING, 2007, p. 24).

Figura 123 - Padrão técnico da média vertente



Fonte: Kestering (2007, p. 143)

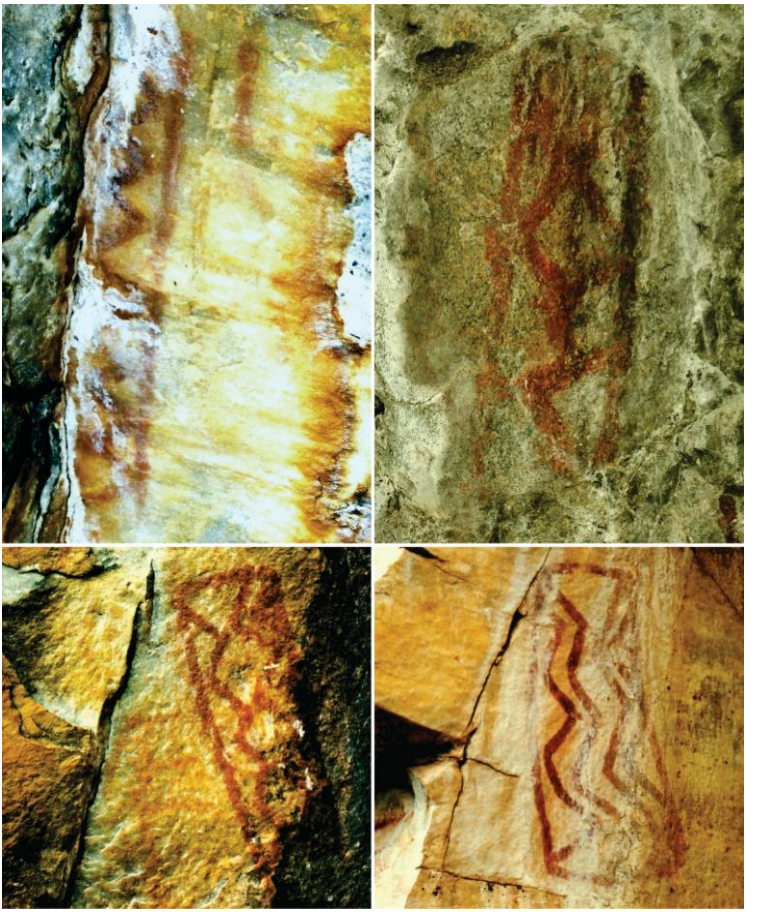
Figura 124 - Padrão técnico da baixa vertente



Fonte: Kestering (2007, p. 144)

Em nível hipotético propõe-se que o território Amoipirá, junto à margem do Rio São Francisco foi ocupado há menos de 5.850 anos AP, quando seu curso havia já mudado para direção leste e eram vigentes as condições climáticas atuais. Atribui-se, consequentemente aos Amoipirá-Tupinambá boa parte dos registros rupestres realizados na baixas vertentes dos riachos de Sento Sé e Sobradinho. (Fig. 125 a 127).

Figura 125 - Padrão técnico que hipoteticamente atribui-se aos Amoipirá



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2005)

Figura 126 - Padrão técnico que hipoteticamente atribui-se aos Amoipirá



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2005)

Figura 127 - Padrão técnico que hipoteticamente atribui-se aos Amoipirá



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2005)

A grande ocorrência de almofarizes em matacão e trituradores com marcas de intensa utilização, que se encontraram nas feições de relevo prospectadas comprova a prática agrícola como atributo mestre da identidade Amoipirá. Observe-se que Calderón *et al*. (1977) relataram terem semelhantemente encontrado, nos terraços fluviais pretéritos, vários sítios com pilões em matacão, artefatos com formato de machado, fragmentos líticos com sinais de uso, batedores, moedores, machados com gargalo e semilunares, lascas de pedra e fragmentos de cerâmica.

> A muitos deles a população local se referia como antigas aldeias de índios. Neles predominavam restos de cerâmica, mas havia também fragmentos líticos, pilões nas rochas, machados, batedores, moedores, pedras utilizadas, lascas de pedra, carvão, cachimbos, aribés e fragmentos de ossos. (...) A grande quantidade de batedores, moedores e mãos de pilão induziram a equipe pesquisadora concluir que a região de Sobradinho fazia parte da área da cultura do milho. Este cereal, como base alimentar, era pilado, moído ou triturado e utilizado de diversas maneiras na alimentação. Os 26 pilões de pedra que foram coletados e os inúmeros encontrados e fotografados em rochas fixas, são testemunhas da sua difundida utilização na área. Em determinados locais onde não existem pilões, ou melhor, rochas, eles parecem ter sido trazidos de longe. (CALDERÓN, 1977, p. 35 *apud* KESTERING, 2001, p. 30 e 36).

Independentemente da conclusão de que a região de Casa Nova e Sento Sé fazia parte da "área da cultura do milho", os pilões podem ter sido utilizados para amassar tubérculos, raízes e frutas da região. É certo que o Submédio São Francisco fazia parte também da área da cultura da mandioca, da batata, do jerimum e da abóbora, como atestam os costumes preservados pelas populações ribeirinhas que continuaram praticando a agricultura de vazante e consumindo frutos típicos regionais, após a chegada do colonizador europeu.

5.2 Contexto Histórico

Os conhecimentos herdados e adquiridos por uma comunidade fazem seus membros criarem uma maneira própria de interpretar o mundo e de agir. O conjunto de conhecimentos que imprime peculiaridade na interpretação e representação da realidade conhece-se como mapa cognitivo, cosmovisão ou paradigma. Há componentes paradigmáticos que se transmitem de geração em geração e outros que se adquirem no contato com diferentes contextos ambientais e/ou sociais. Assim, os grupos pré-históricos e históricos do Submédio São Francisco edificaram patrimônios materiais e culturais com especificidades que se materializaram em atributos de identidade sobre os quais se elaboram proposições de significativa consistência científica.

Sabe-se que durante o século XVI, apesar das proibições oficiais, os nativos Amoipirá, integrantes da grande nação Tupinambá, que viviam em áreas litorâneas e interioranas do Pernambuco, Sergipe e Bahia foram largamente escravizados em plantações de cana-de-açúcar[31], atividades agrícolas diversas, engenhos, trabalhos domésticos e extração de espécies vegetais como o pau-brasil[32]. (Fig. 128).

> Cada engenho destes um por outro, faz três mil arrobas cada ano, nesta Capitania [de Pernambuco] se faz mais açúcar que

[31] "A maior parte dos engenhos se localizou à beira de rios como o Paraguaçu, o Jaguaribe e o **Sergipe** (grifo nosso), na Bahia, e o Beberibe, o Jaboatão, o Una e o Serinhaém, em Pernambuco". (PRIORE, 2016, p. 71).

[32] "No início do Quinhentos, comunidades tupinambás ocupavam, com diversos nomes, a maior parte da faixa litorânea que ia da foz do rio Amazonas à ilha de Cananeia, no litoral paulista [...]. Eles viviam em comunidades aldeãs não classistas que praticavam [...] a horticultura, a caça, a pesca e a coleta [...] produziam sobretudo tubérculos (mandioca-brava, mandioca doce, batata-doce), leguminosas (feijões, vagens) e cereais (milho)". (MAESTRI, 1995, p. 43-44 *apud* ORTIZ, 2009, p. 115-116).

> nas outras, por que houve ano que passaram de cinquenta mil arrobas, ainda que o rendimento deles não é certo, são segundo as novidades e os tempos que se oferecem. Esta se acha uma das ricas terras do Brasil, tem muitos **escravos índios** (grifo nosso) que é a principal fazenda da terra. Daqui nos levam e compram para todas as outras Capitanias, por que há nesta muitos e mais baratos que em toda a Costa: há muito pau do Brasil e algodão de que enriquecem os moradores desta Capitania. (GÂNDAVO, 1570 *apud* PAIVA, 2010, p. 2-3).

Figura 128 - Registro dos Tupinambá (Amoipirá) no Século XVII



Fonte: Albernas (1631 *apud* Oliveira, 2010, p. 15), adaptado pelo autor

Pela história sabe-se que somente no ocaso do século XVII substitui-se grandemente a mão de obra nativa[33] e/ou a complementou-se significativamente com escravos de origem africana, normalmente mais caros que os primeiros[34].

> Milhares de índios foram incorporados por essa via à sociedade colonial. Incorporados não para se integrarem nela na qualidade de membros mas para serem desgastados até a morte, servindo como bestas de carga a quem deles se apropriava. Assim foi ao longo dos séculos, uma vez que cada frente de expansão que se abria sobre uma área nova, deparando lá com tribos arredias, fazia delas imediatamente um manancial de trabalhadores cativos e de mulheres capturadas para o trabalho agrícola, para a gestação de crianças e para o cativeiro doméstico.
>
> Custando uma quinta parte do preço de um negro importado, o índio cativo se converteu no escravo dos pobres, numa sociedade em que os europeus deixaram de fazer qualquer trabalho manual. Toda tarefa cansativa fora do eixo privilegiado da economia de exportação, que cabia aos negros, recaía sobre o índio". (RIBEIRO, 1995, p. 100).

É bem verdade que muitos nativos submeteram-se ao trabalho compulsório nos *plantations* do litoral. Havia entre eles, principalmente nos grupos ligados ao tronco Tupinambá, o milenar costume de cultivarem pequenas caiçaras onde empregavam rudimentares práticas agrícolas tradicionais. Cultivavam mandioca, milho, batata-doce, cará, feijão,

---

[33] "No ano de 1572 a mão-de-obra indígena representava 93%, escravos africanos perfazendo o restante. Entre os indígenas, o mais avultado contingente era dos Tupinambás, seguido pelos Caetés e Tapuias, havendo registro de indivíduos procedentes de populações tão distantes como os Tamoios e os Carijós". (SCHWARTZ, 1988, p. 60-69 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 24).

[34] "Estima-se que ao final dessa centúria tenham entrado 50.000 escravos africanos na América portuguesa, a maioria deles direcionada para as áreas de produção de açúcar e para a as povoações, vilas e cidades próximas, sobretudo em Pernambuco e na Bahia". (PAIVA, 2010, p. 8).

amendoim, tabaco, abóbora, urucu, algodão, cuia, cabaça, pimenta, abacaxi, mamão, erva-mate, guaraná, caju e pequi. (RIBEIRO, 1995, p. 32).

> Entretanto, não notaram que entre os índios do litoral do nordeste cabiam às mulheres os trabalhos de agricultura. Os índios, ao serem escravizados e levados para os engenhos, não suportavam o trabalho e, sempre que podiam, fugiam dos canaviais. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 39).

Se é verdade que os Tupinambá e grupos a ele filiados não conheciam as práticas agrícolas do Velho Mundo deles não se poderia dizer o que, em maio de 1500, Isaías Caminha relatava a Dom Manuel. Na ocasião, o desavisado escritor colonialista recém chegado, estribado em etnocêntricos paradigmas europeus, obsoletos para compreender-se o contexto pindorâmico, mencionava que os "índios não lavravam".

> Se enganou redondamente. Pois os recém-chegados, desde o início de sua instalação, foram favorecidos pela elaborada agricultura e o conhecimento sofisticado que os índios tinham sobre as espécies animais e vegetais. Raízes como a mandioca e a batata-doce, as abóboras, o milho, o mel de abelhas selvagens ou mesmo a larva de taquara e a bunda da formiga tanajura faziam parte do cardápio substantivo que os mantinha. Os portugueses aprenderam também a abater árvores, fazer coivara queimando troncos, limpar os terrenos e depois o plantio, a erradicação de ervas e a colheita do nutritivo tubérculo. Dele derivaram, segundo registrou mais tarde um dos primeiros cronistas do Brasil, o colono de origem nobre Gabriel Soares de Souza, "beijus muito saborosos, sadios e de boa digestão". Trigo para o pão nosso de cada dia? Nem pensar. Na nova terra, segundo ele, que chegou ao Brasil em 1569 para administrar seu engenho em Jaguaripe, Bahia, "um bichinho comia os grãos enterrados".
>
> Até então desconhecidas dos europeus, frutas como araçá, cajá, gabiroba, ingá, jabuticaba, jatobá, pequi, pitanga e umbu – somente para citar alguns exemplos – deliciavam. Mais

importantes ainda eram as palmeiras. Desde o começo da invasão colonizadora, os portugueses ficaram maravilhados com os múltiplos usos dessa planta. Existiam vinte espécies conhecidas. Delas era extraído o palmito, alimento consumido não somente nas aldeias, mas também nos momentos de caça e de guerra, quando era necessário adentrar na floresta. As palmeiras também forneciam diversos tipos de frutas destinadas à fabricação de óleos, empregados na preparação de alimentos e medicamentos. Uma vez amassadas e fervidas, elas eram transformadas em um pó de coloração castanha, que por sua vez era regularmente consumido como sal. Das folhas da palmeira produzia-se a matéria-prima para forrar o teto e as paredes das cabanas. O mesmo material permitia a fabricação de cestos. Das fibras do broto eram elaboradas cordas. Das palmeiras que possuíam casca espinhosa, fabricavam-se não só ornamentos como também raladores de mandioca.

Os índios, também chamados de *brasis*, ensinaram os portugueses a utilizar a flora variada na vida prática: folhas de capim selvagem serviam de lâminas de barbear; o fruto da bignoniácea era usado como pente; o capim-flecha se transformava em delicadas pinças para arrancar pelos. As castanhas-de-caju, como afirma um viajante de passagem na Pernambuco seiscentista, serviam de calendários: “Quanto aos algarismos, não passam de cinco. Devido a isso, utilizam-se de castanhas-de-caju – cujo fruto torna-se maduro apenas uma vez por ano – em vez de um calendário, para marcar o ano [...] Por isso, quando se deseja saber deles há quanto tempo aconteceu isso ou aquilo ou a idade desta pessoa, tem que se perguntar pelo número de castanhas.” A riqueza da floresta ensejou o armazenamento e o cuidado com algumas plantas que passaram a ser semicultivadas.

Dependentes das culturas e saberes indígenas, os colonos deles se apropriaram. Ocorreu entre brancos e índios um jogo de trocas e reciprocidades. Os nativos acabaram se inserindo na economia colonial como produtores de excedentes para trocas. Seus grupos passaram a depender de produtos manufaturados: anzóis, machados, armas. Em resposta, ofereciam suas mulheres, alimentos e produtos tropicais como

> formas de inserção numa sociedade nascente. Os primeiros descobriam a variedade do mundo em que estavam graças aos segundos. Mas ai destes se resistissem ao projeto de colonização. Eram massacrados. (PRIORE, 2016, p. 23-24).

A bem da verdade, importa que se registre, sempre houve pequenos conflitos entre colonizadores, colonizados e grupos nativos rivais[35]. Eles evidenciaram-se acintosamente, porém, em 1548, quando Tomé de Souza decidiu editar um regimento para implantar o projeto de dominação portuguesa nas terras do litoral nordestino e "ganhar uma guerra (que estava sendo parcialmente perdida) contra os indígenas e seus eventuais aliados franceses"[36]. (OLIVEIRA, 2010, p. 18).

> O Regimento recomendava que aos índios aliados fosse dispensado um bom tratamento, proibindo, sob pena de açoite, que os moradores fossem nas aldeias para recrutar trabalhadores ou para comerciar sem autorização expressa do governador. O que a Coroa pretendia era não estimular levantamentos e revoltas por parte dos indígenas, nem fazer que os autóctones viessem a pender para o lado dos franceses. El Rey enfatizava a importância da conversão ao catolicismo da população nativa. Contudo, para os que se opusessem ao domínio português – que eram enquadrados no crime de "traição" – o Regimento prescrevia um tratamento muito duro. Os Tupinambás eram diretamente citados, recomendando-se que todos aqueles que se voltassem contra os portugueses fossem "castigados com muito rigor [...] destruindo-lhes suas

[35] "Depois de cada refrega contra outros indígenas ou contra o invasor europeu, se vencedores, tomavam prisioneiros para os cerimoniais de antropofagia e partiam; se vencidos, procuravam escapar, a fim de concentrar forças para novos ataques. Quando muito dizimados e já incapazes de agredir ou de defender-se, os sobreviventes fugiam para além das fronteiras da civilização". (RIBEIRO, 1995, p. 34).

[36] Acompanhando as fontes oficiais da época, que raciocinavam em termos diplomáticos e do Tratado de Tordesilhas, os franceses eram qualificados como "invasores" e os indígenas que com eles estabeleciam alianças, como "traidores". (OLIVEIRA, 2010, p. 20).

> aldeias e povoações e matando e cativando aquela parte deles que vos parecer que basta para seu castigo e exemplo". Já estava aí aplicada a figura da "guerra justa". (OLIVEIRA, 2010, p. 20).

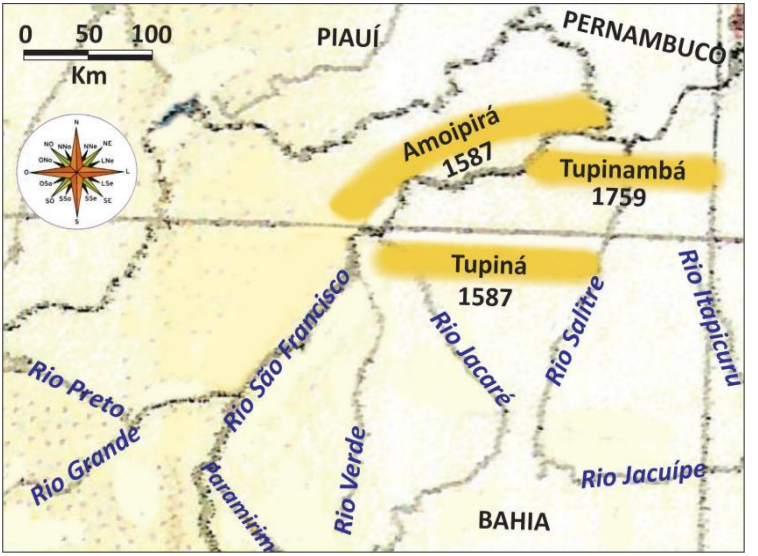
As desavenças tomaram dimensões catastróficas na Guerra do Recôncavo que se instaurou em 1555, quando se iniciou a implantação efetiva da cidade de Salvador. Foi Dom Álvaro da Costa, filho do Governador Geral Duarte da Costa quem, em 1556 promoveu guerra contra grupos Tupinambá que há muito ocupavam terras concedidas a Garcia d'Ávila ao norte da cidade de Salvador. Relata-se que ele "incendiou tabas e pôs em fuga" grupos nativos, por haverem aprisionado cristãos, destruído fazendas e matado gado. (PEIXOTO, 1944, p. 112). Não se descarta a probabilidade de que entre eles incluíam-se os Amoipirá. Sem espaço para viver como sempre apreciaram sustentar-se, eles decidiram migrar por antigos caminhos que muito bem conheciam, em busca de território pindorâmico nos sertões. O que os teria levado aos territórios dos atuais municípios de Casa Nova e Sento Sé? O lago do Submédio São Francisco talvez, cujas bordas, por muito frequentarem, bem conheciam.

> Esses nativos habitavam desde o litoral até o "sertão" e se locomoviam por trilhas e caminhos (peabiru: em língua tupi, "pe" = caminho, "abiru" = gramado amassado) que cruzavam todo o território. Sabe-se que esses caminhos ligavam extensas áreas americanas, muito antes dos europeus conquistarem o continente e que boa parte das estradas atuais, assim como ruas e avenidas, foram abertas sobre essas rotas antigas. (PAIVA, 2010, p. 4).

Não se descarta a hipótese de, na fuga terem seguido pelo mesmo caminho por onde, no final do século XVII tropeiros guiados por nativos Tupinambá conduziam boiadas das fazendas do Vale do Rio São Francisco e do Piauí para a Feira do Capuame localizada ao norte da cidade de Salvador. Do mesmo caminho que passava em Jeremoabo, Canudos, Uauá

e Juazeiro, por ser o mais curto, no início do Século XX serviu-se Alcides Modesto **de Sousa** em mudança que fez com sua mãe, de Simões Filho a Remanso. (Fig. 129 a 134).

Figura 129 - Grupo Amoipirá no atual território de Casa Nova



Fonte: Nimuendaju 1944 *apud* IBGE, 1944), adaptado pelo autor

Figura 130 – Trilha de Simão Dias a Juazeiro



Fonte: Google Earth (2017 *apud* Kestering, 2019a, p. 322)

Figura 131 - Grupo Amoipirá no atual território de Sento Sé



Fonte: Martius (1867b *apud* Santos, 2013, p. 213), recortado e adaptado pelo autor

Figura 132 - Grupo Amoipirá no atual território de Casa Nova



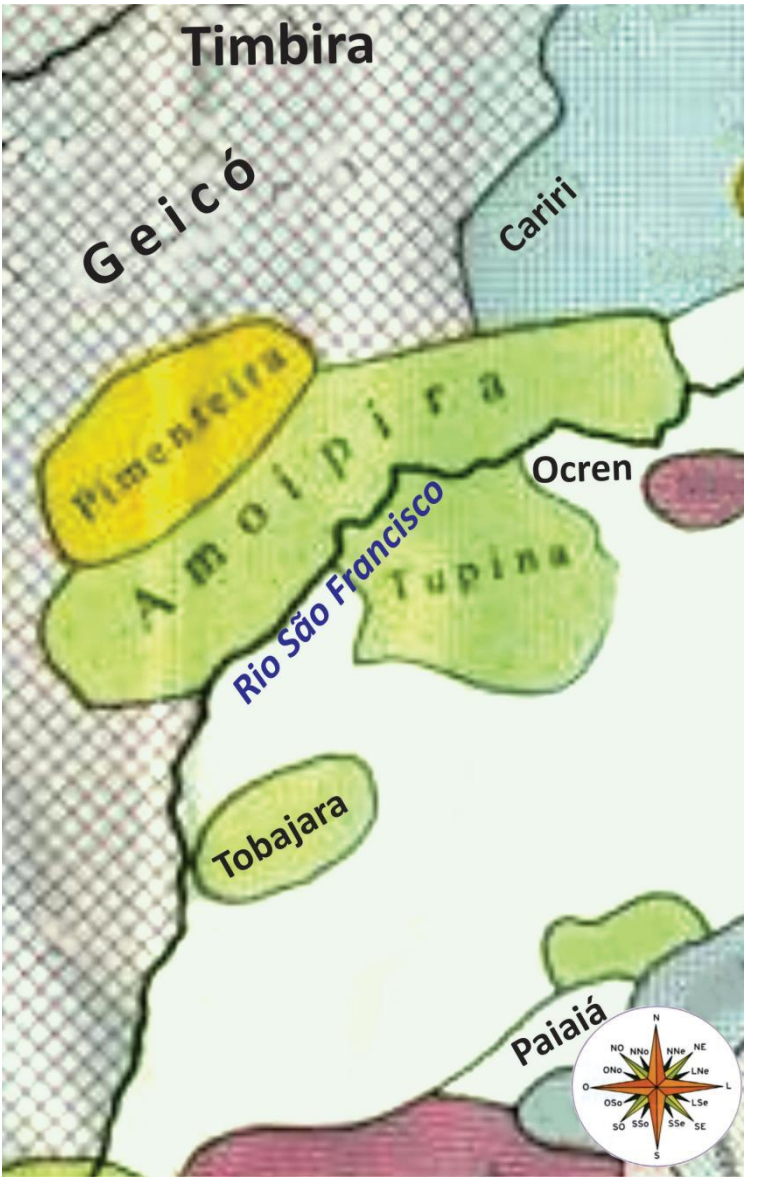
Fonte: Nimuendaju (1946 *apud* Santos, 2013, p. 219), recorte adaptado pelo autor

Figura 133 - Grupo Amoipirá no atual território de Casa Nova



Fonte: Steward & Mason (1950 *apud* Santos, 2013, p. 221), recorte adaptado pelo autor

Figura 134 - Grupo Amoipirá no atual território de Casa Nova



Fonte: Loukotka (1968 *apud* Santos, 2013, p. 223), recortado e adaptado pelo autor

Foi Mem de Sá, Governador Geral quem, com mão de ferro contrapôs-se frontalmente aos sentimentos libertários nativos para por fim àquele horrendo conflito. Sobre ele diz-se que, recém chegado à Bahia, em 1558 encontrou uma situação política ainda difícil. Fala-se que havia seguidas irrupções, com vários levantes indígenas que cessaram somente com a organização de expedições punitivas nas quais ele contou com o apoio dos evangelizadores, mormente jesuítas e empregou "milhares de índios aldeados para combaterem as rebeliões dos Tupinambá". (PUNTONI, 2002 *apud* OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 59).

Nos embates, muitos nativos sucumbiram fisicamente. Outros utilizaram a estratégia de negarem sua etnicidade para celebrarem alianças com os conquistadores e preservarem seus costumes autóctones. É inegável porém que nos dois séculos iniciais de intensa colonização europeia, lusa, francesa e holandesa, com o fornecimento de mão de obra livre ou cativa tenham eles acolitado a promoção do grande desenvolvimento econômico, social e cultural ocorrido no litoral nordestino[37].

> Nem sempre amistosas, tampouco belicosas durante todo o tempo, as relações entre povos nativos e migrantes europeus e africanos (forçados, obviamente) transformaram aquela realidade em um enorme e dinâmico crisol de culturas, que a partir daí marcou profundamente o processo de formação do que hoje conhecemos como Brasil. (PAIVA, 2010, p. 9).

A integração dos indígenas à sociedade colonialista não foi passiva, inconsciente e nem tampouco inconsequente. Eles souberam administrar os conflitos de forma tal que asseguraram a manutenção de milenares tradições básicas e o concomitante rompimento com costumes periféricos.

[37] "Não havia branco, por pobre que fosse, que não tivesse vinte ou trinta índios, de que se serviam como cativos, e os ricos tinham aldeias inteiras". (COSTA, 1983, p. 218 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 28).

Mantiveram, assim, práticas, memórias e valores culturais próprios, ao mesmo tempo em que se apropriaram de elementos da cultura portuguesa.

> Mundos e horizontes culturais se misturaram a partir de suas especificidades, suas representações e seus corpos. O mundo dos brancos, o dos negros, o dos pardos e o dos índios. Esferas que se interseccionavam através de mestiçagens biológicas, quebrando as barreiras étnicas e sobrevivendo da mistura. A mescla de práticas cotidianas, de hábitos e de costumes provocaria mestiçagens culturais cujos resultados são visíveis até hoje no estrato identitário (...) Quando das Guerras, o apagamento de sua memória e de seus hábitos não se deu de forma tão inflexível. Partindo do pressuposto de que em contextos de dominação e repressão os povos envolvidos reelaboram e redefinem suas referências culturais frente às situações que se constroem entre ambos, podemos afirmar que a cultura nativa não se esgotou por completo. Um dos epílogos desse estudo é a sobrevivência biológica dos índios (...) que só foi possível porque os mesmos elaboraram estratégias de **resistência** (grifo nosso) ao esquema dominatório do mundo ocidental, muitas vezes fingindo a sujeição ao Rei de Portugal – durante os acordos de paz firmados nos finalmente das Guerras – para que pudessem escapar ou mesmo omitindo sua condição de índios, quando passavam a ser chamados e a se autodenominar de caboclos. (MACEDO, 2003, p. 21-22).

Por outro lado, na busca por efetivar sua política colonizadora, a coroa portuguesa facilitou inserções nativas que considerava importantes para a manutenção da "ordem colonial". Aplicou, para isso a estratégia administrativa e política do principalato[38].

[38] "Espécie de função ou cargo administrativo instituído pela coroa lusitana na sua colônia na América. Fundamentava-se na política de aliança com as populações indígenas, com a política de valorização das chefias indígenas, e principalmente, na troca de favores entre estes dois universos, materializado na figura do principal indígena". (SILVA, 2018, p. 106).

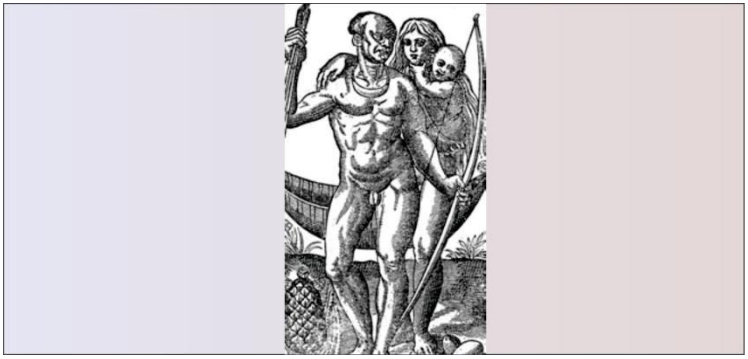
> Os índios principais, como ficaram conhecidas as lideranças indígenas neste contexto, se tornaram importantes e destacados sujeitos diante do processo de colonização na região, a política de aliança e valorização os tornaram agentes articuladores no cotidiano colonial, tornou-se assim um agente intermediário importante para o processo colonizador na América portuguesa. Desta maneira, o *status* de índio Principal possibilitava um poder de articulação e negociação entre os europeus e a própria etnia ou grupo a qual pertencia o líder indígena. (...) Ao ser criado pela coroa lusitana, o principalato fundamentava-se nas estruturas de poder, tanto de sociedades do regime absolutista como é o caso do Reino de Portugal, quanto da tradição indígena, mais especificamente das etnias de tronco linguístico tupi. (...) Assim no cotidiano colonial a coroa portuguesa utilizou de diversos usos da cultura política do Império português para poder realizar e manter a integração e aliança das lideranças indígenas nas estratégias de colonização. Por outro lado, os próprios indígenas fizeram uso desta estratégia, inicialmente portuguesa, para garantir melhorias na condição de vida no mundo colonial. Isso mostra a forma pela qual a cultura política ganhou novos significados para as lideranças indígenas. Nesse caso, as lideranças indígenas apropriaram-se de uma prática política do Absolutismo, uma vez que, ao terem consciência de sua importância para o projeto de colonização português, solicitavam mercês e o reconhecimento do *status* de índio Principal. (SILVA, 2018, p. 106-107).

5.2.1 Atributos da Identidade Amoipirá-Tupinambá

Como resultado das exigências ambientais e dos cruzamentos físicos e culturais, as identidades dos indivíduos e dos grupos constituem-se de atributos que as diferenciam dos outros e um conjunto deles que as mantém ligadas a ancestrais biológicos e/ou culturais comuns. Conhece-se o fenômeno de manutenção de atributos físicos e culturais ligados à estrutura

genética ou cultural como inércia filogenética. Entende-se essa estratégia genética e cultural como a resistência de atributos de identidade que se revelam muitas vezes obsoletos ou conflituosos nas relações sociais e/ou condições ambientais presentes, mas foram úteis à sobrevivência de grupos sociais pretéritos. (Fig. 135).

Figura 135 - Nativos Tupinambá



Fonte: Theodore de Bry (1590 *apud* Oliveira e Freire, 2006, p. 67)

As culturas e os *genes* têm sistemas de heranças conservadoras. Essas podem não responder às provocações das circunstâncias novas. Adquirem-se, dos mais velhos, conhecimentos em desarmonia com momentos de mudanças sociais e/ou ambientais. Os traços culturais não podem, por isso, explicarem-se simplesmente em termos de adaptação. Eles conservam predicados compreensíveis somente à luz da história. (SHENNAN, 2002, *apud* KESTERING, 2007, p. 34). A inércia filogenética do comportamento humano era já embrionariamente constatada e referida por Stuart Mill (1860), quando afirmava que "muitas coisas que os homens originalmente realizavam por algum motivo, continuam a fazê-las por hábito". O conjunto de atributos da identidade que se herda dos antepassados caracteriza-se como ancestralidade. Esses atributos permitem reconhecer-se uma etnicidade. Etnia é um grupo de indivíduos que se

diferenciam nos atributos físicos, sociais e/ou culturais. Elas se reconhecem principalmente na língua, em práticas religiosas e em pequenos gestos do quotidiano familiar. Assim, pela manutenção de aspectos culturais, os grupos étnicos se fazem entidades relativamente fixas, atemporais e/ou anacrônicas.

Assim foi que os atributos da identidade Amoipirá, adquiridos por hereditariedade física e cultural da tradição Tupinambá evoluíram e modificaram-se paulatina e progressivamente, ao longo da história, graças às influências do meio ambiental e social, sem perderem, contudo, o vínculo com os de seus ancestrais.

> Um bom exemplo desta discrepância é o caso Amoipira, um grupo tupi que habitava o rio São Francisco na segunda metade do século XVI. Gabriel Soares descreveu esse grupo como possuidor dos "mesmos costumes e gentilidades" dos Tupinambá, bem como a mesma língua, embora guardando algumas diferenças "em alguns nomes próprios". Descendentes dos Tupinambá, esse grupo afastou-se para o interior frente ao avanço de seus inimigos e adotou o nome por "seu principal se chamar Amoipira". (SOARES DE SOUSA, 1971 [1587], p. 334-335 *apud* , MONTEIRO, 2001, p. 32).

O certo é que seus sucessores percebiam não serem diferentes dos ancestrais e enxergavam distinguirem-se profundamente nos atributos identitários dos mesquinhos colonizadores portugueses, franceses e/ou holandeses. Nada passava despercebido frente à agudeza da observação Tupinambá e nem fugia à sagacidade da visão Amoipirá.

> Os nossos tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar o seu *arabutan*. Uma vez um velho perguntou-me: Por que vindes vós outros, *maírs* e *perôs* (franceses e portugueses) buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muita mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele o supunha,

mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas.
Retrucou o velho imediatamente: e por-ventura precisais de muito? – Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados.
– Ah! Retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas, acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: Mas esse homem tão rico de que me falas não morre? – Sim, disse eu, morre como os outros.
Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: e quando morrem para quem fica o que deixam? – Para seus filhos se os têm, respondi; na falta destes para os irmãos ou parentes mais próximos. – Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros *maírs* sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.
Este discurso, aqui resumido, mostra como esses pobres selvagens americanos, que reputamos bárbaros, desprezam àqueles que com perigo de vida atravessam os mares em busca de pau-brasil e de riquezas. Por mais obtusos que sejam, atribuem esses selvagens maior importância à natureza e à fertilidade da terra do que nós ao poder e à providência divina; insurgem-se contra esses piratas que se dizem cristãos e abundam na Europa tanto quanto escasseiam entre os nativos. Os tupinambás, como já disse, odeiam mortalmente os avarentos e prouvera a Deus que estes fossem todos lançados entre os selvagens para serem atormentados como por demônios, já que só cuidam de sugar o sangue e a substância alheia. Era necessário que eu fizesse esta digressão, com

> vergonha nossa, a fim de justificar os selvagens pouco cuidadosos nas coisas deste mundo. E, a propósito, poderia acrescentar o que o autor da 'História das Índias Ocidentais' escreveu acerca de certa nação que habita o Peru. Diz ele que quando os espanhóis principiaram a colonizar esse país os selvagens vendo-os barbados, delicados e mimosos, recearam que eles lhes corrompessem os antigos costumes: não queriam por isso receber essa gente a que chamavam *espuma do mar*, isto é, gente sem país, homens sem descanso, que não param em parte alguma para cultivar a terra. (LÉRY, 1961, p. 153-154 *apud* OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 65-66).

Assim foi que, no final do Século XIX, em territórios dos atuais estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe preservavam-se indiscutíveis traços identitários do povo Tupinambá e, quiçá, do grupo Amoipirá também[39]. Importa mencionar que a maioria da população desses estados e do Brasil era mestiça quando, em 1893, Antônio Conselheiro propôs concretizar-se, em Canudos, a utopia nativa da Terra sem Males.

> O censo de 1872 apontava 87,44% deles [mestiços] como livres. Os pardos naquela ocasião eram 5,35 milhões numa população total de 9,93 milhões. No mesmo ano, 52,87% dos negros seguiam sendo escravos, mas somavam apenas 708 mil indivíduos.
>
> No censo de 1890, logo após a abolição, os pardos seguiriam formando a maioria da população nacional e somente seriam superados pelos brancos, reforçados pelo enorme fluxo imigratório europeu, em 1940.
>
> Curiosamente, a abolição deu-se no auge da popularidade do racismo científico entre a elite nacional. Os republicanos

[39] "Toda a relação com a natureza e com o contexto ambiental, para eles era ancestral. Artesanato Tupinambá: redes, artefatos de palha ou madeira, o ritmo cotidiano adaptado ao ambiente, técnicas de construção em taipa, e por outro lado, a cultura simbólica, mitos e língua tupi até hoje se fazem presentes. Os Tupinambá e suas práticas sempre foram interagindo com negros e brancos". (MATTA, 2013, p. 53).

> positivistas eram os maiores adeptos da tese de inferioridade de índios, negros e mestiços. O massacre do arraial de Canudos sem negociação equivaleu de certa forma à extinção de um quilombo. As fotos dos sertanejos, quase todos mestiços, foram divulgadas pelo regime para reforçar essa impressão.
>
> Mais do que apagar a mancha da escravidão, a República pretendeu apagar o que considerava uma mancha genética. Se não ousou obstar a reprodução de negros e pardos, talvez tenha sido mais por falta de meios do que pelo medo de possíveis revoltas ou talvez por acreditar, como propunham médicos da época, que a inferioridade própria dos mestiços os faria naturalmente menos propensos a reproduzir e, em reproduzindo, menos propensos à sobrevivência e a transmitir seus caracteres aos descendentes.
>
> De qualquer forma, era impossível deixar de constatar o caráter mestiço do brasileiro do final do século XIX. Mestiço não apenas na cor, mas, como assinalou o polemista Sílvio Romero, "todo brasileiro é mestiço, se não no sangue, pelo menos nas ideias". (SCHOMMER, 2012, p. 63).

Assim, os Amoipirá de Sento Sé e Casa Nova, da mesma forma que seus ancestrais do litoral e/ou das entranhas brasis são, antes de tudo mestiços. Esse atributo comum a todas as etnias foi, durante séculos utilizado como referência para desvinculá-los de seus ancestrais[40] que, por equívocos científicos e paradigmáticos de conceitos evolucionistas do Século XIX consideravam-se puros no sangue e nos traços culturais[41]. Além da mestiçagem[42] e da inserção no mercado

[40] Pesa também o fato de que "na concepção dos índios, a mulher é um simples saco em que o macho deposita sua semente. Quem nasce é o filho do pai, e não da mãe, assim visto pelos índios". (RIBEIRO, 1995, p. 108).

[41] "Da parte das índias a mestiçagem se explica pela ambição de terem filhos pertencentes à raça superior, pois segundo as ideias entre eles correntes só valia o parentesco pelo lado paterno". (ABREU, 1989 *apud* FREIRE, 3003, p. 80).

[42] Por mestiçagem entende-se aqui o processo de mescla ou mistura de nações com atributos distintos. "Iniciemos por uma definição antiga,

de trabalho[43], sobre eles puseram-se estruturas de poder político, religioso e econômico, à deriva das quais não havia a menor possibilidade de sobreviver e reproduzir-se. Dizia-se que os não integrantes do sistema colonialista encontravam-se "à margem da vida nacional", sem direito ao usufruto da vida e à salvação da alma. (FLORESTAN FERNANDES, 1965, p. 29 *apud* MORAIS, 2016, p. 96).

> As estruturas políticas da colônia nascente evidenciam-se como violentas, montadas sobre o arbítrio e a exclusão, produtoras por sua vez de novos conflitos e desigualdades. Nada mais distante desta dinâmica do que as autoimagens de uma sociedade tolerante em face das diferenças sociais e étnicas, acionadas frequentemente para celebrar a cordialidade e louvar a suposta democracia racial.
>
> O princípio de toda ação ou política pública será, bem ao contrário, a subordinação do diferente, com a apropriação das terras e dos recursos das populações autóctones. A justificativa permanente e o valor supremo são o de "civilizá-las", construindo sobre elas uma representação profundamente negativa, reprimindo suas línguas e culturas. O melhor modo de administrá-las é homogeneizá-las, produzindo unidades híbridas, favorecendo a assimilação e

empregada pelos castelhanos na América desde os primeiros anos posteriores à chegada deles: *mestizo/a* era o/a filho/a de conquistador e índia. (...) No seu *Vocabulário* de 1712 já aparecia certa generalização do entendimento relativo ao termo: 'Homem mestiço. Nascido de pays de differentes nações, v. g. Filho de Portuguez, & de India, ou de pay Indio, & de mãy Portugueza.'" (PAIVA, 2015, p. 77.)

[43] "Com a civilização, a assimilação dos índios se daria de duas formas: a primeira seria pela mistura racial, ao transformar os índios em brancos: "Vendo-se os mapas estatísticos da província de S. Paulo, encontra-se um grande número de brancos. Mas não é assim; a maior parte é gente mestiça [...]. Eles já têm sentimentos, e quando na fatura das listas são perguntados [...] declaram que são brancos". A segunda seria pelo trabalho: Nas projeções de Rendon, repetindo a frase tantas vezes dita naquele tempo, seu plano de civilização de índios daria "milhares de braços à agricultura" e aliviaria o Brasil, "em parte, da necessidade do negro comércio da raça africana". (JEHA, 2005, p. 18).

> mantendo sobre elas uma tutela humanitária e religiosa. (OLIVEIRA, 2010, p. 29).

Para padronizar comportamento e cultura promoveu-se a pacificação e a catequização a fim de que os grupos nativos não se contrapusessem às autoridades que representavam os sistemas econômico, político, administrativo, civil, religioso e/ou militar. Aos grupos autóctones não havia alternativa que não fosse o enquadramento na categoria dos submissos (aculturados, pacificados, civilizados, mansos, catequizados, integrados, assimilados, cristãos, cidadãos e/ou vassalos do rei) ou na classe do rebeldes (gentios do corso, bravos, tapuias, bugres, isolados, selvagens, arredios e/ou pagãos). À categoria dos rebeldes promoviam-se, reiteradas guerras sanguinolentas (ditas justas) ou de extermínio. Quaisquer outras formas de resistência cultural sempre foram condenadas ao silêncio e à invisibilidade. (OLIVEIRA, 2010).

> A tendência é a de que os limites do intolerável se situem na existência de conflitos armados que coloquem em risco a segurança física e patrimonial dos colonizadores, com a invasão ou a destruição de engenhos e fazendas, bem como mortes e ataques aos portugueses. Mas o que sucedeu efetivamente com os indígenas quando em um determinado momento aceitaram a *Pax* colonial? Embora as crônicas oficiais tendam a sugerir que se trata de um fato marcante e irreversível, frequentemente a pacificação é um procedimento que se repete, uma necessidade recorrente. Em termos estritamente militares, significa apenas que os indígenas reconhecem haver perdido uma batalha e aceitam pagar um preço por isto, mas não implica que a guerra tenha sido concluída e que os vencidos aceitem a sua derrota como final e legítima.
>
> Vejamos um exemplo concreto: os Tupinambás que nos meados do século XVI habitavam a região do Recôncavo baiano. Os que moravam nas cercanias da recém fundada cidade foram arrebanhados pelos missionários jesuítas que acompanharam Tomé de Souza e colocados em aldeias, vindo

> a configurar a força de trabalho essencial para a nascente colônia. Diversas outras comunidades localizadas mais além, ainda dentro dos limites do Recôncavo, não deixaram jamais de mobilizar-se em ações militares, em articulações políticas entre chefes e em movimentos religiosos.
> Embora os governadores a cada vez anunciassem a El Rey (tanto em 1556 quanto em 1558 e 1562) a total submissão dos Tupinambás, os documentos posteriores continuaram a falar de conflitos com eles na mesma região no final do século XVI e também no século XVII. Ocorreu na região, inclusive, o surgimento de fenômenos religiosos (como a "santidade do Jaguaripe", em 1585), que foram reprimidos em função de acarretarem uma maciça fuga de escravos de fazendas vizinhas e em virtude da acusação de que viriam a prejudicar a realização da produção agrícola pelos demais proprietários. (VAINFAS, 1992; MAESTRI, 1995 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 30).

No contexto mestiço sergipano do final do Século XIX nasceu Alcides Modesto **de Souza** que, em janeiro de 1910, com 23 anos de idade transladou-se para Remanso onde, com invisibilidade nativa[44] celebrou com Maria Amorim **dos**

[44] "Os termos "negro", principalmente, e, também, "preto" foram possivelmente mais usuais até o final do século XVIII, pelo menos. O costume diferenciava os africanos dos demais mancípios e transformava os dois vocábulos em sinônimos de escravo. Em relação aos demais tipos – crioulos, mestiços, mamelucos, pardos, mulatos, cabras, caboclos, [morenos}, etc… – isto não ocorria e essas "qualidades" não cumpriam a função de indicar a mais baixa das "condições" jurídicas que definiam e classificavam uma pessoa ou um grupo social. Aparentemente, o uso preferencial dos dois vocábulos servia para diuturnamente evocar uma hierarquia das "qualidades" entre os cativos.
Crioulos, mestiços, mamelucos, pardos, mulatos, cabras, [morenos] e caboclos podiam deixar de ser escravos, assim como os negros e os pretos, o que, na verdade, ocorreu intensamente. Mas, o emprego dos dois termos nos permite pensar que os africanos, diferentemente dos demais, mesmo já forros, não deixavam de ser "negros" naquela sociedade escravista. Isto é, entre os escravos, eles seriam o substrato inferior e os vocábulos preferenciais impunham sobre eles, durante o cativeiro e depois das alforrias, a mancha da "qualidade" e da "condição" mais baixas". (PAIVA, 2015, p. 66).

Santos o sagrado ritual das núpcias e integrou-se ao grupo Amoipirá e à história de Casa Nova.

> Os indígenas que se associavam aos brancos através do casamento ou da adoção eram estimulados a renegar sua condição pretérita (que só lhes acarretava prejuízos e discriminações), transmitindo tal atitude aos seus descendentes. Em decorrência deste fato, o indígena tem sido pensado no Brasil como perfeitamente solúvel na colonização. O seu destino seria a convivência quase perfeita com os brancos, a invisibilidade dentro da sociedade brasileira. As trajetórias individuais não excluem a permanente refabricação do estigma e da segregação. (OLIVEIRA, 2010, p. 33).

Ele era moreno, de olhos castanhos e cabelos grisalhos. Nasceu no estado de Sergipe, antigo território Tupinambá, próximo às fábricas de tecido de Simão Dias, no dia 02 de janeiro de 1887, seis anos antes de Antônio Conselheiro fundar o arraial de Belo Monte que delas distava apenas 160 km. Era filho de José Modesto **de Souza** e Maria Joana **de Sousa**, ambos herdeiros do pé de meia cultural indígena, edificado pelos ancestrais Tupinambá. Em sua face exibia as cicatrizes de varíola com que se acometera na infância. (Fig. 136).

Não se passaram muitos dias até que, na feira, junto ao embarcadouro de Remanso, encontrou-se com Maria Amorim, uma linda jovem mestiça, de incontestes traços culturais dos antigos indígenas de Casa Nova, por quem perdidamente apaixonou-se à primeira vista. (Fig. 137). No encontro dos olhares cruzaram-se sentimentos recíprocos de amor e arrebatamento, aditivados pela efervescência dos hormônios nativos que ambos, em profusão dispunham em seus corpos juvenis. Nascia ali um grande amor que imprimiu sentido maior à vida de ambos e incentivou-os a interagir com o Rio São Francisco e as pródigas areias quartzosas que, na segunda metade do Século XVI, muito bem haviam acolhido os

Amoipirá, seus genéticos e/ou culturais ancestrais Amoipirá, ramo sertanejo do tronco Tupinambá.

Figura 136 - Alcides Modesto **de Sousa**



Fonte: Kestering (2019, p. 318), adaptada pelo autor deste

Depois de conhecer Maria, Alcides convenceu-se de que não havia sentido algum voltar a Simão Dias com qualquer objetivo que não fosse o de buscar sua mãe para morar com eles nos depósitos sedimentares do antigo lago natural de Sobradinho. Tinha apenas três sonhos que pretendia alcançar, custasse que fosse qualquer sacrifício, o afeto de Maria Joana **de Sousa**, sua mãe, o amor de Maria Amorim **dos Santos**, sua namorada e a felicidade dos três herdeiros do Patrimônio Amoipirá-Tupinambá. (Fig. 138).

Figura 137 - Maria Amorim **dos Santos**



Fonte: Kestering (2019, p. 324), adaptada pelo autor deste

Figura 138 - Maria Joana **de Sousa**



Fonte: Kestering (2019, p. 324), adaptada pelo autor deste

Na intimidade familiar, Alcides Modesto de Souza referia-se a Maria Joana, sua mãe, como Sinhá e a Maria Amorim, sua

esposa, como Iaiá. Sabe-se que sinhá era o tratamento respeitoso utilizado pelos escravos negros, quando se dirigiam ou referiam-se à patroa ou esposa do patrão, o sinhô. É muito provável que se devia à inércia filogenética esse traço identitário que o velho comerciante sergipano herdou de cativos ancestrais de origem africana, herdeiros portanto do Patrimônio Iorubá.

> Se a dona se banhou, eu não estava lá.
> Por Deus, nosso Senhor, eu não olhei, Sinhá.
> Estava lá na roça, sou de olhar ninguém.
> Não tenho mais cobiça, nem enxergo bem.
> Pra que me por no tronco, pra que me aleijar?
> Eu juro a vosmecê que nunca vi, Sinhá.
> Por que me faz tão mal, com olhos tão azuis?
> Me benzo com o sinal da Santa Cruz. Lê, iê lê, iê re...
>
> Eu só cheguei no açude, atrás da sabiá.
> Olhava o arvoredo, eu não olhei, Sinhá.
> Se a dona se despiu, eu já andava além.
> Estava na moenda, estava pra Xerém.
> Pra que talhar meu corpo? Eu não olhei, Sinhá.
> Pra que que vosmecê meus olhos vai furar?
> Eu choro em Iorubá, mas oro por Jesus.
> Pra que que vosmecê me tira a luz? Lê, iê lê, iê re...
>
> E assim vai se encerrar, o conto de um cantor
> Com voz do pelourinho e ares de senhor.
> Cantor atormentado, herdeiro sarará.
> Do nome de renome de um feroz senhor de engenho,
> E das mandingas de um escravo
> Que no engenho enfeitiçou, Sinhá. Lê iê lê iê re... (HOLANDA, 2015).

Consta que Iaiá era também um termo regional de origem africana, bastante utilizado no Nordeste do Brasil quando, em tempos de escravidão alguém se dirigia ou referia-se a moças e senhoras. (MARINHEIRO, 2007).

Ô Iaiá, Iaiá, ô Iaiá
Minha preta não sabe o que eu sei,
O que vi nos lugares onde andei
Quando eu contar, Iaiá, você vai se pasmar. (bis)

Vi um tipo diferente,
Assaltando a gente que é trabalhador
Morando num morro muito perigoso.
Um tal de Caveira comanda o vapor
Foi aí que o tal garoto
Coitado do broto, encontrou com o Caveira
Tomou-lhe um sacode, caiu na ladeira
Iaiá, minha preta, morreu de bobeira.

Dei um pulo na cidade
Iaiá, minha preta, se eu sei, não iria
Só vi pilantragem, só vi covardia
Nem sei como pode alguém lá viver
Quando vi o salário que o pobre operário sustenta a família
Fiquei assustado, Iaiá, minha filha
Montei num cavalo e voltei pra você.

Dei um pulo na macumba, saber da quizumba
Bolei na demanda, cantei pra Calunga, baixei a muamba
Saravei a banda, meu corpo fechei
Iaiá, eu fiz tudo certinho
Deitei para o santo, raspei, capitulei
Me deixa de lado, cão excomungado
Sou abençoado, estou dentro da lei. (PAGODINHO, 1986).

É incontestável que os grupos nativos Tupinambá não foram extintos ao longo dos séculos, como pressupõem expectativas estribadas em preconceitos ainda vigentes nos meios acadêmicos e populares. O que caracteriza a identidade Amoipirá-Iorubá-Tupinambá são as utopias, a memória, o atavismo à terra e o sentimento de pertença. Esses atributos identitários evidenciam-se principalmente quando se compartilham revoltas e/ou estratégias de resistência, em episódios como as guerras de Canudos e Pau de Colher bem como em diversas lutas que se travaram e constantemente se

fazem contra o sistema colonizador, muitas vezes mal compreendidas ou interpretadas por seu séquito representativo. A título de exemplo cita-se o confronto que, na década de 1980 ocorreu na região de Petrolândia - PE, em contraposição à empresa responsável pela implantação da Barragem de Itaparica.

> Também são frequentes, entre nós, os relapsos no furor selvagem, ou primitivo, de destruição, manifestando-se em assassinatos, saques, invasões de fazendas por cangaceiros: raro aquele dos nossos movimentos políticos ou cívicos em que não tenham ocorrido explosões desse furor recalcado ou comprimido em tempos normais. Sílvio Romero chegou a criticar-nos pela ingenuidade com que "damos o pomposo nome de *revoluções liberais"* a "assanhamentos desordeiros". O caráter, antes de choque de culturas desiguais, ou antagônicas, do que cívico ou político, desses movimentos, parece não ter escapado ao arguto observador: "os elementos selvagens ou bárbaros que repousam no fundo étnico de nossa nacionalidade, vieram livremente à tona, alçaram o colo e prolongaram a anarquia, a desordem espontânea", escreve ele, referindo-se às balaiadas, sabinadas, cabanadas, que têm agitado o Brasil. Poderia talvez estender-se a caracterização aos mata-matamarinheiro, quebra-quilos, farrapos; quem sabe mesmo se atualizá-la, aplicando-a a movimentos mais recentes, embora animados de um fervor ideológico mais intenso do que aqueles? A revolução pernambucana de 1817 parece-nos permanecer em nossa história política "a única digna desse nome", da frase de Oliveira Lima; é sem dúvida aquela que se revestiu menos do caráter de pura desordem propícia ao saque, ou menos sofreu da deformação de fins políticos ou ideológicos. Não que a consideremos exclusivamente política, sem raízes econômicas; o que desejamos acentuar é que se processou de modo diverso das abriladas, com um programa e um estilo político definidos. Da vinagrada de 1836, no Pará, escreveu Sílvio Romero: "o elemento tapuio alçou o colo, tripudiando sobre a vida e a propriedade alheia".

Isto sem falarmos em movimentos francamente de revolta de escravos, explosões ou de ódio de raça ou de classe social e economicamente oprimida - a insurreição de negros em Minas, por exemplo. Ou como nos terremotos de cultura: culturas oprimidas explodindo para não morrer sufocadas, rompendo a crosta da dominante para respirar, como parece ter sido o movimento de negros na Bahia em 1835. A cultura negra maometana contra a portuguesa católica.

Estes são movimentos à parte, de um profundo sentido social, como à parte é o de Canudos - resultado da diferenciação da cultura que se operou entre o litoral e o sertão. Os relapsos em furor selvagem observamo-los em movimentos de fins aparentemente políticos ou cívicos, mas na verdade pretexto de regressão à cultura primitiva, recalcada porém não destruída.

É natural que na noção de propriedade como na de outros valores, morais e materiais, inclusive o da vida humana, seja ainda o Brasil um campo de conflito entre antagonismos os mais violentos. No tocante à propriedade para nos fixarmos nesse ponto, entre o comunismo do ameríndio e a noção de propriedade privada do europeu. Entre o descendente do índio comunista, quase sem noção de posse individual, e o descendente do português particularista que até princípios do século XIX viveu, entre alarmes de corsários e ladrões, a enterrar dinheiro em botija, a esconder bens e valores em subterrâneos, a cercar-se de muros de pedra e estes, ainda por cima, ouriçados de cacos de vidro contra os gatunos.

Saint-Hilaire, em viagem pelo interior de São Paulo nos princípios do século XIX, identificaria como reminiscência dos tempos da descoberta - na verdade, expressão do conflito que salientamos, entre as duas noções de propriedade - o fato da mercadoria, nas vendas, em vez de estar exposta ao público, ser guardada no interior das casas vindo ter às mãos do vendeiro por um postigo. Interpreta o cientista francês: "Precisavam os taverneiros, naturalmente, tomar precauções contra a gulodice dos índios e a rapacidade dos mamelucos, que em matéria de discriminação do teu e do meu não deviam ter ideias muito mais exatas do que os próprios índios". (FREIRE, 2003, p. 106-107).

6 RESISTÊNCIA TUPINAMBÁ - AMOIPIRÁ

Assim como os territórios de Casa Nova e Sento Sé eram originariamente ocupados por nativos Amoipirá, a Freguesia de São João Batista de Jeremoabo, integrante da região então conhecida como Sertão de Cima era também habitada por grupos nativos vinculados ao povo Tupinambá. Lá tampouco era pacífica a vivência dos autóctones com os latifundiários da Casa da Torre. Sabe-se que naquele lugar a tensão chegou ao extremo quando, em março de 1669, Francisco Dias d'Ávila promoveu a destruição das igrejas de Itapicuru, bem como as residências de padres e índios Caimbé. É notório que, por não se conseguir subjugar os nativos sertanejos, a câmara de Salvador contratou os paulistas Brás Rodrigues de Arzão e Estêvão Ribeiro Bairão Parente para dar-lhes cabo.

Muito embora dominadas pelas armas, não se exterminaram as etnias perseguidas pela Casa da Torre e pelos bandeirantes paulistas porque, sabe-se hoje, a contenda contra os latifundiários durou ainda por muitos e longos anos. "As bandeiras de Arzão e Estêvão Parente e outras enfraqueceram, mas não extinguiram a resistência do gentio". (ABREU, 1998, p. 134). Tratava-se de um antagonismo irredutível aquele, entre os grandes fazendeiros da Casa da Torre e os aldeamentos administrados pelos jesuítas que defendiam a liberdade dos nativos bem como a legalização de suas terras.

> O processo de formação do povo brasileiro que se fez pelo entrechoque de seus contingentes índios, negros e brancos foi, por conseguinte, altamente conflitivo. Pode-se afirmar, mesmo, que vivemos praticamente em estado de guerra latente, que, por vezes, e com frequência, se torna cruento, sangrento. Conflitos interétnicos existiram desde sempre, opondo as tribos indígenas umas às outras. Mas isto se dava sem maiores consequências porque nenhuma delas tinha

possibilidade de impor sua hegemonia às demais. A situação muda completamente quando entra nesse conflito um novo tipo de contendor, de caráter irreconciliável, que é o dominador europeu e os novos grupos humanos que ele vai aglutinando, avassalando e configurando uma macroeconomia expansionista. (...)

O conflito interétnico se processa no curso de um movimento secular de sucessão ecológica entre a população original do território e o invasor que a fustiga a fim de implantar um novo tipo de economia e de sociedade. Trata-se, por conseguinte, de uma guerra de extermínio. Nela, nenhuma paz é possível, senão com um armistício provisório, porque os índios não podem ceder no que se espera deles, que seria deixar de ser eles mesmos para ingressar individualmente na nova sociedade, onde viveriam outra forma de existência que não é a sua. Os seus alternos, que são os brasileiros, não abrem mão, também, do sentimento de que, neste território, não cabe outra identificação étnica que a sua própria, que tendo sido assumida por tantos europeus, negros e asiáticos, deveria ser aceita também pelos índios.

Esse conflito não se dá, naturalmente, como um debate em que cada parte apresenta seus argumentos. O brasileiro que captura um índio para usá-lo como escravo, o faz achando que seria uma inutilidade deixá-lo vivendo à toa. O índio, repelindo a escravização que o coisificaria, prefere a morte à submissão. Não por qualquer heroísmo, mas por um imperativo étnico, já que as etnias são por natureza excludentes.

As forças que se defrontam nessas lutas não podiam ser mais cruamente desiguais. De um lado, sociedades tribais, estruturadas com base no parentesco e outras formas de sociabilidade, armadas de uma profunda identificação étnica, irmanadas por um modo de vida essencialmente solidário. Do lado oposto, uma estrutura estatal, fundada na conquista e dominação de um território, cujos habitantes, qualquer que seja a sua origem, compõem uma sociedade articulada em classes, vale dizer, antagonicamente opostas mas imperativamente unificadas para o cumprimento de metas econômicas socialmente irresponsáveis. A primeira das quais é a ocupação do território. Onde quer que um contingente

> eticamente estranho procure, dentro desse território, manter seu próprio modo tradicional de vida, ou queira criar para si um gênero autônomo de existência, estala o conflito cruento. (RIBEIRO, 1995, p. 168-169).

6.1 Guerra de Canudos

Os conflitos no Sertão de Cima perduraram séculos. Eles mantiveram-se reprimidos até quando, em 13 de junho de 1893, Antônio Conselheiro decidiu estabelecer-se no Arraial de Canudos para construir um templo religioso onde livremente se professassem as crenças nativas, longe das perseguições da Igreja Católica tridentina e do governo republicano presidencialista que as viam como ameaças à ordem vigente. Seus ensinamentos não se afinavam com a ortodoxia estoico-judaica de Roma e suas orientações políticas desarmonizavam com os ideais militares e golpistas da República Velha. Sua ação missionária assemelhava-se à dos pajé-açu, líderes nativos itinerantes que, desde épocas remotas visitavam as aldeias, exortando os indígenas a implantarem a Terra sem Males, a Canaã Pindorâmica[45].

> Além dos pajés (sic), residentes nas aldeias, a vida espiritual dos povos tupi-guarani [Tupinambá] era, igualmente, marcada pela eventual presença de profetas ambulantes, chamados caraíbas. Apesar de estranhos à comunidade, os caraíbas exerciam grande influência sobre os habitantes das aldeias. (...) Exímios oradores, estes profetas transitavam de aldeia em aldeia, deixando uma mensagem messiânica entre os índios.

[45] "Além disso, não há como negar que o Semiárido tem um catolicismo popular historicamente arraigado, construído pela influência de homens como Ibiapina, padre Cícero e Antônio Conselheiro. Cada um deles tinha os seus "beatos", que circulavam pelo sertão anunciando um catolicismo com raízes culturais locais, cuidando dos cemitérios, das aguadas, da construção de igrejas, dos órfãos, dos flagelados". (MALVEZZI, 2007, p. 22).

> (...) O discurso profético convencia aldeias inteiras a embarcarem em longas viagens em busca de um paraíso terrestre, uma "terra sem mal", onde a ambulância, a eterna juventude e a tomada de cativos predominavam. (...) Com efeito, o discurso do profeta dialogava com elementos fundamentais, os quais situavam os Tupi [Tupinambá] numa dimensão histórica: movimentos espaciais, liderança política, xamanismo e, sobretudo, guerra e sacrifício de cativos. (...) [É por isso que, na prática civilizadora] os jesuítas também teriam de apropriar-se do papel de líder espiritual carismático. De fato, nas suas atividades missionárias, os jesuítas frequentemente adotavam práticas que acreditavam proveitosas por emularem as práticas pré-coloniais. Era comum, por exemplo, ao modo dos discursos dos chefes e pajés (sic), os jesuítas pregarem de madrugada." (MONTEIRO, 2005, p. 25-26, 49).

Ele considerava de uso coletivo, assim como sempre foram desde períodos remotos da pré-história, as terras das nascentes do Rio Vaza Barris. Fundamentava a necessária utilização comunitária das terras sertanejas, no gesto de solidariedade das primeiras comunidades cristãs e nas tradições das populações nativas. Observe-se que ele contava com o apoio massivo dos grupos autóctones porque seus objetivos contemplavam atributos fundamentais da identidade nativa, mormente Tupinambá.

> O que aconteceu em Canudos foi uma das experiências mais extraordinárias da aventura humana. 25 mil pessoas vivendo numa situação diferenciada do que existia até então: que se caracterizava pela ausência de patrão; ausência de empregado; a terra coletiva; ausência da prostituição; ausência da miséria; ausência da fome; com respeito à dignidade como regra; todo mundo trabalhando; todo mundo usufruindo do trabalho. Ao entorno de Canudos: era miséria; era fome; era o latifúndio; era a opressão; era a humilhação. Por isso as pessoas foram para Canudos, acreditando na possibilidade de essa vida se desdobrar, haver continuidade. Lutaram até a morte em prol dessa

> crença, dessa causa. Todas elas doaram sua vida em prol da causa. (ANTÔNIO OLAVO, 2005 *apud* FONTENELLE, 2005).

Canudos tornou-se então uma séria ameaça aos interesses dos poderosos. De um lado, a Igreja alegava que os seguidores de Conselheiro eram hereges e depravados. De outro, os políticos e senhores das terras diziam que eram monarquistas sedentos por derrubar o governo republicano presidencialista.

No dia 07 de novembro de 1896, iniciou-se efetivamente o conjunto orquestrado de conflitos nos quais participaram mais de 12 mil soldados oriundos de 17 estados brasileiros. No dia 05 de outubro de 1897 incendiou-se o vilarejo e, mediante promessa de anistia rendeu-se a maioria de seus habitantes, homens, mulheres e crianças que, horas depois, a muitas a tropa republicana covarde e traiçoeiramente degolou. (Fig. 139 e 140).

Figura 139 - Rendição dos habitantes de Canudos



Fonte: Barros (1897)

Os escombros do Arraial de Canudos transformaram-se em grande cemitério, com alguns cadáveres sepultados e a

maioria insepulta. Na memória dos sertanejos do entorno germina, porém, o ardente sonho de implantar-se no país dominado pela República presidencialista, o encanto Tupinambá, por um paraíso pindorâmico, a Terra sem Males. (Fig. 141 a 144).

Figura 140 - Mulheres e crianças mestiças que se renderam



Fonte: Barros (1897 *apud* Velasco, 2014)

Figura 141 - Canudos transformou-se em um grande cemitério



Fonte: Fontenelle (2005)

Figura 142 – Cadáveres sepultados



Fonte: Fontenelle (2005)

Figura 143 – Mortos insepultos



Fonte: Fontenelle (2005)

Figura 144 – Na memória dos sertanejos, o sonho do Conselheiro



Fonte: Fontenelle (2005)

Parte das ruínas de Canudos submergiu-se no Açude de Cocorobó, construído na década de 1960. Quando as secas que assolam o sertão baiano reduzem o nível da água revelam-se os escombros daquele cenário de guerra. (Fig. 145 a 151). Locais importantes, entretanto, conservam-se em um parque estadual que se implantou para preservar a memória daquele covarde episódio promovido pela República Velha Presidencialista. Mataram-se 25 mil sertanejos de origem nativa, é bem verdade, mas não se aniquilou a identidade Tupinambá. Ela sobreviveu na memória e no encanto mestiço Amoipirá, que se plantou nas dunas fósseis e lençóis de areia de Casa Nova e Sento Sé, historicamente integrantes do que se conhecia como Sertão de Rodelas.

Figura 145 – Canudos Submersa no Açude de Cocorobó



Fonte: Fontenelle (2005), adaptada pelo autor deste

Figura 146 – Ruínas que se revelam nas grandes secas



Fonte: Fontenelle (2005), adaptada pelo autor deste

Figura 147 – Ruínas de Canudos



Fonte: Fontenelle (2005), adaptada pelo autor deste

Figura 148 – Ruínas da velha igreja



Fonte: Fontenelle (2005), adaptada pelo autor deste

Figura 149 – Ruínas da velha igreja



Fonte: Fontenelle (2005), adaptada pelo autor deste

Figura 150 – Ruínas da velha igreja



Fonte: Ferreira (2006), adaptada pelo autor deste

Figura 151 – Ruínas da velha igreja



Fonte: Munaretto (2016), adaptada pelo autor deste

6.2 Guerra do Pau de Colher

Em 1937, com 50 anos de idade e 27 de residência em Remanso Alcides Modesto **de Sousa** viu o território Amoipirá transformar-se em cenário de conflitos conhecidos como Guerra do Pau de Colher ou dos Caceteiros, semelhantes aos que, quando tinha seis anos de idade aconteceram no sertão de Canudos. (Fig. 152 a 158).

Figura 152 – Praça central da velha e pacata cidade de Casa Nova



Fonte: Biblioteca do IBGE (2019 *apud* Kestering, 2019a, p. 374)

Figura 153 – Praça central da velha cidade de Casa Nova



Fonte: Castro (2019 *apud* Kestering, 2019a, p. 375)

Figura 154 – Igreja Matriz da velha e pacata cidade de Casa Nova



Fonte: Biblioteca do IBGE (2019 *apud* Kestering, 2019a, p. 375)

Figura 155 – Rua Hermógenes Viana



Fonte: Biblioteca do IBGE (2019 *apud* Kestering, 2019a, p. 376)

Figura 156 - Rua São José na velha e pacata cidade de Casa Nova



Fonte: Biblioteca do IBGE (2019 *apud* Kestering, 2019a, p. 376)

Figura 157 – Rua São José na velha e pacata cidade de Casa Nova



Fonte: YouTube (2019 *apud* Kestering, 2019a, p. 376)

Figura 158 – Vista parcial da velha e pacata cidade de Casa Nova



Fonte: Biblioteca do IBGE (2019 *apud* Kestering, 2019a, p. 377)

Tudo começou em 1934, quando Getúlio Vargas era presidente do Brasil. Nesse movimento integraram-se aproximadamente quatro mil pessoas lideradas por Senhorzinho, Quinzeiro, Ângelo Cabaço e José Lourenço.

> Ali, em um sítio chamado Pau de Colher, moravam quatro famílias praticantes do catolicismo popular disseminado pelo sertão. José Senhorinho, um dos moradores, além de lavrador, liderava procissões e rituais, sendo considerado um "rezador" pelo povo local; tinha transes e, nessas ocasiões, "falava enrolado", conforme o testemunho da época. (MALVEZZI, 2007, p. 25).

Depois chegou Quinzeiro, amigo do Beato Severino que, em 1930, no sertão do Ceará fora morto pela polícia porque divulgava a doutrina do padre Cícero Romão Batista e aconselhava vida moral regrada e orações. O local tornou-se referência porque, além da pregação, das rezas e curas de Senhorzinho, contava-se com convincentes discursos de Quinzeiro, uma cacimba com abundante água potável que abastecia a população em épocas de seca e a maior feira da região.

Dizia-se que esses caraíbas (Pajé-açu) incentivavam o povo a ocupar as fazendas de Antônio Martins, Mariano Rodrigues de Sousa e Alexandre Oliveira, nos limites do Piauí e da Bahia, para implantarem a Terra sem Males, nos moldes do que Antônio Conselheiro sonhara para as nascentes do Rio Vaza Barris. Na verdade, a comunidade do Pau de Colher não era o fim em si. Nela preparavam-se os caceteiros para restaurar a comunidade de Caldeirão, em Crato - CE, onde a irmandade religiosa liderada pelo beato Zé Lourenço havia sido violentamente destruída pela polícia em 1936. (MALVEZZI, 2007, p. 26).

> O movimento ganhou muitos adeptos, e mais adeptos, e alcançou uma dimensão regional (Piauí e Bahia), num raio de 200 km. A conversa da cura milagrosa e da salvação espiritual

> correu numa velocidade assustadora. Atingiu as primeiras localidades do Piauí, na época município de São Raimundo Nonato, poucos meses após o início do arraial. Dentre elas, posso citar as mais relevantes: Cachoeirinha, Proeza e Minadouro. Muitas pessoas aceitaram o convite, e uma minoria resistiu. Do grupo das que aceitaram, os líderes: Quinca e sua esposa Hermenegilda, Zeferino e Zé Caboclo. Claro, juntos com a maioria do povo. Das pessoas que resistiram, as personalidades: Zé da Barra, Raimundo Carlos, Doquinha da Mata e Norberto. Vale ressaltar também, que esses líderes que resistiram foram os maiores colaboradores, como guias e soldados na destruição do arraial. Mas primeiro tiveram que se livrar da morte, foram perseguidos pelo movimento do começo ao fim. Como também, os primeiros sinais de resistência, de reação contra o movimento, surgiram em solo piauiense. É o Piauí e sua valentia. (PORTAL CASA NOVA, 2019 *apud* KESTERING, 2019a, p. 377).

Em dezembro de 1937, o movimento revolucionário estava com proporções avantajadas em relação aos fazendeiros. Pediu-se, por isso, reforço policial ao comando da Polícia Militar de São Raimundo Nonato – PI que, de pronto atendeu.

> Quando o grupo chegou a duas mil pessoas, a sustentação ficou difícil. A multiplicação de seguidores, a divisão das famílias que tinham alas adversárias, o peso econômico que os adeptos impunham às suas famílias, o medo de uma nova Canudos, a acusação de serem comunistas, todos esses fatores contribuíam para a aversão a Pau de Colher. Além disso, Quinzeiro andava por toda a região, e sua pregação era realmente messiânica: anunciava o fim do mundo e aconselhava os ouvintes a irem para Caldeirão. (MALVEZZI, 2007, p. 25).

Mandaram-se soldados montados em bons cavalos. Esses viram-se cercados por grandes problemas como dificuldade de acesso, falta de estrutura, sede e fome. Quando chegaram à área, surpreenderam-se com uma multidão de pessoas a esperá-los. Recuaram apressadamente, deixando no espaço,

armas de fogo e farta munição de que se apropriaram os caceteiros. Solicitou-se, por isso, reforço policial a Casa Nova.

A volante da cidade dos Viana logrou melhor êxito que a de Dom Inocêncio. Ela conseguiu entrar no arraial e aprisionar algumas pessoas. Entretanto, no momento em que encurralava e tentava prender seus líderes, viu-se cercada por mais de três mil caceteiros. Alguns policiais morreram em combate e outros fugiram, deixando compulsória e novamente muitas armas de fogo e farta munição.

Foi assim e em razão disso que os militares do Piauí e da Bahia pediram ajuda ao estado de Pernambuco. Em janeiro de 1938, o presidente Getúlio Vargas determinou que se enviasse uma volante policial de elite de Pernambuco à zona de conflito habitada na ocasião por mais de quatro mil pessoas.

> Quando chegou ao local do arraial, guiada pelas próprias pessoas resistentes, montou uma estratégia infalível: cercou toda a área do arraial. Eram 100 (cem) soldados. E muita estrutura. A invasão começou, e foram 24 (vinte e quatro) horas de guerra. Morreu muita gente. Apenas as crianças foram poupadas. O resto era matar ou morrer. Mas no final, quando a volante dominou a guerra, abriu exceção também para as mulheres saírem do terreno do conflito. Foram liberadas. O Quinzeiro, responsável por toda a formação do arraial, o mentor, conseguiu sair vestido de mulher. Fala-se que o soldado Militão Martins denotou seu patriotismo ao desafiar o Quinzeiro, dentro do próprio arraial, com uma coragem singular, ao dizer: “Apareça Quinzeiro, se tu és homem. Aqui no Piauí tem Lei”. Isso de certa forma desmoralizou o mentor do arraial. E o povo passou a perceber o equívoco de causa. Estava contra o próprio Estado do Piauí. Isso fruto do discurso cívico e heroico do Militão Martins. A partir daí, foi ficando fácil destruir o arraial. Os “caceteiros” perderam o estímulo e passaram a ficar do lado da polícia. Militão Martins concluiu dizendo: “Viemos aqui ajudar vocês a se livrarem das garras desse pilantra” (Quinzeiro). No final,

> quando restavam poucas pessoas, o resto tinha morrido, muitos "caceteiros" e poucos policiais, houve a rendição. Foram presos de imediato, depois liberados. Eram pessoas do lugar. Arrependeram-se de tudo, e pediram uma nova oportunidade para reconstruirem suas vidas aqui mesmo na região. O presidente Getúlio Vargas, sob a intercessão do Bispo Dom Inocêncio, concedeu esse direito de liberdade. O arraial foi tocado fogo. E os outros 03 (três) líderes do movimento foram assassinados. (PORTAL CASA NOVA, 2019 *apud* KESTERING, 2019a, p. 378-379).

Diz-se que quando novo contingente de policiais da Bahia chegou ao ambiente da guerra, o conflito havia já terminado. Tudo estava controlado pela aristocracia local. As crianças órfãs foram levadas para Salvador. Algumas se internaram em conventos, outras integraram-se à Marinha e ao Exército.

6.3 Luta do Polo Sindical de Petrolândia

No despontar da década de 1980 construiu-se no Submédio São Francisco a Barragem de Itaparica que afetou a vida de mais de 40 mil pessoas justafluviais entre as quais havia indígenas e negros, posseiros, meeiros e pescadores[46]. Houve homéricos conflitos em que se evidenciou fortemente o espírito guerreiro Amoipirá-Iorubá-Tupinambá de Manoel Alcides Modesto e seus companheiros de resistência mestiça[47] contra o sistema colonialista, organizados em um

[46] "O lago de Itaparica cobriu na margem baiana 16.719 hectares de terras agricultáveis que produziram, em 1980, 53.592 toneladas de alimentos, com produção crescente que, só no ano de 1988, atingiu 74.259 toneladas de produtos agrícolas. Jazem sob as águas pernambucanas 24.172 hectares de terras agricultáveis que, entre 1985 e 1988, produziram 48.876 toneladas de alimentos". (AZEVEDO, 1991, p. 83 *apud* SILVA, 2018, p. 34).

[47] Destacam-se: "Josefina [Lopes], Silvestre, Zé Preá, [Mário Zanetta], Fulgêncio, Eraldo, Jorge, Celso e Pureza". (SILVA, 2018, p. 3).

polo sindical que aglutinou e deu força às comunidades impactadas. (Fig. 159 a 161).

Figura 159 - Zé Preá, companheiro na resistência mestiça de Petrolândia



Fonte: Acervo da família de Zé Preá (1986)

Figura 160 - Padre Mário Zanetta inesquecível companheiro de luta



Fonte: Acervo da família de Zé Preá (1986)

Figura 161 - Trabalhadores rurais contra o sistema colonialista



Fonte: Polo Sindical de Petrolândia (1986 *apud* Silva, 2018, p. 214)

> O Polo Sindical foi o instrumento desenvolvido pelos sujeitos atingidos pela barragem através do qual eles sistematizaram suas demandas na forma de pautas e se organizaram para o enfrentamento coletivo. Foi através do Polo, de sua construção e ativação, que aquelas trabalhadoras e trabalhadores rurais ribeirinhos desenvolveram suas experiências e se tornaram protagonistas das lutas que estamos a narrar. (SILVA, 2018, p. 20).

No início da década de 1960 o governo brasileiro havia criado a ELETROBRAS para produzir e distribuir energia elétrica em todo território nacional. Com o golpe político pelo qual se implantou o regime militar alinhado com os interesses das classes dominantes multinacionais consolidou-se nas terras brasis um parque industrial a competir com o agronegócio cujas fronteiras expandiam-se vertiginosamente. Pelo setor elétrico o Estado apoderou-se dos recursos naturais para garantir o progresso, o desenvolvimento e a modernização do capitalismo, às custas do sofrimento dos grupos nativos (morenos, pardos, indígenas, negros, mestiços, cabras e/ou

caboclos) justafluviais. Foi assim que, na década de 1970 decidiu-se implantar grandes barragens, entre as quais a de Itaparica, para garantir o fornecimento de energia elétrica às eletrointensivas.

> Se o momento no qual a construção de grandes barragens se intensifica tem como horizonte um crescimento industrial que demanda energia, ao mesmo tempo, amplia a disponibilização de energia e amplia o mercado de consumo de eletrodomésticos, aumenta também o consumo da própria energia que é produzida por um sistema que garante ser a produção mais barata e limpa, mas que é distribuída com uma das tarifas mais caras do mundo. O funcionamento dos parques industriais mobiliza outras indústrias como a da construção civil, e por sua vez a produção de cimento, que no ramo das eletrointensivas demandam o maior consumo de energia entre as atividades industriais no Brasil. Uma retro-alimentação dialética de uma mercadoria essencial na produção de outras mercadorias. As indústrias eletrointensivas são produtoras de material que demanda alta quantidade energética e entre elas estão o cimento, siderurgia, papel e celulose, alumínio, ferro-liga e petroquímica. (ZEN, 2007, p. 93 *apud* SILVA, 2018, p. 37).

Caracterizava-se o projeto de construção da Barragem de Itaparica como uma iniciativa colonialista porque nascera em herodianos palácios cujas sedes localizavam-se estratégica e majoritariamente no Hemisfério Norte, muito distantes das terras e dos anseios pindorâmicos[48]. O lago impactou o meio ambiente e principalmente o modo de vida essencialmente nativo que, naquele trecho do vale transpusera a fronteira da pré-história com a história. Preservava-se lá o costume de se

[48] "Diversas são as empresas, vindas da África do Sul, Estados Unidos, Reino Unido, Bélgica, Suíça, Alemanha, Noruega, Canadá, Holanda e França. Essa permeabilidade do capital estrangeiro corrobora com a leitura que se faz do projeto político do regime militar. Seu impulso desenvolvimentista combinou-se com uma abertura ampla do nosso país para o capitalismo central" (BERMANN, 1997, p. 93-94 *apud* SILVA, 2018, p. 43).

empregar a mão de obra familiar no cultivo de pequenas caiçaras de vazante e/ou sequeiro e nas tarefas que se realizava coletivamente, em regime de mutirão, para construirem-se cercas, transformar mandioca em farinha e combater específicas ervas daninhas como o capim de burro e a tiririca.

A vida era austera, é bem verdade, mas tinha sabor de autonomia, liberdade, segurança e previsibilidade na relação atávica que havia entre a população, a caatinga e o Rio São Francisco. Esse atributo cultural identitário essencialmente nativo moveu a população justafluvial a lutar por uma relocação justa em que não se perdesse seu milenar vínculo com o rio, a caatinga e os costumes autóctones, à deriva dos interesses capitalistas e/ou colonialistas. "Estava em jogo a terra, o ganha pão, mas estava em jogo também o palco de suas vidas e o lugar onde forjaram-se quem eram". (SILVA, 2018, p. 72).

Observe-se que foi Manoel Alcides Modesto o caraíba da vez. Foi ele o Pajé-Açu que, graças aos atributos identitários genéticos e/ou culturais herdados de ancestrais Amoipirá-Iorubá-Tupinambá, uma das primeiras vozes a posicionar-se contra os desmandos que a empresa responsável pela construção da Barragem ameaçava impor. (Fig. 162). Em 1976, estava eu a trabalhar em Rodelas quando testemunhei e solidarizei-me com ele na organização dos trabalhadores rurais para que se mobilizassem em sindicato e lutassem em defesa de seus direitos[49].

> [Alcides] foi uma das primeiras pessoas a falar e eu acho isso porque, muito porque ele tinha sido atingido. Ele é filho de

[49] "Mesmo sendo um clérigo formado numa igreja hegemonicamente conservadora, dava seus próprios passos em consonância com segmentos da Igreja Católica latino-americana que começavam a voltar seus olhos para suas populações, se desprendendo gradualmente das linhas mais europeizadas". (SILVA, 2018, p. 74).

> Remanso onde foi atingido pela construção da barragem de Sobradinho. **Eu acho que trazia no sangue essa revolta, não é?** (Grifo nosso). E aí ele começa a falar, disse que ia acontecer aqui na região essa barragem. (SILVA, 2016 *apud* SILVA, 2018, p. 74).

Figura 162 - Manoel Alcides Modesto Coelho



Fonte: Câmara dos Deputados (1995)

José Soares Novais (Zé Preá), nascido em 1945, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Itacuruba participava, com Alcides Modesto e Josefina Lopes, das reuniões de planejamento e ações de enfrentamento do Polo Sindical de Petrolândia.

> A luta foi importante porque todo reassentamento de Itaparica foi uma verdadeira Reforma Agrária. Teve o pessoal que ganhou terra porque tinha terra, mas a maioria, 65% que não tinha terra, hoje é dona de terra. Eu mesmo sou um dos tais que não tinha terra.
>
> A gente deve muito à assessoria que a gente tinha: Alcides Modesto e Josefina. Foi um pessoal que não era só assessor. Eram diretores também. Jogavam duro na hora de jogar duro. Não era uma assessoria que ficava pra lá fazendo as coisas. Eles eram pessoas que enfrentavam.
>
> Alcides Modesto foi um cara que deixou de ser padre para apoiar o movimento. Josefina também foi a mesma coisa. Ela deixou de ser freira para apoiar a luta. Da Igreja, tinha a Igreja conservadora que (...) viu o que aconteceu em Sobradinho e Moxotó e defendia que fosse feita outra barragem. (...) Alcides e Josefina enfrentavam o que desse e viesse. Eles eram do mesmo jeito que Dom José Rodrigues. (...) Dom Mário também era do lado da gente. (NOVAIS, 2018).

Graças à resistência nativa e à organização sindical, conseguiu-se o reassentamento das famílias relocadas em lotes com as respectivas escrituras nas bordas do lago, em dimensões compatíveis com mão de obra familiar; reconstrução dos núcleos residenciais com a infraestrutura necessária ao usufruto de qualidade de vida (escolas, igrejas, hospitais ou postos de saúde, eletrificação, estradas e saneamento básico); área coletiva destinada ao criatório; indenizações justas conforme parâmetros estabelecidos pela população local. (SILVA, 2018, p. 93-95). Manoel Alcides Modesto Coelho nasceu na velha cidade de Remanso, no dia 9 de agosto de 1939. É filho de Antônio Coelho Maia e Maria Joana Modesto Coelho.

Formado em filosofia pela Universidade Católica de Recife em 1974, quatro anos depois foi um dos organizadores do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, englobando os sindicatos de trabalhadores rurais da região de barragem de Itaparica, entre a Bahia e Pernambuco.

Pequeno produtor rural e agente pastoral da Igreja Católica, em 1981 filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e em 1983 assumiu a presidência da agremiação em Paulo Afonso (BA), cargo que exerceu até 1989. Foi também professor da Secretaria de Educação de Paulo Afonso.

Em outubro de 1986 elegeu-se deputado estadual constituinte na legenda petista, tomando posse em fevereiro de 1987. Na Assembleia Legislativa da Bahia, foi vice-presidente da Comissão do Meio Ambiente (1987-1988) e da Comissão Especial sobre Barragens (1988), presidente e depois vice-presidente da Comissão dos Direitos Humanos (1989, 1990), tendo ainda participado da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Violência no Campo (1990). Atuou também como vice-presidente da Comissão da Ordem Econômica e Social (1988-1989) da Assembleia Estadual Constituinte da Bahia.

Com uma das campanhas mais pobres da Bahia, em outubro de 1990 elegeu-se deputado federal. Empossado na Câmara em fevereiro de 1991, participou da Comissão de Minas e Energia e foi suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural, ambas no período 1991-1994. Integrou ainda a CPI sobre a Violência no Campo (1992-1993) e a Comissão Especial da Seca e Atendimento às Populações Atingidas (1993), e foi quarto suplente da mesa da casa (1993). No Congresso Nacional, participou da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (1991-1992) e foi relator da Subcomissão de Ciências e Tecnologia da Comissão Mista de Orçamentos (1993). (...).

Em outubro de 1994 reelegeu-se deputado federal, tendo como base eleitoral a região do São Francisco. Tomou posse em fevereiro de 1995 e foi presidente, nesse mesmo ano, da Comissão de Agricultura e Política Rural. (...).

Casou-se com Maria da Conceição dos Santos Coelho, com quem teve um filho. (SOUSA; SOUSA, 1999).

6.4 Patrimônio Amoipirá-Iorubá-Tupinambá

Salvo raras exceções, porque pensavam serem prioritários a catequese e o processo civilizatório pelo letramento, os jesuítas no Brasil quase que se envergonham quando lhes era necessário exercer ofícios mecânicos e/ou operacionais. Por isso, mais que depressa ocupavam-se em fomentar entre os nativos a continuidade das práticas de caça, pesca e agricultura de subsistência, bem como capacitar a mão de obra nativa em atividades domésticas e artesanais, no que obtiveram apreciável sucesso.

Além de sua natural e atávica ligação com a terra, os Tupinambá nordestinos destacaram-se como exímios portadores de invejáveis aptidões técnicas e significativos padrões comportamentais e gestuais que se conservam principalmente entre as populações interioranas[50].

> Gabriel Soares descreve os Tupinambá como tendo "grande destino para saberem logo estes officios", isto é, os de "carpinteiros de machado, serradores, oleiros"; e "para todos os officios de engenhos de assucar"; e, ainda para "criarem vaccas". As mulheres para "criar gallinhas", "coser e lavar", fazer "obras de agulha" etc.
> Inserindo-se na vida dos colonizadores como esposas legítimas, concubinas, mães de família, amas-de-leite, cozinheiras, puderam as mulheres exprimir-se em atividades agradáveis ao

[50] "Vários são os complexos característicos da moderna cultura brasileira, de origem pura ou nitidamente ameríndia: o da rede, o da mandioca, o do banho de rio, o do caju, o do "bicho", o da "coivara", o da "igara", o do "moquém", o da tartaruga, o do bodoque, o do óleo de coco-bravo, o da "casa do caboclo", o do milho, o de descansar ou defecar de cócoras, o do cabaço para cuia de farinha, gamela, coco de beber água etc. Outros, de origem principalmente indígena: o do pé descalço, o da "muqueca", o da cor encarnada, o da pimenta etc. Isto sem falarmos no tabaco e na bola de borracha, de uso universal, e de origem ameríndia, provavelmente brasílica". (FREIRE, 2003, p. 124).

> seu sexo e à sua tendência para a estabilidade. (FREIRE, 2003, p. 108).

Em sua bagagem cultural Alcides Modesto **de Sousa** conservava inegáveis atributos herdados de seus ancestrais, quando educados em escolas jesuítas nas aldeias implantadas nas terras litorâneas do atual estado de Sergipe. Sem dúvida alguma, esses evangelizadores (professores) foram muito importantes na formação de gerações de intelectuais de origem nativa.

É também notório que muitos escravos de origem árabe, conheciam a palavra escrita antes mesmo de migrarem compulsoriamente para o Brasil. A título de exemplo, é notório que em 1835 encontraram-se papéis escritos por baianos cativos.

> Nina Rodrigues em *O animismo fetichista dos negros baianos* (1935) (...) se refere a uma rebelião de escravos ocorrida em Salvador, no ano de 1835, na qual foram encontrados amuletos nos corpos dos revoltosos mortos. Esses amuletos continham papéis escritos em árabe, produzidos por escravos muçulmanos e utilizados com a finalidade de proteger quem os portava. O levante em questão, conhecido como Revolta dos Malês, é também citado por Gilberto Freyre em *Casa grande & senzala* (2005, p. 382), ao sugerir que "nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das casas grandes". Ao retomar a história dos revoltosos de 1835, João José Reis, em *Rebelião escrava no Brasil* (2003), descreve a utilização desses amuletos para fins de proteção entre os malês e outros escravos, mesmo que não islamizados, tornando pública a existência de outros dois importantes documentos da época do levante: um "livrinho malê" de 7,4 X 5cm, contendo 102 folhas (94 escritas em árabe), e um documento avulso de 41 X 32,2cm. (MORAIS, 2016, p. 100).

Além disso pesava o fato de ter nascido em contexto histórico favorável à educação dos mestiços porque o imperador Dom

Pedro II estava a promover a integração e/ou adaptação de pessoas de ancestralidade escrava à sociedade livre.

> (...) no período pós-1860 é que a escolarização começa a ser vista como uma questão fundamental para a adaptação dos ex-escravos à nova sociedade que principiava a ser esboçada no Brasil, com base no trabalho livre. A escolarização dos filhos de escravos passa a constituir uma atribuição legal em 1871, com a Lei do Ventre Livre. (MORAIS, 2016, p. 98).

As obras que redigiu para expressar seu encanto por Maria são genuínas provas materiais da estrutura simbólica que herdou de mestiços antecessores Iorubá-Tupinambá e aprimorou nos bancos da escola de Simão Dias.

> Como é grato pensar-se em quem se adora!
> Como nos sentimos feliz quando junto da pessoa a quem dedicamos o nosso sincero afeto!
> Esquecemos as horas e não reparamos o incômodo que podemos estar causando até mesmo a quem amamos. (...) De súbito achei-me em um belo jardim cujas grades de maciças barras de ferro formavam uma inquebrantável muralha.
> Depois de algum tempo, andar por ali passeando, já um pouco fatigado pelo ardor do sol, tomei a resolução de descansar alguns minutos. Pelo que me dirigi para junto de alta e frondosa árvore que pouco distava do sítio, em pura admiração, onde me achava.
> Sentei-me em belo banco que havia ali e fiquei apreciando as belezas naturais que me rodeavam. Aqui, plantas cujos ramos, entrelaçando-se uns aos outros, formavam um labirinto sorridente e atrativo. Ali, miríades de borboletas confundiam-se, formando no ar uma continuada lista de variegadas cores. Mais além, pássaros encantados desferiam os seus gorjeios suaves que, misturando-se ao monótono desligar de uma bela corrente, encantava os meus ouvidos e fazia despertar em mim, mil recordações cheias de belezas.
> Permaneci por algum tempo naquele abrigo que me convidava a cismar. Em vista de tais magnificências, o meu coração

expandiu-se em fantasias e belas esperanças que podem favorecer um amor sincero e ardente.

Pensei na bela dos meus sonhos e incessantes pensamentos. Julguei que me seria puramente grato vê-la também naquele lugar, sentada no mesmo banco onde eu estava. O dia era de completa ventura para mim. Quando menos esperava, como uma aparição celeste, vejo-a em minha frente, estendendo para mim os seus braços de anjo.

Surpreendido com tal milagre, eu quedei-me por dois segundos, em pura admiração. Apertei com afeto e carinho aquela mãozinha acetinada e alva que depois beijei. Com amor, pedi-lhe para sentar-se a meu lado e ela, entre compassiva e receosa, veio risonha aceitar o meu convite ou pedido.

Conversamos muito, unicamente do nosso amor. Sua boca de santa repetiu-me mil vezes que me amava. (...)

Ausente de um bem que adoro
Nada do mundo eu desejo.
Só penso que estou na glória
Benzinho quando te vejo.
Enquanto o mundo for mundo
Não vejo a quem amar.
Só assim eu deixar-te-ei
Quando o mundo se acabar.
Deixa o tempo correr
Deixa o mundo construir
Que o que tiver de ser teu
Às tuas mãos há de ir.
Quando será este dia?
Glórias de minha alegria!
Que alívio aos meus pensamentos!
Quando será este dia?
Quando será este dia?
Quando será este, quando?
Que eu me deitar em teus braços
Os teus carinhos gozando?
Se tu tiveres de ser minha,
Se eu tiver de ser teu,
Com o maior sacrifício
Gozarei os beijos teus.

> De longe também se ama,
> De perto se sabe amar,
> De longe causa ciúme,
> Depressa faz se deixar.
> Amor é um fogo que arde sem saber,
> É ferida que dói e não se sente.
> É um contentamento descontente,
> É um não querer mais bem querer. (SOUSA, 1910 *apud* KESTERING, 2019a, p. 325-327).

O sergipano Alcides tornou-se um grande comerciante em Remanso, sem perder os vínculos com seus amigos e suas raízes rurais sergipanas. Edificou uma invejável residência e, em terreno alagadiço que chamava de Pequena Sergipe cultivava um pomar com grande variedade de fruteiras. (Fig. 163). Plantou laranjeiras, limoeiros, tamareira, pinha, goiabeiras, coqueiros e mangueiras que irrigava com água fornecida por uma cisterna e conduzida por gravidade, em canais de tijolo queimado.

Figura 163 – Casa residencial de Alcides Modesto de Sousa



Fonte: Silva (2010, p. 253 *apud* Kestering, 2019, p. 332)

Alcides Modesto **de Sousa** não era tão somente um comerciante de renome. Ele amava as lides agrícolas e

pecuárias. Foi por isso que a Pequena Sergipe ficou realmente pequena para praticar o que aprendera gostar na terra onde nasceu. No lençol de areia das proximidades de Remanso, adquiriu uma propriedade rural para se dedicar à criação de pequenos animais. Chamava-a de Fazenda Guarany.

Anos mais tarde comprou uma fazenda na Serra Dois Irmãos, junto à fronteira da Bahia com o Piauí, próximo a Queimadas de Bonfim. Essa fazenda localiza-se perto da atual cidade de Dirceu Arcoverde. O velho comerciante de fumo de Arapiraca e cachaça de Januária entendeu que o nome mais apropriado para a propriedade seria Itaú porque na linguagem indígena assim se chamariam as grandes pedras pretas que encontrou nessa propriedade. A Fazenda Itaú está 50 km ao norte do Lago de Sobradinho. Construiu nela uma residência e edificou algumas estruturas de arquitetura vernácula e caráter ecológico.

Ao que ele chamava de Fazenda Itaú, graças à exuberante vegetação de caatinga nativa que havia no lugar conhecia-se inicialmente como Fazenda Mato Verde. É muito provável que os primeiros colonizadores a ocuparem aquele espaço originalmente indígena tenham sido os criadores de gado de Queimadas do Bonfim, fundada por fazendeiros ligados à Casa da Torre, no final do Século XVII. A principal atividade da antiga fazenda sempre foi a criação de bovinos, caprinos e ovinos. Nela se praticava também a agricultura de subsistência, com o cultivo de mandioca, milho e feijão de corda. Quando o velho comerciante sergipano chegou nesse paradisíaco cenário sertanejo natural encontrou apenas uma rústica casa de taipa. (Fig. 164).

Alcides Modesto era habilidoso. Ele construiu vários móveis de cedro para mobilar sua casa na Fazenda Itaú. (Fig. 165 a 168). Na Fazenda Itaú, o velho remanescente Iorubá-Tupinambá fez barragens, cacimbas e caixilhos para armazenar água destinada a consumo humano e animal. Dois

dos açudes que ele construiu (um na extremidade leste e outro no extremo oeste da propriedade) estão parcialmente assoreados. (Fig. 169 e 170).

Figura 164 – Ruínas da casa da antiga fazenda, nos anos 1970



Fonte: Acervo da família Modesto (2016 *apud* Kestering, 2019a, p. 337)

Figura 165 – Penteadeira fabricada por Alcides



Fonte: Acervo da família Modesto (2016 *apud* Kestering, 2019a, p. 342)

Figura 166 – Baú feito para transportar o enxoval de Maria Amorim



Fonte: Acervo da família Modesto (2016 *apud* Kestering, 2019a, p. 342)

Figura 167 – Bidé com madeira e mármore, feito por Alcides



Fonte: Acervo da família Modesto (2016 *apud* Kestering, 2019a, p. 343)

Figura 168 – Oratório confeccionado por Alcides



Fonte: Acervo da família Modesto (2016 *apud* Kestering, 2019a, p. 343)

Figura 169 – Barragem no setor leste da fazenda



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014 *apud* Kestering, 2019a, p. 344)

Figura 170 – Barragem no setor oeste da fazenda



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014 *apud* Kestering, 2019a, p. 344)

Nos barramentos que edificou observa-se o trabalho do filho de dona Sinhá, preocupado com o desassoreamento e a consequente revitalização do Rio São Francisco a partir das cabeceiras de seus riachos tributários. Segundo se sabe pela tradição oral, ele foi pioneiro na argumentação de que, se em todos os riachos afluentes se retivessem os sedimentos, não se assorearia o Velho Chico. Com as referências acadêmicas que se tem hoje é fácil argumentar que a melhor forma de desassoreamento do Rio da Unidade Nacional é, de fato, a revitalização das bacias dos rios e riachos tributários.

O barramento de cursos de água constitui uma das mais antigas técnicas de aumento da disponibilidade hídrica para atendimento às demandas das sociedades. Eles são construídos para elevar o nível de água, criar um reservatório de acumulação ou regularizar vazões.

A barragem do setor oeste da fazenda Itaú foi construída com cal batido e sedimento da própria localidade. O trabalho foi iniciado pelo avô de Manoel Alcides e seus auxiliares. O objetivo era, a princípio, obter água em

qualidade e quantidade suficientes para atender a todas as necessidades da fazenda, inclusive nos períodos de estiagem prolongada.

Construiu-se esse açude com a utilização de várias técnicas de arquitetura vernácula. Uma delas consistia em acender fogo sobre o lajedo para aquecê-lo. Quando esse estava com temperatura elevada, jogava-se água fria para causar um choque térmico que promovesse fraturas na rocha, dando origem a matacões que eram usados como material de construção. Betumavam-se esses matacões com cal e areia, na edificação das paredes da barragem.

Observa-se que as barragens dos açudes da Fazenda Itaú não eram hermeticamente vedadas. Elas tinham fendas por onde pequenas quantidades de água fluíam naturalmente, sem registros, perenizando bom trecho do riacho a sua jusante. (Fig. 171). É provável que essa técnica de construção de barragem baseava-se nos mesmos conhecimentos de engenharia vernácula que padre Cícero Romão Batista, Ibiapina, Antônio Conselheiro e Beato Lourenço receitavam às populações campesinas dos sertões semiáridos. Esses líderes messiânicos do sertão nordestino recomendavam que as barragens nunca retivessem toda a água nos reservatórios. Segundo eles dever-se-ia deixar que um pouco de água seguisse seu curso natural para que os riachos se perenizassem, promovendo equilíbrio ambiental na bacia hidrográfica jusante.

Além dos açudes, Alcides Modesto promoveu o armazenamento de águas pluviais em caldeirões, caixilhos e cisternas. Caldeirões são cavidades naturais esculpidas na superfície da rocha pela ação diferenciada de agentes de intemperismo. (Fig. 172). Caixilhos são escavações feitas em solo compacto ou em rocha fragmentadas pela ação de agentes de intemperismo, nas depressões naturais do terreno. (Fig. 173).

Figura 171 – Riacho perenizado à jusante da barragem



Foto: Maria Betânia de Castro (2014 *apud* Kestering, 2019a, p. 346)

Figura 172 – Caldeirão em rocha



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014 *apud* Kestering, 2019a, p. 347)

Figura 173 – Caixilho escavado em rocha maciça



Foto: Maria Betânia de Castro (2014 *apud* Kestering, 2019a, p. 347

Essa técnica consiste na escavação de um buraco de mais ou menos dois metros de profundidade no chão. Ao encher, desenvolve-se na superfície uma espécie nativa de aguapé cujo sistema radicular e foliar promovem a absorção dos coloides suspensos na água, filtrando-a e evitando que ela evapore. (Fig. 174).

Figura 174 – Aguapé nativo na superfície da água do caixilho



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014 *apud* Kestering, 2019a, p. 348)

Restaurou-se a antiga sede da fazenda, de arquitetura vernácula. Implantaram-se novas roças. Reconstruíram-se os açudes, com o intuito de cuidar do local para lazer da família e preservação da memória de seus avós e pais que ali viveram durante anos. Todos os trabalhos e projetos de Alcides Modesto **de Sousa** estão preservados. Hoje seu neto, Manoel Alcides Modesto Coelho, junto com familiares, desenvolve um importante trabalho de preservação de elementos tangíveis e intangíveis de seu avô, o senhor Tupinambá mestiço Alcides Modesto **de Sousa**. (Fig. 175 a 181).

Observa-se nos pequenos detalhes da restauração a preservação da memória e identidade dos antepassados da fazenda. Em toda a intervenção realizada preserva-se a memória do ancestral Iorubá-Tupinambá para que as gerações futuras visualizem e entendam suas construções edificadas com técnicas da arquitetura vernácula, ao alcance dos pés e das mãos, com a matéria prima que dispunha na fazenda.

Figura 175 – Mutirão de reconstrução da sede da Fazenda Itaú



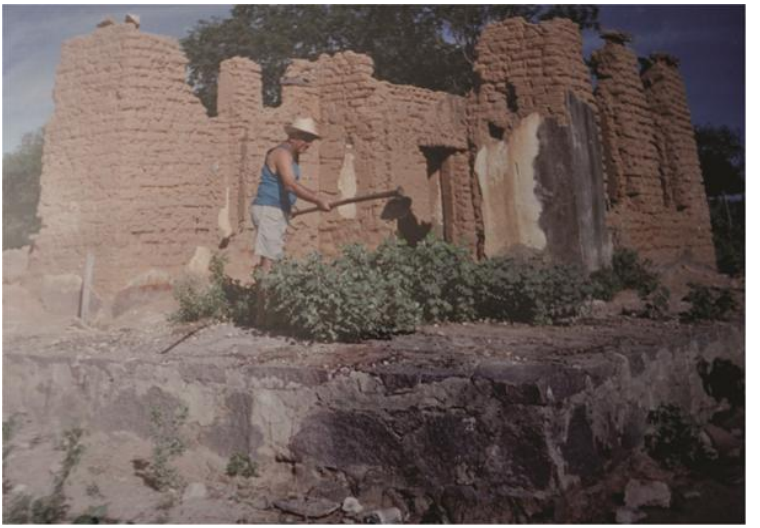
Fonte: Acervo da família Modesto (2016 *apud* Kestering, 2019a, p.432)

Figura 176 – Manoel Alcides e Celina no mutirão de reconstrução



Fonte: Acervo da família Modesto (2016 *apud* Kestering, 2019a, p. 432)

Figura 177 – Mutirão de reconstrução da sede da Fazenda Itaú



Fonte: Acervo da família Modesto (2016 *apud* Kestering, 2019a, p. 433)

Figura 178 – Mutirão para reconstrução da sede da Fazenda Itaú



Fonte: Acervo da Família Modesto (2016 *apud* Kestering, 2019a, p. 433)

Figura 179 – Antiga sede da Fazenda Itaú, reconstruida em mutirão



Foto: Rafael Godinho (2014 *apud* Kestering, 2019a, p. 434)

Na Fazenda Itaú, preservam-se geoformas onde se realizam romarias, imprimindo àquele local um valor místico nativo. Ali há um quadro com a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e um cruzeiro sobre um grande matacão que se destaca na paisagem. (Fig. 182 a 184).

Figura 180 – Pé de xixá plantado por mamãe Iayá ao fundo da casa



Fonte: Acervo da família Modesto (2016 *apud* Kestering, 2019a, p. 434)

Figura 181 – Sede atual da Fazenda Itaú



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014 *apud* Kestering, 2019a, p. 435)

Figura 182 – Geoformas que se preservam na fazenda



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014 *apud* Kestering, 2019a, p. 436)

Figura 183 - Quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014)

Figura 184 - Cruzeiro que se plantou sobre um grande matacão



Foto: Vanessa Cosma da Silva (2014)

7 PROPOSTA DE RESGATE

A exemplo do parque que se implantou em Canudos para perpetuar o protesto pelo assassinato de 25 mil sertanejos de origem nativa e das atividades de restauração que se promovem na Fazenda Itaú, para preservar atributos da identidade Amoipirá-Iorubá-Tupinambá propôs-se proteger o patrimônio nativo que se exuma nas dunas fósseis.

É bem verdade que, para cumprir formalidades legais, na década de 1970 celebrou-se contrato para a realização de salvamento de artefatos históricos e pré-históricos nas áreas impactadas pelo Lago de Sobradinho. Sabe-se que o resgate na área de 4214 Km², desde a Fazenda Tatauí, Sobradinho, até a Fazenda André, Xiquexique, pela margem direita, e desde a Fazenda Sobrado, Casa Nova, até a Fazenda Manga, Pilão Arcado, pela margem esquerda, realizou-se em três períodos de trinta dias e cinco viagens de complementação. (CALDERÓN *et al*., 1977, p. 10). Apesar do tempo reduzido que se destinou à pesquisa resgatou-se aproximadamente uma tonelada de material nas margens próximas do antigo Rio São Francisco, hoje submersas no lago artificial. Esses artefatos encontram-se no laboratório do Museu de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Importa lembrar que sobre eles não se fez ainda qualquer pesquisa complementar. (KESTERING, 2001, p. 25-26).

Nas atividades de salvamento arqueológico, a equipe de Calderón constatou predominância de sítios com restos de cerâmica, fragmentos líticos, pilões em rocha, machados, batedores, moedores, pedras utilizadas, lascas de pedra, carvão, cachimbos, aribés e fragmentos de ossos. Atribuiu-os a comunidades pré-históricas ocupantes de espaços justafluviais sobre os quais a população local referia-se como antigas aldeias de índios. A grande quantidade de batedores,

moedores e mãos de pilão induziram os pesquisadores a concluir que a região de Sobradinho fazia parte da área da cultura do milho.

> Este cereal, como base alimentar, era pilado, moído ou triturado e utilizado de diversas maneiras na alimentação. Os 26 pilões de pedra que foram coletados e os inúmeros encontrados e fotografados em rochas fixas são testemunhas da sua difundida utilização na área. Em determinados locais onde não existem pilões, ou melhor, rochas, eles parecem ter sido trazidos de longe. (CALDERÓN *et al*., 1977, p. 35 *apud* KESTERING, 2001, p. 36).

Observa-se que os artefatos resgatados e de outros sítios arqueológicos que se descobrissem ao longo do tempo deveriam ter sido exaustivamente pesquisados, de preferência pelas mesmas equipes para que se estabelecesse uma sistemática comum e métodos compatíveis com a área e suas condições ecológicas. Com essa estratégia produzir-se-iam conhecimentos sobre a história e a pré-história de todo o nicho ecológico, dos homens que o habitaram, seus meios de sobrevivência e estratégias de adaptação. (MARTIN, 2008, p. 89).

Face ao caráter emergencial que o caso demandava, no dia 15 de fevereiro de 2016, com apoio institucional do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco solicitou-se **permissão para resgate do patrimônio Amoipirá e realização de educação patrimonial junto às comunidades do entorno**. (Anexos 3, 4 e 5).

Justificou-se o salvamento pela ameaça de perda e/ou extravio do patrimônio arqueológico histórico e pré-histórico de inestimável valor cultural. Objetivava-se minimizar e/ou sustar os impactos gerados pela empresa que, com vistas a regularizar a vazão do Rio São Francisco para geração de energia elétrica e abastecer os projetos de irrigação do

Submédio São Francisco, na década de 1970 responsabilizou-se pela implantação do Reservatório de Sobradinho.

A proposta que então se apresentou pensou-se dever fundamentar na aplicação da Lei federal 3924/61 e da Portaria IPHAN N° 07/88. Sabia-se que a Lei federal 3.924, de 26 de julho de 1961 determina que todos os vestígios arqueológicos (sítios, restos da cultura material, estruturas de alteração da paisagem) que representem testemunhos de culturas passadas ocupantes do território brasileiro são patrimônio da União e, portanto, passíveis de proteção e tombamento. Entendia-se que a Portaria IPHAN Nº 7, de 1º de dezembro de 1988, versa sobre os procedimentos legais para a execução de estudos arqueológicos. Compreendia-se também que o salvamento arqueológico executado em 1977, a toque de caixa, em diminuto tempo, para cumprir meras formalidades legais havia deixado muito a desejar.

Apesar da urgência que o caso demandava, não se aprovou a proposta protocolizada junto ao órgão competente. Na oportunidade solicitou-se reelaboração do projeto, com adequação que manifestasse o claro **propósito de se realizarem pesquisas de cunho acadêmico** na área em que, por impactos gerados pela construção da Barragem de Sobradinho, destruía-se o valioso patrimônio cultural pré-histórico. Observe-se que, embora se tenha feito referência aos artefatos arqueológicos transferidos pelo poder judiciário da Comarca de Casa Nova à Universidade Federal do Vale do São Francisco, nada se exigiu em relação a eles. (Anexo 6).

Reelaborado o projeto e reenviado com as adequações exigidas, condicionou-se o avanço da análise à apresentação dos "**devidos registros quanto à realização da prospecção arqueológica prévia, bem como à transferência de materiais arqueológicos para a UNIVASF e a comunicação ao órgão sobre a comercialização ilegal de bens arqueológicos**". (Anexo 7).

Com a disparidade constatada nas exigências burocráticas do segundo entendimento relatado pelo mesmo parecerista de que "**o propósito acadêmico das pesquisas não se adequa à 'minimização de impactos ambientais' do empreendimento em questão**" inviabilizou-se o resgate proposto.

Com a chegada do período chuvoso nas cabeceiras do rio, submergiu-se novamente o patrimônio arqueológico que, para facultar o reconhecimento de atributos fundamentais da identidade das populações autóctones justafluviais objetivava-se resgatar para preservar.

Em função do boicote institucional promovido contra a disposição manifesta de se coletarem os artefatos exumados, para a realização de pesquisas acadêmicas solicitou-se apoio do Ministério Público, para que se autorizem profissionais de Arqueologia e Preservação Patrimonial a realizarem imprescindíveis resgates emergenciais, quando ocorrerem novas depleções acentuadas do Lago. Observe-se que também nos municípios de Remanso e Sento Sé perdem-se artefatos de inestimável valor acadêmico, cultural e patrimonial. (Fig. 185 a 190).

Figura 185 – Artefatos e fragmentos cerâmicos junto à cidade de Remanso



Fotos: Marlos Pereira (2017)

Figura 186 – Artefatos e fragmentos cerâmicos junto à cidade de Remanso



Fotos: Marlos Pereira (2017)

Figura 187 – Artefato cerâmico junto à antiga cidade de Remanso



Foto: Marlos Pereira (2017)

Figura 188 – Artefatos líticos e cerâmicos junto à antiga cidade de Remanso



Fotos: Marlos Pereira (2017)

Figura 189 – Ossos humanos junto à antiga cidade de Remanso



Fotos: Marlos Pereira (2017)

Figura 190 – Fragmento de crânio humano junto à cidade de Remanso



Fotos: Marlos Pereira (2017)

Lembra-se que, por falta de **senso de pertencimento** um cidadão ocupante da Ilha dos Moisés tentava comercializar 73 peças líticas exumadas pelo impactos das ondas do Lago de Sobradinho sobre as areias quartzosas de suas margens. Por felicidade, a consciência do valor patrimonial que faltava ao agricultor desavisado, tinha-a com prodigalidade o magistrado que, pelo encaminhamento à Universidade Federal do Vale do São Francisco, frustrou a ação criminosa de venda. Igual sorte não tiveram os artefatos e restos mortais que dependeram da consciência de pertença do instituto a quem competia autorizar seu resgate e/ou pesquisa de cunho acadêmico.

Estava em rota de colisão a vaidade dos representantes do sistema colonialista contra o esforço solidário pela preservação do patrimônio, da memória e do espírito guerreiro do povo Amoipirá-Tupinambá. Essa rota de conflito é similar à que, em 1556, Dom Álvaro da Costa promoveu quando expulsou os grupos nativos das terras próximas à

cidade de Salvador, autoritária e desrespeitosamente concedidas a Garcia d'Ávila.

Naquela ocasião, por guerra semelhante às de Canudos e Pau de Colher destruíram-se tabas sagradas dos ocupantes originais do litoral nordestino. No atual episódio, pela autocrática e sumária decisão de salvaguardarem-se os trâmites burocráticos e humilharem-se os profissionais da Arqueologia impôs-se o depredar compulsório do patrimônio herdado, nas profundezas do Lago Artificial de Sobradinho.

Observe-se que o sistema colonialista não conseguiu ainda, dar cabo à identidade guerreira Amoipirá-Tupinambá. Ela sobrevive na memória e no encanto mestiço que se plantou e carinhosamente preserva-se no entorno das dunas fósseis e lençóis de areia de Casa Nova e Sento Sé, bem como nas conexões neurais dos trabalhadores justafluviais do Médio e Submédio São Francisco.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cultura material dos sítios arqueológicos da Ilha dos Moisés, Barra do Riacho grande, Barrinha do Pau de Canoa e Barrinha do Zé Bastião nas dunas da cidade de Casa Nova deu embasamento para corroborar o que Etchevarne (2002) havia dito sobre os ambientes do Submédio São Francisco. O autor afirmava que as dunas eram excelente alternativa de habitat para os grupos pretéritos, históricos e pré-históricos.

A existência de outros sítios arqueológicos já estudados e catalogados por pesquisadores como Calderón (1977) e Kestering (2001, 2007), entre outros, nesta mesma região, imprime ao Rio São Francisco um caráter de referência para as relações sociais, culturais e econômicas desde a pré-história até os dias atuais. Neste contexto inserem-se as feições de relevo em que se fez a prospecção arqueológica preliminar não interventiva.

A evidência de um lago pretérito na área da pesquisa justificou a obtenção da datação relativa de 5.850 +/- 800 anos obtida por Luminescência Oticamente Estimulada (LOE). Com ela se pode propor, com relativa consistência científica, que o ambiente em que os mesmos se encontram foi ocupado quando ainda não se desfizera completamente o Paleolago de Sobradinho.

O universo de elementos da cultura material dispersos em superfície, que a visita a campo possibilitou visualizar corrobora a proposição de que as dunas fósseis reativaram-se pela construção da Barragem de Sobradinho e impactaram irreversivelmente o patrimônio ambiental e arqueológico do Submédio e Médio São Francisco.

A grande quantidade de almofarizes, trituradores e a presença de grande quantidade de fragmentos cerâmicos nas feições de relevo prospectadas dá suporte à proposição de que os grupos que ocupavam o Submédio São Francisco eram horticultores. As pontas de projétil retiradas da Ilha dos Moisés pelo proprietário, mesmo descontextualizadas, são indicativas de grupos que possuíam conhecimento de uma técnica complexa e refinada. Elas possuem semelhança na morfologia e matéria-prima com as pontas encontradas, também descontextualizadas em Seridó - RN.

Na região do Parque Nacional Serra da Capivara, a matéria prima das pontas de projétil coincide com as das Dunas fósseis de Casa Nova. Apesar de se tratar de uma área próxima e rica em pesquisas arqueológicas, nela se encontraram apenas quatro exemplares. A morfologia de duas delas, a do Alto dos Coqueiros e a do Pica-Pau é semelhante a uma das que se encontraram nas dunas.

A presença das pontas maiores sugere terem sido confeccionadas por grupos guerreiros e caçadores de animais de grande a médio porte. Salienta-se que as interpretações referentes a sua utilização são resultantes de inferências indiretas, pois as mesmas foram retiradas de seu contexto e ainda não houve ações interventivas para se desvendar o contexto arqueológico dos prováveis artefatos de sub-superfície.

A cultura material que se estudou e classificou corrobora a hipótese de que o ambiente das dunas de Casa Nova teve ocupação contínua. No entanto, sugerem-se pesquisas mais aprofundadas para o reconhecimento do material expediente dos sítios, os quais darão uma amplitude maior no entendimento da dinâmica das atividades de ocupação.

Face às sugestivas evidências de ter sido confeccionado e/ou utilizado por grupos ancestrais dos atuais habitantes de Casa

Nova, sugere-se que se promova ampla divulgação do patrimônio arqueológico Amoipirá-Tupinambá em efetiva campanha de conscientização e chamamento da população para sua efetiva preservação.

Face à ausência de senso de pertencimento, manifesta pela Superintendência Baiana do IPHAN propõe-se a criação de leis municipais, estaduais e/ou federais, para a implantação de áreas de preservação ambiental e cultural, com delimitação topográfica e fixação de marcos de referência nos vértices dos perímetros com vestígios arqueológicos. Sugere-se que essas geoformas (dunas fósseis e/ou lençóis de areia) tornem-se nichos ecológicos de refúgio da fauna e da flora, para sustar a ação dos agentes que promovem a degradação do patrimônio arqueológico, bem como o assoreamento do Lago de Sobradinho e do próprio Rio São Francisco.

Recomenda-se a implantação de memoriais do patrimônio arqueológico e ambiental nos povoados em cujo entorno existem vestígios arqueológicos, com a participação efetiva das comunidades locais no processo. Elas fazem a leitura dos bens arqueológicos de forma diferente da dos arqueólogos porque para ambos a forma de interpretar o mundo depende dos instrumentos que eles têm a seu alcance. Todos traduzem, porém, os artefatos em explicações que condizem com sua cosmologia. As explicações atualizam-se e multiplicam-se na forma de traduções contemporâneas. As leituras das evidências arqueológicas são individuais, por se fazerem por indivíduos, e múltiplas por se realizarem por várias pessoas. Assim, pesquisadores e a população local participarão conjuntamente na tarefa de preservar a riqueza cultural e natural herdada. Com essa riqueza preservada, o passado far-se-á presente e ajudará a fortalecer a identidade e a autoestima Amoipirá-Tupinambá.

Propõe-se que se inicie o processo de preservação dos sítios arqueológicos e conscientização da população local, com a

elaboração de lei municipal para efetiva implantação de reservas ecológicas e arqueológicas nas quatro feições de relevo onde se identificaram bens patrimoniais históricos e/ou pré-históricos. Sugere-se que assim se redija a lei municipal que se ora se propõe:

Art. 1º - Criam-se as reservas ecológicas e arqueológicas Ilha dos Moisés, Barra do Riacho Grande, Barrinha do Pau de Canoa e Barrinha do Zé Bastião.

Art. 2º - As reservas ora criadas definir-se-ão por decreto municipal após levantamento topográfico realizado com a participação efetiva de representantes das comunidades do entorno delas.

Art. 3º - As reservas ecológicas e arqueológicas administrar-se-ão pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Art. 4º - Ouvidas as comunidades do entorno autoriza-se o Prefeito Municipal a baixar regulamento, disciplinando a exploração econômica das reservas que se criam com a presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano Honório de. **Capítulos de história colonial : 1500-1800**. Brasília : Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 06 mai 2021.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas no Brasil**. Orientação, São Paulo. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 3, p. 45-48, 1967.

_____. **O paleodeserto de Xique-Xique**. Estudos Avançados. São Paulo. 20 (56): 301-8, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br. Acesso: 30 mai 2021.

AB'SABER, Aziz Nacib; MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita. Previsão de impactos ambientais e sociais: experiências do Brasil, Rússia e Alemanha. [Prefácio]. **Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul** [S.l: s.n.], 1994.

ALENCASTRE, José Martins Pereira d'. **Memoria chronologica, historica e cronographica da provincia do Piauhy**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brazileiro. XX. Rio de Janeiro, 1857.

AMANTINO, Márcia. Cabras. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernándes; GARCÍA, Rafael M. Pérez. **De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos - escravidão e mestiçagens**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, p. 83-98, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 02 juj 2021.

ANGELIM, Luiz Alberto de Aquino. **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil**. Petrolina. Folha SC.24-V-C.

Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí. Escala 1:250.000. Brasília: CPRM, 1997.

ARENZ, Karl Heinz. A "Invisibilização dos Caboclos": o pensamento pseudorracista oitocentista e o projeto republicano na Amazônia. In: ALVES, Davison Hugo Rocha; MESQUITA, Thiago Broni de. (Org.). **As crises da República e o ensino de História: a democracia brasileira em questão** - X Simpósio Regional de História - Realização: ANPUH/SEÇÃO PARÁ, p. 31-44. Belém: Paka-Tatu, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 06 mai 2021.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. **Anais do Arquivo Público da Bahia**, IV-V, 1919.

BEHLING, Herman; ARZ, Helge Wolfgang; PÄTZOLD, Jürgen; WEFER, Gerold. Late Quaternary vegetational and climate dynamics in northeastern Brazil, inferences from marine core In: **Quaternary Science Reviews**, v. 19, p. 981-994, 2000.

BINFORD, Lewis. The archaeology of place. In: BINFORD, Lewis. **Working at archaeology**. New York: Academic Press, 1982, p. 357-378.

BARRETO, Alcina Magnólia, Franca.; SUGUIO, Kenitiro; OLIVEIRA, Paulo Eduardo de; TATUMI, Sônia Hatsui. O Campo de Dunas Inativas do Médio São Francisco, Bahia, Brasil. In: SCHOBLENHAUS, Carlos; CAMPOS, Diógenes de Almeida; QUEIROZ, Emanuel Teixeira de; WINGE, Manfredo; BERBERT-BORN, Mylène. (Edit). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil – 056**. Disponível em: http://sigep.cprm.gov.br/. 1999. Acesso: 11 mai 2021.

BARROS, Flávio de. **Sertanejos de Canudos rendidos pela cavalaria do Exército durante a última expedição ao arraial,**

em outubro de 1897. Disponível em: https://pt.wikipedia.org. Acesso: 23 dez 2019.

BORGES, Juliana Sento Sé. **Origem do nome Sento Sé**. 2017. Disponível em: http://jusentose.com.br. Acesso: 14 fev 2019.

CABRAL, Cláudio José. 2014. **Caracterização Paleoclimática e Paleoambiental do Campo de Dunas de Petrolina em Pernambuco: um subsídio para a reconstituição do Submédio São Francisco**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2014.

CALDERÓN, Valentin. **Notícia preliminar sobre as sequências arqueológicas do Médio São Francisco e da Chapada Diamantina**. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967.

CALDERON, Valentin; DÓREA, Ivan; ATAÍDE, Rogério. **Relatório das atividades de campo do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico**. Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), [S.l.] 1977.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Manoel Alcides Modesto Coelho**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br. Acesso: 16 jul 2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: **ensaios de teoria e metodologia**. (Org.). Rio de Janeiro: Campus. 1997.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heins; MELO, Vanice Siqueira de. **Ruralidades Indígenas na Amazônia Colonial**. Boletim do Museu Emílio Goeldi. Belém: Ciências Humanas, v.

15, n. 1, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 23 abr 2021.

CHAPPELL, Warner. **Quando eu contar, Iaiá**. 1986. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso: 05 jul 2021.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. **O Sertão e o Império: as vilas do ouro na Capitania da Bahia (1700-1750)**. 2018. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

COOPER, William Skinner. **Coastal Sand Dunes of California**. Geological Society of America. Memorandum, p. 104-131, 1967.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Revista Nera, Ano 12, Nº 15, julho/dezembro de 2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br. Acesso: 28 dez 2018.

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. **Portugaliae Monumenta Cartographic: comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique**. V. 4. Lisboa: Photomecanique de L'ed. 1960.

CPRM. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Piauí: Diagnóstico do Município de Fartura do Piauí**. Organização do texto [por] Robério Bôto de Aguiar [e] José Roberto de Carvalho Gomes - Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004. Disponível em: http://www.rigeo.cprm.gov.br. Acesso: 29 mai 2021.

CPRM. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea: Diagnóstico do Município de Sobradinho – Bahia**. VIEIRA, Ângelo Trévia; MELO, Felicíssimo; LOPES, Hermínio Brasil Vilaverde; CAMPOS, José Cláudio Viégas; BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COUTO, Pedro Antônio de Almeida; BEVENUTI, Sara Maria Pinotti. (Orgs.). Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: http://www.cprm.gov.br. Acesso: 25 jun 2021.

CRUZ JUNIOR, Francisco W.; VUILLE, Mathias; BURNS, Stephen J.; WANG, Xianfeng; CHANG, Hai; WERNER, Martin; EDWARDS, Laurence; KARMANN, Ivo; AULER, Augusto; NGUYEN, Hanh. **Orbitally driven east-west anti-phasing of South American precipitation**. Nature Geosciences, v. 2, p. 210-214, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net. Acesso: 29 mai 2021.

EMBRAPA. **Brasil Visto do Espaço**. 2000. Disponível em: http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/. Acesso: 16 nov 2000.

ETCHEVARNE, Carlos. **Sítios Dunares do Submédio São Francisco, Bahia, Brasil**. Journal de la Société des Américanistes, 1992, p. 57-71, vol. 78, N. 1. Disponível em: http://www.persee.fr. Acesso: 30 mai 2021.

_____. **A Ocupação Humana do Nordeste Brasileiro Antes da Colonização Portuguesa**. REVISTA USP, n. 44, p. 112-141. São Paulo, 2002.

FAGUNDES, Marcelo; PIUZANA, Daniele. **Estudo teórico sobre o uso do conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, V. 8, n. 1, Colômbia, 2010, p. 205-220.

FERREIRA, Francisco. **Ruínas da Igreja Nova – Canudos: restos de uma história mal contada e vivida sob dor e sangue**. 2006. Disponível em: https://www.flickr.com. Acesso: 29 dez 2019.

FIABANI, Adelmir. Fazendas, Cativos e Gado na História de Tocantins. In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Peões, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, p. 53-85, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 10 jun 2021.

FONSECA, João Justiniano da. **Rodelas: curraleiros, índios e missionários**. Salvador – BA: Edições Gráficas, 1996.

FONTENELLE, Paulo. **Sobreviventes: Filhos da Guerra de Canudos**. 2005. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso, 05 mai 2019.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal;** Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48 ed. rev. São Paulo : Global, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 20 jun 2021.

GONÇALVES, Regina Célia; CARDOSO, Halisson Seabra; PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. Povos Indígenas no período do Domínio Holandês: uma análise dos documentos tupis (1630-1656). In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia. (Orgs.). **Ensaios sobre a América Portuguesa**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2009, p. 39-51. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 02 abr 2021.

GOOGLE EARTH. US Dept of State Geographer. Image Landsat. Data SIO, NOAA, U.S, Navy, NGA, GEBCO. 2016.

_____. US Dept of State Geographer. Image Landsat / Copernicus. 2021.

GUIDON, Niede.; PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela. **Pesquisas Arqueológicas na Região do Parque Nacional Serra da Capivara e seu Entorno (Piauí - 1998/2008)**. FUMDHAMentos, p. 1-61, 2009.

HOLANDA, Chico Buarque de. **Sinhá**. Disponível em: https://www.youtube.com. Acesso: 05 jul 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, Adaptado do Mapa de Curt Nimuendaju**. Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso: 17 jun 2021.

JEHA, Silvana Cassab. **O Padre, o Militar e os Índios - Chagas Lima e Guido Marlière: civilizadores de botocudos e kaingangs nos sertões de Minas Gerais e São Paulo, século XIX. 2005**. (Dissertação de Mestrado). Centro de Estudos Gerais do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 23 jun 2021.

KESTERING, Celito. **Registros Rupestres na Área Arqueológica de Sobradinho**. 2001. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2001.

_____. **Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho – BA**. 2007. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2007.

_____. **Reencontro Vida**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019a.

_____. **Cidadãos Tatauí**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019b.

_____. **Encanto Bugre-Tapuia.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2020a.

KESTERING, Celito; KESTERING, Ducilene Soares Silva. **Educar na Diversidade para Construir a Identidade de Sobradinho - BA**. Revista Memorare, Tubarão. v. 2, n. 1, p. 46-71 set./dez, 2014.

KESTERING, Celito; MACIEL, Ana Caroline Teixeira. A Indústria Lítica das Dunas Fósseis de Casa Nova – BA e o Paleoambiente do Submédio São Francisco. In: KESTERING, Celito; KESTERING, Ducilene Soares Silva; BEZERRA, Alvandyr; ALVES, Jéssica; PIRES, Joselha; AQUINO, Maria Socorro; VIEIRA, Rosângela Grangeiro; VENTURA, Vilma; CRISTINA, Viviany. (Org.). **Anais do III Seminário de Arqueologia de Sobradinho- BA**, p. 95-183. Sobradinho - BA: Fundação SOS São Francisco, 2017.

KESTERING, Celito; BEZERRA, Alvandyr; LEDOUX, Nina Rosa. **Relatório da Prospecção Arqueológica na Área de Abrangência da Central Geradora Fotooltaica (UFV) Sobrado 1, Em Casa Nova - BA**. Sobradinho - BA: Fundação SOS São Francisco, 2018.

LEDRU Marie-Pierre; CECCANTINI, Gregorio; GOUVEIA, Susy E.M.; LOPEZ SAEZ, José Antonio; PESSENDA, Luiz Carlos R.; RIBEIRO, Adauto de Souza. **Millennial-scale climatic and vegetation changes in a northern Cerrado (Northeast, Brazil) since the Last Glacial Maximum.** Quaternary Science Reviews,

v. 25, n. 9-10, p. 1110-1126, 2006. Disponível em: file:///E:/Arquivos. Acesso: 29 mai 2021.

MABESOONE, Jannes. Markus. **Sedimentary Basins of Northeast Brazil**. Special Publication 2, Recife: Geology Department, Federal University of Pernambuco. 1994.

MACÊDO, Eron Pires; LOUREIRO, Herman Santos Cathalá. **Nova Cartografia Geológica do Greenstone Belt Rio Salitre, Bloco Gavião Norte, Bahia, Brasil**. XXVII Simpósio de Geologia do Nordeste. João Pessoa, 2017. Disponível em: http://www.geologiadonordeste.com.br. Acesso: 25 jun 2021.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **O Viver Indígena na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó: Histórias de Índios no Rio Grande do Norte, Brasil (Séculos XVIII e XIX)**. Revista de Antropologia Experimental da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Nº 3, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 23 jun 2021.

MACIEL, Ana Caroline Teixeira. 2016. **Correlação entre a indústria lítica das dunas fósseis de Casa Nova – BA e o paleoambiente do Submédio São Francisco**. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2016.

MAE/UFBA. **Projeto de Salvamento Arqueológico do Rio São Francisco**: relatório final. V. 1. Salvador: UFBA, 1989.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: CONFEA, 2007. Disponível em: http://www.agrisustentavel.com. Acesso: 15 jun 2021.

MARINHEIRO, Carlos. **A origem e o significado de Iaiá**. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. 2007. Disponível em: https://ciberduvidas.iscte-iul.pt. Acesso: 06 jul 2021.

MARQUES, Guida. **Do Índio Gentio ao Gentio Bárbaro: usos e deslizes da guerra justa na Bahia Seiscentista**. Rev. hist. (São Paulo), nº 171, p. 15-48, jul-dez, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 22 abr 2021.

MARTIN, Gabriela. **Indústrias de Pontas de Projétil no Rio Grande do Norte**. CLIO. Revista do Curso de Mestrado em História, n. 5, p. 81-90, Recife: UFPE, 1982.

_____. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 5 ed. Recife: Universitária da UFPE, 2008.

MATTA, Alfredo. **História da Bahia: Licenciatura em História**. Salvador: EDUNEB, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 10 jul 2021.

MCKEE, Russel. **Great Lakes Country**. HCDJ / History / American, 1966.

MELTON, Frank. A. **A tentative classification of sand dunes and its application to dune history in the southern High Plains**. Journal of Geology., N. 48, p. 113-173. The University of Chicago Press, 1940.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Fotografias Aéreas da FAB**. Folha SC.24-V-C-III, 1970.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos da história indígena e do indigenismo**. 2001. (Tese de doutorado). Departamento de Antropologia de IFCH-

UNICAMP. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 29 ago 2021.

_____. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 (Fichamento de Tenório Sobrinho). Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 06 set 2021.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850). In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). **História da Educação dos Negros no Brasil**, p. 95-115. Niterói: EdUFF, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 11 jul 2021.

MOURA, Abdias. **O Sumidouro do São Francisco: origem dos conflitos no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2002.

MOTT, Luiz. A Pecuária no Serão do Piauí (1697-1818). In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Peões, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, p. 15-52, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 10 jun 2021.

MUNARETTO, Fernando. **Estrelas da História: Canudos, Bahia, 30 de setembro de 1897**. Disponível em: https://blogs.ibahia.com. Acesso: 29 dez 2019.

MUYPURÁ, Lucca. **Povo Anapuru Muypurá**. Disponível em: instagran_@anapuru.muypura. 2020a. Acesso: 02 nov 2020.

_____. **Resistência do Povo Anapuru Muypurá**. Entrevista concedida ao autor deste, em novembro de 2020b.

NOVAIS, José Soares (Zé Preá). **Entrevista concedida em 2018**.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 02 jun 2021.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico**. Anuário Antropológico, v. 35 n. 1, 2010. Disponível em: http://journals.openedition.org. Acesso: 10 jun 2021.

OLIVEIRA, Paulo E. de; BARRETO, Alcina Magnólia Franca; SUGUIO, Kenitiro. Late Pleistocene/Holocene climatic and vegetacional history of the Brazilian Caatinga: the fossil dunes of the middle São Francisco River. In: Revista Paleo, p. 319-337, 1999. Disponível em: http://www.sfrancisco.bio.br. Acesso: 29 mai 2021.

ORTIZ, Helen Scorsatto. Apropriação da Terra no Brasil: da Lei de Sesmarias à Lei de Terras (1532-1850). In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Peões, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, p. 108-146, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 10 jun 2021.

OTT, Carlos. **Pré-História da Bahia**. Coleção de Estudos Brasileiros, Série Marajoara. Nº. 24. Salvador BA: Imprensa Vitória. 1958.

PAIVA, Eduardo França. Poblaciones del Brasil - Siglos XVI-XIX. In: ALBERT, Salvador Bernabéu. (Org.) **Poblar la inmensidad:**

sociedades, conflictividad y representación en los márgenes del Imperio Hispánico (siglos XV-XIX). 1 ed. Rubí-Madrid: Ediciones Rubeo-CSIC, v. 1, p. 407-434, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 01 jun 2021.

_____. Escravo e Mestiço: do que estamos efetivamente falando? In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernándes; GARCÍA, Rafael M. Pérez. **De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos - escravidão e mestiçagens**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, p. 57-82, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 02 jul 2021.

PEIXOTO, Júlio Afrânio. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Transcrição para eBook, eBooks Brasil, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 13 jul 2021.

PEREIRA, Alex. D. C.; BRÁS, Eduardo. R.C. Paleocanyon do Rio São Francisco: paleoregistros de mudanças globais. In: **XXXIX Congresso Brasileiro de Geologia**, p. 503-506. 1996. Disponível em: http://www.sbgeo.org.br. Acesso: 13 mai 2021.

PESSENDA, Luiz Carlos R.; SAIA, Soraya E.M.G.; GOUVEIA, Susy E.M.; LEDRU, Marie-Pierre; SIFEDDINE, Abdel; AMARAL, Paula G.C.; BENDASSOLLI, José A. Last millennium environmental changes and climate inferences in the Southeastern Atlantic Forest, Brazil. In: **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 82, p. 717-729, 2010.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Aldeias Indígenas e Povoamento do Nordeste no Final do Século XVIII: aspectos demográficos da Cultura de Contato**. São Paulo: Ciências Sociais Hoje. Hucitec/ANPOCS, 1993, p. 195-217.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira**. Vol 1: Colônia. São Paulo: Leya, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 10 mai 2021.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais Indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. In: LANGFUR, Hal (Org.). ***Native Brazil: Beyond the Cannibal and the Convert, 1500-1889.*** University of New México Press, p. 5-22, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 06 mai 2021.

RIBEIRO, Adauto de Souza. **Dinâmica paleoambiental da vegetação e clima durante o Quaternário Tardio em domínios da Mata Atlântica, brejo do semiárido e cerrado nordestinos, utilizando isótopos de carbono da matéria orgânica e das plantas**. 2002. (Tese de Doutorado) - Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 24 jun 2021.

RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. **Vilas do planalto paulista: a criação de municípios na porção meridional da América Portuguesa (séc. XVI-XVIII)**. 2015. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 29 mar 2020.

ROCHA, Flávio José. **Rio Opará: um rio marcado para morrer?** Disponível em: https://www.ecodebate.com.br. Acesso: 25 jun 2021.

SANTOS, Rodrigo Martins dos. **O gê dos gerais: elementos de cartografia para a etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado**. 2013. (Dissertação de Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília- DF: UNB, 2013.Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 29 mar 2020.

SCHOMMER, Aurélio. **História do Brasil Vira-Lata: as razões históricas da tradição autodepreciativa brasileira**. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 07 jun 2021.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos**. 2010. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, 2010.

SILVA, João Vítor dos Santos. **O povo versus a "Besta-Fera": o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco -PE/BA - na organização do movimento dos trabalhadores ribeirinhos atingidos pela barragem de Itaparica – BA/PE – (1976-1986)**. 2018. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (DCHF) da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS, 2018.

SILVA, Juvêncio Rocha da. **Entrevista concedida**. 2015.

SILVA, Leonardo Augusto Ramos. **Os Índios Principais na Sublevação do Caeté, 1741-1745**. Revista Manduarisawa, Manaus, v. 2, nº 1, p. 99-122, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso: 19 jun 2021.

SOUSA, Juliana; SOUSA, Márcia Gomes de. **Manuel Alcides Modesto Coelho**. Disponível em: http://www.fgv.br. Acesso: 16 jul 2021.

SUGUIO, Kenitiro. **Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais**. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 1999.

_____. **Quaternário do Brasil**. 1 ed. V 1. Ribeirão Preto: Holos, 2005.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. In: Fênix: Revista de História e Estudos Culturais. Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010, Vol. 7, Ano VII, nº 2. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso: 10 mar 2016.

VELASCO, Valquiria. **Guerra de Canudos**. 2014. Disponível em: https://www.infoescola.com. Acesso: 23 dez 2019.

WILSON, Edward Osborne. **Da Natureza Humana**. Tradução de Geraldo Florsheim e Eduardo D'Ambrósio (1981). São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.

ANEXOS

1 Requerimento

2 Termo de Compromisso

3 Endosso Institucional

4 Declaração do Pró-Reitor de Ensino da UNIVASF

5 Declaração do Reitor da UNIVASF

6 Parecer Técnico do IPHAN Nº 0362/16

7 Parecer Técnico do IPHAN Nº 0586/16

1 Requerimento

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Vale do São Francisco
Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial

São Raimundo Nonato - PI, 10 de junho de 2015.

Of. Nº. 02/2015 - CARQUEOL
Ao Meritíssimo Sr. Dr. Vanderlei Andrade de Lacerda
DD. Juiz da Comarca de Casa Nova - BA

Assunto: **Transferência de artefatos arqueológicos da indústria lítica pré-histórica para o Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).**

Meritíssimo Sr. Juiz

Desde o ano de 2004, quando de sua implantação, a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) vem desenvolvendo pesquisas arqueológicas na região do Médio e Submédio e do São Francisco. Com os dados de que se dispõe, propõe-se que boa parte dos artefatos arqueológicos do Vale do São Francisco foram produzidos e/ou utilizados por grupos pré-históricos que ocuparam a região desde o final do Pleistoceno, há mais de 15 mil anos, até a chegada dos colonizadores portugueses com quem se miscigenaram física e culturalmente.

Sabedores de que alguns artefatos da indústria lítica pré-histórica da região encontram-se sob custódia da justiça, na Comarca de Casa Nova, externamos nosso interesse em pesquisá-los para desvendar parte do contexto e dos atributos da identidade dos grupos que os produziram e/ou utilizaram. Para tanto solicitamos que os mesmos sejam transferidos para o Laboratório de Arqueologia da UNIVASF.

Assumimos o compromisso de providenciar o Endosso Institucional para seu acondicionamento, guarda definitiva e/ou exposição pela UNIVASF com a devida autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Delegamos a Ana Caroline Teixeira Maciel, nossa orientanda, a responsabilidade pelo traslado dos artefatos da indústria lítica, da Comarca de Casa Nova para o Laboratório de Arqueologia da UNIVASF, no Campus Serra da Capivara.

Atenciosamente

Prof. Dr. Celito Kestering
SIAPE: 1466229
Campus Serra da Capivara
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF
Fone: (89) 3582 2120; Fax (89) 3582 2134
E-mail: celito.kestering@gmail.com

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF
CNPJ: 05.440.725/0001-14 / Inscrição Estadual: isenta.

2 Termo de Compromisso

PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CASA NOVA – BAHIA
VARA DOS FEITOS CRIMINAIS, JÚRI, EXEC. PENAIS E INFÂNCIA E JUVENTUDE
Fórum Dês. José Manoel Viana de Castro – Praça Dr. Gilson Viana de Castro, s/n – Centro – Casa Nova – BA – CEP.: 47.300-000 – Telefone (74) 3536-2129/2306/211

TERMO DE COMPROMISSO

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 11:00 horas, na Sala das Audiências Públicas deste Juízo, no Fórum Des. José Manoel Viana de Castro, nesta cidade, onde presente se achava o **BEL. VANDERLEY ANDRADE DE LACERDA**, MM. Juiz de Direito da Comarca de Casa Nova - Ba, comigo Escrivão Designado do seu cargo adiante nomeado e assinado, ai compareceu a **SRTª. ANA CAROLINE TEIXEIRA MACIEL**, tendo a mesma recebido artefatos arqueológicos da indústria lítica pré-histórica para o Laboratório de Arqueologia da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF**, sendo 66 (sessenta e seis) de cor branca e 07 (sete) de diversas cores, referentes aos autos de nº **00000641-89.2015.805.0052.**

Do que, para constar lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu.....(**Milton Pesqueira da Cruz**) Escrivão Designado dos Feitos Criminais, Júri, Execuções Penais e Infância Juventude o digitei, subscrevi e assino.

Bel. Vanderley Andrade de Lacerda
Juiz de Direito

Ana Caroline Teixeira Maciel
Responsável

Milton Pesqueira da Cruz
Escrivão Designado

3 Endosso Institucional

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Vale do São Francisco
Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial

ENDOSSO INSTITUCIONAL

Cumprindo as exigências legais constantes na Portaria MINC/IPHAN nº7 de 01 de dezembro de 1988, em seu artigo 5º, item VII (Declaração de Endosso Institucional), informamos, por meio deste termo, que o **Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)** concede endosso ao **PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PARTIMONIAL NAS DUNAS FÓSSEIS DE CASA NOVA - BA**, sob a coordenação do Prof. Dr. Celito Kestering e do Prof. Dr. Mauro Alexandre Farias Fontes, garantindo a guarda e exposição do acervo que vier a ser produzido/coletado/escavado, nos termos do Capítulo V da Instrução Normativa 001/2015 do IPHAN.

São Raimundo Nonato - PI, 15 de fevereiro de 2016.

Prof. Dr. Leandro Surya Carvalho de Oliveira Silva
Coordenador do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial
Campus Serra da Capivara
São Raimundo Nonato - PI

Prof. Dr. Julianeli Tolentino de Lima
Reitor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)
Petrolina - PE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF
CNPJ: 05.440.725/0001-14 / Inscrição Estadual: isenta.

4 Declaração do Pró-Reitor de Ensino da UNIVASF



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Vale do São Francisco
Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial



DECLARAÇÃO

Declaro que, por dispor de aspectos geográficos, geológicos, geomorfológicos, ambientais e arqueológicos relevantes para o ensino, pesquisa e extensão, o Campo das Dunas Fósseis de Casa Nova – BA integra o quadro de **sítios escola** do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF.

Petrolina – PE, 15 de fevereiro de 2016.

Prof. Dr. Leonardo Rodrigues Sampaio
Pró-reitor de Ensino

5 Declaração do Reitor

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Vale do São Francisco
Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins que, por corresponderem às ementas e ao conteúdo programático das disciplinas práticas de campo e de laboratório da grade curricular do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, a Universidade Federal do Vale do São Francisco responsabiliza-se pelo custeio do transporte de ida e volta dos estudantes e professores envolvidos no **Programa de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial nas Dunas Fósseis de Casa Nova - BA**.

Petrolina – PE, 15 de fevereiro de 2016.

Prof. Dr. Julianeli Tolentino de Lima
Reitor *Pro Tempore*

6 Parecer Técnico do IPHAN Nº362/2016

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA BAHIA
Rua Visconde de Itaparica, 8 – Centro, Salvador / BA. CEP 40.024-080
(71) 3321 0133 / 3321 0256 / 3321 0257 / 3321 4959
iphan-ba@iphan.gov.br

PARECER TÉCNICO Nº 0362/16 **Data: 20/06/2016**

Ao Senhor Coordenador Técnico da Superintendência do IPHAN na Bahia
Bruno César Sampaio Tavares

Assunto: **Solicitação de autorização de pesquisa**

Ref: **Projeto de Resgate Arqueológico nas Dunas Fósseis de Casa Nova/BA**

Processo: **01502.001079/2016-73**

Senhor Coordenador,

1. Trata-se de projeto de pesquisa apresentado pelo arqueólogo ***Celito Kerstering***, através da ***Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF***[1], com o propósito de efetuar o resgate arqueológico em dunas fósseis às margens do Rio São Francisco, na altura do município de Casa Nova/BA. Tais dunas, segundo informado pelo proponente, teriam sido reativadas "graças aos impactos ambientais gerados pela construção da Barragem de Sobradinho e consequente implantação do lago artificial homônimo" (fl. 8), resultando na evidenciação de sítios arqueológicos pré-coloniais.

2. O projeto de pesquisa tem origem na apreensão de artefatos arqueológicos pelo Poder Judiciário/Comarca de Casa Nova (fl. 2) e a solicitação de transferência de guarda dos mesmos, pela UNIVASF, com o "compromisso de providenciar Endosso Institucional para o seu acondicionamento, guarda definitiva e/ou exposição pela UNIVASF com a devida autorização do IPHAN" (fl. 3). A Comarca de Casa Nova, ao

atender ao pedido da universidade, firmou Termo de Compromisso, em 06/08/2015, que registra a transferência da guarda de 66 artefatos arqueológicos de cor branca e 7 de diversas cores, "referentes aos autos de nº 00000641-89.2015.805.0052" (fl. 4).

3. A justificativa para a realização das pesquisas está fundamentada na minimização "dos impactos gerados pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), responsável pela implantação do Reservatório de Sobradinho" (fls. 8-9). Por este motivo, é informado que o projeto está baseado "na legislação ambiental e arqueológica", segundo a qual "as atividades de licenciamento ambiental devem contemplar o patrimônio arqueológico nacional" e, mais adiante, a necessidade de aplicação da Instrução Normativa nº 01/2015 (fl. 9).

4. Deste modo, ainda que o projeto em questão tenha a intenção aparente de subsidiar uma pesquisa de cunho acadêmico, conforme informado no "Termo do Compromisso do Arqueólogo Coordenador" incorporado ao processo (fl. 43), a presença de tal documento, que compreende uma exigência exclusiva para a apresentação de projetos vinculados a empreendimentos enquadrados no nível II da IN 01/15, bem como as demais referências ao licenciamento do licenciamento ambiental do empreendimento, impedem a sua aprovação por este IPHAN, uma vez que não apresenta a documentação necessária e não segue a tramitação normatizada para este fim.

5. Com isso, caso o propósito das pesquisas seja meramente acadêmico, o projeto precisa ser reelaborado considerado a aplicação apenas da Lei 3924/61 e da Portaria 07/88, sem menções ao licenciamento ambiental e/ou à IN 01/15.

6. Diante do exposto, cumpre sugerir a reprovação do projeto de pesquisa em tela, para que seja reelaborado considerando a natureza dos trabalhos a serem desenvolvidos, confirmando se os mesmos compreendem atividades de cunho acadêmico.

7. Este é o Parecer Técnico apresentado para apreciação superior.

Atenciosamente,

Luiz Augusto Viva
Arqueólogo / Matrícula 2122293
Núcleo de Arqueologia / COOTEC / IPHAN-BA

7 Parecer Técnico do IPHAN Nº 0586

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA BAHIA
Rua Visconde de Itaparica, 8 – Centro, Salvador / BA. CEP 40.024-080
(71) 3321 0133 / 3321 0256 / 3321 0257 / 3321 4959
iphan-ba@iphan.gov.br

PARECER TÉCNICO Nº 0586/16 **Data: 12/09/2016**

Ao Senhor Coordenador Técnico da Superintendência do IPHAN na Bahia
Bruno César Sampaio Tavares

Assunto: **Solicitação de autorização de pesquisa**

Ref: **Projeto de Resgate Arqueológico nas Dunas Fósseis de Casa Nova/BA**

Processo: **01502.001079/2016-73**

Senhor Coordenador,

1. Trata-se da reapresentação do projeto de pesquisa em epígrafe pelos arqueólogos ***Celito Kerstering*** e ***Mauro Alexandre Farias Fontes***, através da ***Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF***[1], com o propósito de efetuar o resgate arqueológico em dunas fósseis às margens do Rio São Francisco, na altura do município de Casa Nova/BA. Tais dunas, segundo informado pelo proponente, teriam sido reativadas "graças aos impactos ambientais gerados pela construção da Barragem de Sobradinho e consequente implantação do lago artificial homônimo" (fl. 251), resultando na evidenciação de sítios arqueológicos pré-coloniais.

2. A revisão em questão foi elaborada conforme o Parecer Técnico nº 0362/16 (fl. 243), aprovado pelo Ofício nº 1020/16-IPHAN/BA (fl. 245), que informou

a necessidade de reelaboração do projeto, de modo que o mesmo não fizesse menções ao licenciamento ambiental do empreendimento e/ou à IN 01/15, visto se tratar de projeto de cunho acadêmico.

3. Na nova versão do projeto, ainda que os autores tenham promovido as adaptações solicitadas por este IPHAN, nota-se a permanência do mesmo objetivo, visando "minimizar os impactos gerados pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), responsável pela implantação do Reservatório de Sobradinho" (fls. 251-252).

4. Neste sentido, o projeto procura vincular a sua execução ao licenciamento ambiental da UHE Sobradinho, situação que não procede, visto que atividades desta natureza são realizadas por iniciativa e com a anuência do empreendedor, alinhadas a processos que tramitam nos órgãos ambientais competentes. Deste modo, o propósito acadêmico das pesquisas não é adequado à "minimização de impactos ambientais" do empreendimento questão.

PROSPECÇÃO NÃO-INTERVENTIVA E COMERCIALIZAÇÃO ILEGAL DE BENS ARQUEOLÓGICOS

5. Ao abordar o resgate arqueológico proposto, o plano de trabalho apresentado relata a realização de uma "prospecção não-interventiva" prévia, "levada a efeito pela denúncia de que se estava comercializando o patrimônio arqueológico exumado pela reativação das dunas fósseis de Casa Nova" (fl. 253). Neste sentido, em consulta ao CPROD não foram identificados registros de tal atividade de pesquisa, ou mesmo da comunicação ao IPHAN em relação ao comércio de materiais arqueológicos.

6. Deste modo, com relação à identificação de vestígios arqueológicos em Casa Nova, sua apreensão e transferência de guarda para a UNIVASF, informada na carta de apresentação do projeto (fls. 1 e 2), ressalta-se que este Núcleo de Arqueologia não dispõe de informações a respeito, além daquelas informadas pelos interessados no projeto em tela.

7. Assim sendo, cumpre solicitar aos autores do projeto de pesquisa, antes de se avançar na análise, que apresentem os devidos registros quanto à realização da prospecção arqueológica prévia, bem como à transferência de materiais arqueológicos para a UNIVASF e a comunicação ao órgão sobre a comercialização ilegal de bens arqueológicos.

8. Este é o Parecer Técnico apresentado para apreciação superior.

Atenciosamente,

Luiz Augusto Viva

Arqueólogo / Matrícula 2122293

Núcleo de Arqueologia / COOTEC / IPHAN-BA



Este livro é fruto de um projeto maior, denominado Rio de Lutas, desenvolvido por uma equipe interdisciplinar da qual Celito Kestering faz parte. Seu objetivo é duplo: investigar a história e registrar a memória das lutas sociais protagonizadas por diferentes grupos e sujeitos pertencentes à classe trabalhadora do Submédio São Francisco, entre 1968 e 1994. A proposta é atentar para o que não aparece nas apologias do progresso e do desenvolvimento, mas predominam nas imagens e narrativas populares sobre essa parte do Brasil.

Ainda são limitados os conhecimentos disponíveis sobre quem eram esses sujeitos e como suas vidas foram atingidas pelas grandes obras da calha do Rio São Francisco. Conhece-se pouco sobre as razões que os levaram a resistirem tão bravamente às mudanças impostas pelo sistema republicano-presidencialista colonizador quando era vigente o regime militar. Ao valorizar as experiências deles questiona-se a hegemonia da história oficial e desvendam-se aspectos viscerais das lutas concretas travadas ao longo dos séculos, especialmente por ancestrais daqueles homens e mulheres da segunda metade do Século XX. Quer-se evidenciar os vínculos dessas lutas populares de passado recente com os conflitos que os índios Amoipirá-Tupinambá heroicamente gerenciaram e ainda hoje, na invisibilidade administram para salvaguardar o precioso patrimônio cultural herdado de seus antepassados históricos e pré-históricos.

O livro de Celito e outros frutos que virão do Rio de Lutas são mais que relatos acadêmicos isentos. São intervenções vivas em lutas que, com formas renovadas persistem.

(EURELINO COELHO, 2021)

Democratizando a publicação
pedroejoaoeditores.com.br
16 ANOS